

**REVISTA DA
ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



**NOVA FASE
N.º X - 2012
PRIMEIRO SEMESTRE**

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOLOGIA**

NOVA FASE
N.º X - 2012
PRIMEIRO SEMESTRE

EXPEDIENTE

Diretor:

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo:

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe:

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário:

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade:

José Pereira da Silva

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2012 a maio de 2014

Presidente
Antônio Martins de Araújo

Vice-Presidente
Manoel Pinto Ribeiro

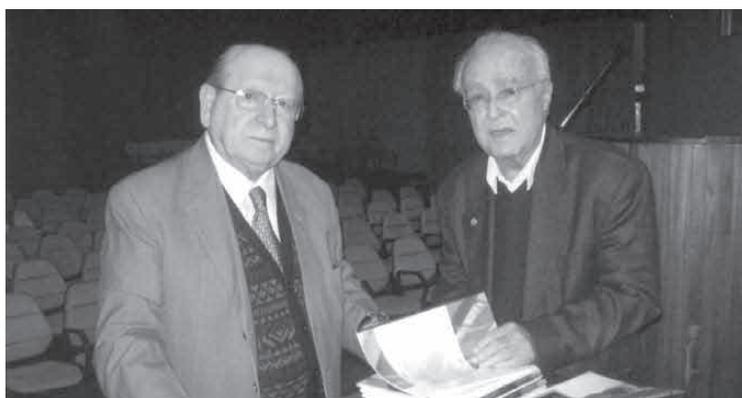
Primeiro Secretário
Amós Coêlho da Silva

Segundo Secretário
Edila Viana da Silva

Tesoureiro
Eduardo Tuffani

Bibliotecário
Francisco Venceslau dos Santos

Relações Públicas
Claudio Cezar Henriques



Presidentes de Honra da ABRAFIL
Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho



SUMÁRIO

EDITORIAL 7

ENSAIOS

1. A PALAVRA COMO SÍMBOLO - Amós Coêlho da Silva 9
2. COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO EM PERSPECTIVA FUNCIONAL - Claudio Cezar Henriques e Magda Bahia Schlee 18
3. HISTORICIDADE E HISTORIOGRAFIA EM HANS ROBERT JAUSS - Francisco Venceslau dos Santos 23
4. COMO ANALISAR A PALAVRA EIS E A EXPRESSÃO EIS QUE - Horácio Rolim de Freitas 32
5. O PAPEL QUE EXERCEM A ORALIDADE E A ESCRITA NA FORMAÇÃO DO LETRAMENTO EM SOCIEDADES DE ORALIDADE SECUNDÁRIA - José Mário Botelho 36
6. USOS, COSTUMES E TRADIÇÕES NO VALE DO ACRE, JURUÁ E PURUS - Luísa Galvão Lessa 51
7. SOUSÂNDRADE: UM VIAJANTE NO TEMPO E NO ESPAÇO - Luiza Lobo 61
8. MÁRIO LAGO – SUA ATUAÇÃO NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA - Manoel Pinto Ribeiro 71
9. AUTOR E LEITOR: ESTRATÉGIAS NO PROCESSAMENTO TEXTUAL - Maria Angélica Freire de Carvalho 85
10. A CLASSIFICAÇÃO ARTICULATÓRIA DAS VOGAIS À LUZ DA FONÉTICA EXPERIMENTAL - Mirian Therezinha da Matta Machado 99
11. DA ESCRITA E DE OUTRAS TECNOLOGIAS - Terezinha Bittencourt 110

ENTREVISTA

Perguntas & Respostas para o DICIONÁRIO DE APELIDOS DOS ESCRITORES DA LITERATURA BRASILEIRA, de Claudio Cezar Henriques 119

RESENHAS

- RESENHA CRÍTICA: SIGNIFICAÇÃO E MOVÊNCIA - Relendo Celso Cunha - Hilma Ranauro 123
- DICIONÁRIO DE DIFICULDADES GRAMATICAIIS – GRAMÁTICA DE A a Z - Horácio Rolim de Freitas 129
- ESCRITORES, APELIDOS E DICIONÁRIO - Mauro de Salles Villar 130

HOMENAGENS PÓSTUMAS

PROF. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO	138
HOMENAGEM AO PROF. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO - Antônio Nunes Malveira	142

MEMÓRIA

INTEGRANTES DA CADEIRA 33 ANTES DO PROF. LEODEGÁRIO	144
SÍNTESE HISTÓRICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA.....	146

NOTICIÁRIO

ELEIÇÃO NA ABRAFIL	150
ENCONTRO COM MÁRIO LAGO E COM A UERJ (ILE)	150
LANÇAMENTO DE LIVROS	153
POSSE DE ACADÊMICOS	158
COMEMORAÇÃO DOS 68 ANOS DA ABRAFIL	158
REUNIÕES PROGRAMADAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2012	159

EDITORIAL

Após o trabalho incansável, durante duas décadas, do Mestre Leodegário Amarante de Azevedo Filho, nosso saudoso Presidente de Honra, a ABRAFIL, agora sob a presidência do Prof. Antônio Martins de Araújo, comemora seus 68 anos com diversos eventos, planejando-se, para 2013, mais um congresso internacional.

Com esta edição, chegamos ao número X, com a colaboração exemplar de vários confrades. Alguns estiveram presentes em quase todos os números desta nova fase.

Há uma resenha do *Dicionário de dificuldades gramaticais – Gramática de A a Z*, obra do professor Walmirio Macedo, gramático, linguista e filólogo de excepcional prestígio.

Claudio Cezar Henriques, titular de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mantém, nos últimos anos, uma produção invejável, com o lançamento da 4.^a edição de *Fonética, Fonologia e Ortografia* e a publicação do *Dicionário de Apelidos dos Escritores da Literatura Brasileira*, cuja resenha, de autoria de Mauro de Salles Villar, também é publicada nesta revista.

O professor Gilberto Mendonça Telles publicou, em Portugal, o livro *O mito camoniano*, acrescentando ao seu currículo mais uma obra que realça o alto valor acadêmico de um trabalho contínuo e de méritos inegáveis.

Um novo número, no segundo semestre, será lançado, dando continuidade ao nosso planejamento.

Por fim, salientamos o apoio irrestrito do Departamento de Letras da UERJ, com o auxílio inestimável das professoras MARIA ALICE G. ANTUNES e TÂNIA SALIÈS.

Manoel Pinto Ribeiro



ENSAIOS

A PALAVRA COMO SÍMBOLO

AMÓS COÊLHO DA SILVA (UERJ E ABRAFIL)

RESUMO

Algumas palavras do dicionário são índices (do latim *index*, *īcis*: o que indica). Um gesto pode ser substituto de uma palavra indiciadora, como acontece com um pronome demonstrativo. Nas trocas e transferências, a sociedade e o indivíduo social, munidos com tais índices, se circunscrevem num dado contexto linguístico, delimitados por local e tempo. Pertencem peculiarmente a um só idioma e integram o sistema gramatical da língua.

As demais palavras são inscritas numa constelação semântica biossocial, ou seja, dotadas da união de uma ideia e da imagem acústica, são os signos e como o afirma Benveniste (p. 45): *O homem inteiro é um signo, seu pensamento é um signo, sua emoção é um signo.*

PALAVRAS-CHAVE: palavra; símbolo; signo; semiologia.

1. Introdução

São palavras gramaticais os artigos, pronomes, numerais, advérbios, preposições e conjunções, porque são peculiares a cada idioma. Os substantivos, adjetivos e verbos são formados por radicais, como se fossem uma janela aberta para o mundo, ou seja, admitem até mesmo empréstimos de outros idiomas, e são mais essencialmente de valor simbólico do que as palavras gramaticais.

Neste caminho que estamos trilhando podemos tomar como exemplos múltiplas situações de palavras simbólicas. O termo *equus* latino não passará para o português, porque é uma expressão que circula dentro da nobreza da Roma Antiga: os patrícios. Só eles possuíam um *equus*, a raça de cavalo puro-sangue em oposição a *caballus*, *cavalo de carga*. É assim que os quatro cavalos (*equi*) do militar romano Messala correram contra os puros-sangues árabes de Ben Hur no romance *Ben-Hur: A Tale of the Christ*, de Lewis Wallace (1827 – 1905), que se transformou em vários filmes com sucesso. Como um *equus* fosse um puro-sangue, o termo *equus* não passou para o português historicamente, cuja formação tem a base do Latim Popular, e não a do Latim Erudito dos nobres romanos como a que vemos no atual dicionário com as derivações *equitação*, *equino* etc.

Assim, podemos considerar também um símbolo, em dada época, o termo *balzaquiano*, proveniente do escritor francês Honoré de Balzac (1799-1850) –

conforme Houaiss Eletrônico, que escreveu uma obra intitulada *Mulher de Trinta Anos, La Femme de Trente Ans*. No cancionário popular brasileiro temos *Mulher de Trinta*, na interpretação do cantor Milton. Tal termo significa a situação feminina da época, ou seja, uma mulher com trinta anos já era mulher vivida e até certo ponto desiludida da vida pelo peso da idade. Atualmente, uma mulher de trinta anos tem outra significação social.

A semântica, quanto ao viés histórico é um pioneirismo recente de Michel Bréal (1832-1915) in *Essai de sémantique*. Com o húngaro Stephen Ullmann (1914 - 1976), temos um estudo histórico cultural, como no exemplo de Mattoso Câmara (s/d: SEMÂNTICA):

a) histórico cultural (...) ex.: pena, “para escrever” que é hoje uma peça de metal e era antigamente uma pena de ganso); b) psicológica, (...) (ex.: vilão “camponês, que designa hoje, mais comumente, “indigno”, (...)“camponês, do ponto de vista dos nobres); c) lógica, (...) (ex.: tela “pintura, por metonímia, ou serra “cadeia de montanhas”, por metáfora; d) formal, (...) (ex.: emérito “notável”, por causa da forma da palavra, que faz lembrar “mérito”; e) sintagmática, (...) (ex.: o brasileiro “levado” “travesso”, decorrente da expressão “levado da breca” “arrebato por uma fúria demoníaca); f) social, (...) (ex.: “éter” “certa substância volátil”, em virtude da transferência, para a língua especial da química, da palavra significando “puro ar superior”).

Mas semântica é um termo que *Saussure não usou* (MACEDO: 2012: 16) e tem sido considerada uma teoria linguística menos ampla do que a semiologia, porque o seu objeto de estudo é, exclusivamente, sobre o sentido dos elementos da linguagem verbal: prefixos, sufixos diminutivos, morfemas flexionais, a polissemia, a sinonímia, antonímia, metáfora, metonímia etc. Por exemplo, a tradução do latim de *imbecillus*, a, um, na frase de Cícero, deverá ser: *At ita multi sunt imbecilli senes, ut nullum officii, aut omnino vitae munus exsequi possint (Cato Major seu De Senectute, 35)*. Mas muitos velhos são tão fracos, que não poderiam realizar completamente nenhuma função ou tarefa da vida. Conforme o dicionarista Francisco Torrinha, o termo vem, talvez, de *baculum* com o pref. *in-*. *Baculum*, *-i*, bengala, com apofonia, devido ao prefixo; no diminutivo, formará: *imbecillus*. Assim, a tradução: *Mas, assim, muitos velhos são “imbecis”, (...)* que ocorreu num concurso público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos idos de 1980, está errada.

A linguística gerativa simplificou a complexidade (sentido, significação, valor etc.). Concebeu o problema como um enunciado sempre completo em “eu recebi seu livro”, a diferença corre por conta do contexto: = livro que ele escreveu / livro que ele me enviou. Fez distinções como frase gramatical e frase agramatical: *Incolores ideias verdes dormem furiosamente* é gramatical e asemântica, por outro lado *Mim querer comer* é agramatical e semântica.

Como se lê mais acima, um signo linguístico pode apresentar uma significação momentânea no seio social de uma dada época. Tal estudo deve ser realizado pela semiologia, nome de um projeto de Ferdinand de Saussure (1857 – 1913), ou semiótica, denominação de Charles Sander Peirce (1839 – 1914). A semiologia, concebida na pesquisa saussuriana, é o estudo da vida dos signos, verbal e não verbal, no seio social.

R. Barthes sublinha a atualidade destas pesquisas numa época de desenvolvimento das comunicações de massa. Mas a pobreza que se oferece à análise semiológica [código de trânsito, semáfora, etc.] leva-o a notar que cada conjunto semiológico importante demanda a passagem à língua: “Todo sistema semiológico se impregna de linguagem.” Assim, a semiologia seria um ramo da linguística e não o inverso. A semiologia é a ciência das grandes unidades significantes do discurso: nota-se que tal definição da semiologia aproxima-a da semiótica... (DUBOIS, 1978: SEMIOLOGIA)

Semiótica é termo cunhado por Charles Sanders Peirce e é uma pesquisa que difere “(...) da semiologia provinda do ensinamento de F. de Saussure; no entanto, ela se recusa a destacar a linguagem e a sociedade,” (DUBOIS *et alii*, 1978: SEMIÓTICA). Ou seja, a leitura de Roland Barthes tem como fonte o projeto de Saussure. O estudioso francês destaca a atualidade dos estudos saussurianos ao interpretar a linguagem das comunicações de massa com análise semiológica do código de trânsito, vestuário, cardápio alimentício etc. E conclui que *Todo sistema semiológico se impregna de linguagem.* (apud DUBOIS *et alii*, 1978: SEMIOLOGIA)

Citam-se também neste dicionário A. J. Greimas, como estruturalista, e Júlia Kristeva, como estudo gnoseológico. A. Houaiss indica o termo “gnoseologia” como melhor do que gnosologia:

Teoria geral do conhecimento humano, voltada para uma reflexão em torno da origem, natureza e limites do ato cognitivo, frequentemente apontando suas distorções e condicionamentos subjetivos, em um ponto de vista tendente ao idealismo, ou sua precisão e veracidade objetivas, em uma perspectiva realista; gnoseologia, teoria do conhecimento.

Um signo, verbal ou não verbal, ainda pode ser um elemento que se apresente como símbolo, índice ou sinal. (Edward Lopes, *Fundamentos da Linguística Contemporânea*: 15 – 50)

In PORTELLA, 1979, o ensaio de Muniz Sodré, intitulado, *Semiologia e Literatura*, se estende da página 162 a 171 e examina as palavras como *imago mundi*, *imagem do mundo*, como na página 162, afirma:

Toda literatura implica numa “semiose”, isto é, num processo de significação cuja produção está ligada ao valor artístico. O alcance profundo desse valor deve ser buscado na articulação do texto literário com a História. Em outras palavras, o valor artístico de uma obra parece residir na maior ou menor apreensão que o texto realiza da situação do ser humano confrontado com a realidade da História e do Inconsciente (em especial, o mito, mantido pelas formações discursivas do Inconsciente). Isto não significa que o texto literário contenha a figuração da aparência da estrutura social (ou seja, do real histórico), mas que contém aquilo que ficou latente na História, já que não foi dito pela linguagem. Assim, a obra indica uma falta, uma ausência, que repercutem no homem. É, portanto, uma lacuna de História que transparece, como palavra não pronunciada, no texto literário.”

2 – Simbolismo dos nomes

Um estudo de Carl Kerényi dissecou o termo *vida* (2002: Introdução - *Vida finita e vida infinita na língua grega*) na linguagem cotidiana dos gregos, como ‘bíos’ e ‘zoé’. É claro que o latim tem “vita” e os outros idiomas importantes também têm tal termo. Mas, logo no início de seu tratado, ele enfoca ‘zoé’, com seu traço fônico de ressonância, se opondo a ‘bíos’ na articulação; quanto ao seu significado, ‘zoé’ denota *vida em geral*, ou seja, é a experiência humana sem limites, ao passo que ‘bíos’, *vida particular*, que os gregos também atribuíam a animais; para elementos vegetais, era ‘phísis’, só em contextos especiais podia ocorrer ‘phýton bíos’, *a vida de planta*. (KERÉNYI, 2002: XVIII) Por isso, ‘bíos’ não é uma oposição definitiva, e sim particular, *a ‘thánatos’, à morte; ‘zoé’, o tempo da alma*, é que cria um contraste único, *em que a alma, no curso de seus renascimentos, passa de um ‘bíos’ a outro*. (Idem: XX)

Há uma escolha, selecionada aqui por Kerényi, lida em Aristóteles, Demóstenes (2002: XVIII), para, em seguida, retirar de uma confirmação mais arcaica em Homero o tema ‘zww’ / ‘zweis’, (forma não contrata), que denota *o transcórre da vida*, ‘biów’, *viver um espaço de tempo*. Desse modo, ‘zoé’, *vida sem atributos e opõe-se a ‘thánatos’*, e ‘bíos’, *vida que inclui morte, e não se opõe a ‘thánatos’*.

Fechamos estes parênteses com o símile do Autor, comparando o universo heleno com o cristão: *Plutarco, (se) quisesse enunciar pensamentos sobre a vida eterna de um deus, ou proclamar a ‘vida eterna’, teria de empregar ‘zoé’ como os cristãos fizeram com seu ‘aiónios zoé’*. (2002: XXXI, com citação exegética de Mateus, 19, 16; Marcos 10, 17; Lucas 18, 18; João 3, 36 e a referência contracenada entre Jesus e João 11, 25; 14, 6)

Do ponto de vista da linguística, não pode haver pensamento sem linguagem. Por essa razão, o corolário: a linguagem é uma reprodução do mundo, *mas submetendo-o à sua própria organização. Ela é ‘logos’, discurso e razão juntos, como o viram os*

gregos. (BENVENISTE, 1995: 26) Um esquema linguístico comporá “o pensamento” e, portanto, *A ‘forma’ do pensamento é configurada pela estrutura da língua. E a língua por sua vez revela dentro do sistema das suas categorias a sua função mediadora.* (Idem, p. 26-27) Chegamos ao ponto de poder afirmar que a verdade é uma linguagem sensorial. Alguém sabe de outrem o que este “alguém” não (ou nunca) esquece. Este grau de verdade se traduz em grego pela palavra ‘alétheia’ (prefixo *a-*, *privação*, elemento *-let-* esquecimento).

Esse desempenho linguístico do Homem em relação à realidade, formará cada convenção social. Dito de outro modo: cada cultura. Na relação entre significado e significante, ocultam-se as significações das palavras. Por isso, um falante nativo aprende que o arco-íris tem *n* cores, mas poderá achar difícil o discernimento delas, como é o caso de se enumerar em português sete cores, inglês seis ou o *bassa* da África com duas. Dada a imotivação impregnada na relação entre significante e significado, a cilada das palavras é constante e o discurso, uma possibilidade de falácias.

Consultemos mais uma vez Benveniste sobre:

O poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência material e soberana, a Palavra. (...)

O Homem se ergue acima dos irracionais devido à sua condição de simbolizar e como afirma Benveniste (p. 45): *O homem inteiro é um signo, seu pensamento é um signo, sua emoção é um signo.* A filosofia investiga os arcanos do Homem como *animal ridens* ou *homo sapiens*. O Poeta colabora também com símbolos sobre o Homem. Ora, Ernst Cassirer (II - *Uma Chave para a Natureza do Homem: o Símbolo:* 51) chama o Homem, na sua interação temporal ou espacial, de *animal symbolicum*. A tessitura poética se projeta diluída num amálgama de linguagens, verbal e não verbal, como a própria etimologia de *symbolicum*: ‘*sym*’, *reunião*, ‘*-bol*’, *lançar*, ‘*icu*’, *relativo a – lançar(-r/-do) ao mesmo tempo.*

Pode o poeta se valer de uma máscara, como outrora este instrumento fizera parte de ritual sagrado em sociedades primitivas, como fórmula mágica de defesa contra a interferência do sobrenatural. A máscara, no teatro greco-latino - embora apresente esmaecido o sagrado que auxilia na expressão dramática da dor, na tragédia, do riso, na comédia - ainda assim, é capaz de amalgamar ator e personagem e identificá-lo como um espectador interativo.

Herdamos, portanto, no mundo ocidental, a “personagem” que, através do neologismo francês “*personnage*”, vem do latim *persona*, com o sentido original de “aquele que fala/ emite som (*sona*) através de (*per*)”, isto é, o ator. A *poíesis* é uma ação lúdica que lembra uma arcaica experiência estética, enraizada no nosso interior, mas que sobrevive desviada ou dispersa nas interações sociais. Tal desvio condensa

ou concretiza um *homo ludens*, ou seja, um disfarce ou uma máscara social. Citemos Johan Huizinga (1980; 30):

A etnologia demonstrou a imensa importância social (...) todo indivíduo culto sente perante a máscara uma emoção estética imediata, composta de beleza, de temor e de mistério. Mesmo para o adulto civilizado de hoje, a máscara conserva algo de seu poder misterioso, inclusive quando a ela não está ligada emoção religiosa alguma. A visão de uma figura mascarada, como pura experiência estética, nos transporta para além da vida quotidiana, para um mundo onde reina algo diferente da claridade do dia: o mundo selvagem, da criança e do poeta, o mundo do jogo.

E não são poucas as vezes em que nos reconhecemos em coexistência, participando da alteridade do estro poético, como insinuam estes versos de Fernando Pessoa ortônimo:

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:

“Navegar é preciso; viver não é preciso”.
 Quero para mim o espírito [d]esta frase,
 transformada a forma para a casar como eu sou:
 Viver não é necessário; o que é necessário é criar.
 Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso.
 só quero torná-la grande,
 ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma)
 a lenha desse fogo.

Deslocado da sua pronúncia original, já que é uma tradução latina, *Navigare necesse (est), vivēre non necesse*, do grego “*Plēi anánke, zen oúk anánke*”, e cuja enunciação é persuasiva, ou seja, Pompeu, conforme o historiador Plutarco, precisava levar o trigo colhido nas províncias, daí exortar os marinheiros a embarcarem (*apud* TOSI: 1996) A frase assume em Fernando Pessoa “espírito universal”, porque a quer “torná-la de toda a humanidade”. E segue o poeta com um outro deslocamento e tom existencialista, na concepção de que cada ser é único, diferente, na sequência dos versos:

Só quero tomá-la de toda a humanidade;
 Ainda que para isso tenha de a perder como minha.
 Cada vez mais assim penso.
 Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue
 Para a evolução da humanidade.
 É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.

A nossa pesquisa, como se vê, se orienta com a contribuição da intertextualidade, mas observando o Poeta na sua diferente interação, partilhável em sua ação ou mesmo em ação mútua, não propriamente de observado, mas de solicitado, do latim: *sollicitus*, “*De sollus et citus*” (ERNOUT & MEILLET, 1985: SOLLICITUS), *revolver inteiramente, mover “sintagmas”* (“sollus” significa “inteiro”), tendo por suporte a semiologia.

O canto VIII da *Odisseia* ilustra nossa proposta. Ulisses ainda está acolhido como hóspede do rei Alcínoo e, ao ouvir o aedo Demódoco cantar os seus feitos, se emociona, mas só assume uma enunciação no canto IX, identificando-se, com a expressão “Eu sou Ulisses”, verso 17, para o rei dos feaces, Alcínoo, que lhe ofereceu hospedagem. Narra, então, como foi seu encontro, na passagem da *Odisseia*, IX, 106-547, com Polifemo, o Ciclope¹, filho de Posídon, que, conforme Homero, vivia afastado dos outros ciclopes e sozinho numa gruta, não precisando plantar e nem cuidar do rebanho, de onde tirava seu sustento.

De modo que o herói heleno aporta sem querer nesta ilha e trata de fazer um reconhecimento com seus doze companheiros. Chegados à gruta, se aproveitaram da fartura dos alimentos, mas foram surpreendidos pelo antropófago Polifemo, que os aprisionou. Após devorar seis dos doze companheiros do nauta grego e receber das mãos deste um vinho saboroso, porém forte, pergunta quem era grego do vinho. A sua resposta foi a do seu sinal heroico², isto é: envolve Polifemo numa rede de razões para que a sua enunciação seja partilhada definitivamente, bisneto que era de Hermes, o deus dos ardis e das trapaças, um trickster, ou seja, “*polýmētis*”, malicioso e hábil, e “*polýtropos*”, solerte e manhoso, verso 366: “Meu nome é Ninguém.”³ Então, ouve como resposta que será devorado por último⁴ e depois dos seus companheiros, dada a gratidão pela gentileza do vinho... e como xênia, quer dizer, acolhimento afetuoso para hóspedes. Quer dizer, a ironia homérica subjaz na enunciação.

Pelo fato de alguém ser possuidor de um terceiro olho, seria dotado de clarividência, que se opõe ao normal: ser dotado de dois olhos. Mas, neste episódio homérico, ser dotado de um único olho simboliza (CHEVALIER & GHEERBRANDT, 1994: CICLOPE) *uma recessão da inteligência, ou sua incipiência⁵, ou a perda do*

1- Note a etimologia do termo ciclope: composto de ‘*kýklos*’, “*círculo, o que é redondo*” e de (...) ‘*ópa*’, (a forma de nominativo é ‘*ops*’) “*olho*”, donde “*o que tem um grande olho redondo*” e a sua breve ação mítica: por lutarem ao lado de Zeus, obtiveram a liberdade. Gratos, concederam a Zeus, *o trovão, o relâmpago e o raio; a Hades ou Plutão, um capacete que o tornava invisível; a Posídon, o tridente.* (BRANDÃO, 1991: CICLOPES)

2- Os epítetos homéricos têm uma relevância mais consistente do que a simples formalização métrica e função mnemônica para os aedos, elementos tão defendidos nos manuais tradicionais de literatura. Eles denotam a “*areté*”, a “*excelência*”, e “*timé*”, “*a honra pessoal*”, já que, como arquétipos que são de nossa condição precária, os heróis suprem, nos epítetos exemplares, nossas deficiências.

3- “*Oútis emoi gónoma*”.

4- “*Oútin egò pýmaton édonai*”. Ninguém eu por último comerei...

5- “*Incipiência*” – é interessante notarmos valor homonímico com “*insipiência*”, sendo o signi-

sentido de certas dimensões e de certas analogias. Ter um olho, ou até um terceiro olho, pode ser não uma condição física, mas uma competência espiritual do Homem em dada instância do olhar: ou seja, uma não percepção plena ou parcial dos órgãos dos sentidos, como a situação de Polifemo, aliás, censurado por Ulisses pelo desrespeito à lei da hospitalidade e pelo mau humor no seu relacionamento social. Mau humor que o isola dos outros ciclopes e, até mesmo, da possibilidade do convívio social com outros humanos, como acentuou Ulisses numa passagem do encontro.

Essa produção da agressão daqueles seres de um só olho gera uma reação contrária e em sentido oposto, e toma - da parte *patiens ouis iniuriae, a injúria da paciente ovelha*, na metáfora do fabulista Fedro (s. I.) - por escudo um irônico “Ninguém”. Com o ambíguo “Ninguém”, ora como escudo, ora como ataque, Ulisses derrota a voracidade brutal de Polifemo. Eis o que denominamos acima de “máscara”, sendo esses deslocamentos e condensações uma “máscara poética”.

Levantamos a hipótese da percepção fora da condição física de um indivíduo qualquer, porque um ser vivo pode não se aperceber do que se passa em torno de si, mesmo que esteja olhando para o objeto que deveria ser apreendido ou captado pelos sentidos, e sabe-se que a visão é tida como o mais apurado dos órgãos do sentido; no entanto, falta-lhe um traço empírico, de valor mnemônico. É desse modo que, às vezes, encontramos indivíduos com aparência normal, ou seja, com dois olhos, mas inteiramente broncos no que tange ao relacionamento social. E isso independe de sexo, grau de inteligência e escolaridade. Isso de se medir a inteligência das pessoas, por exemplo, porque tire dez em Matemática, pode ser parâmetro equivocado. Para Kant (1724 -1804), há uma realidade sensível, perceptível e palpável, que é o fenômeno ou a coisa em si, tal como existe, e outra, transcendental, que é o númeno – coisas que existem só no entendimento, ou na intuição. São de cunho subjetivo. Aliás, a História registra esses paradoxos culturais, personalidades “ciclópicas” como as de Nero, que foi preparado por Sêneca, o Filósofo, ou a de Hitler, que também teve uma iniciação na educação. Não se quer, com estas considerações, tematizar a educação. Não. As nossas observações são específicas sobre “a personalidade ciclópica”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Pontes. Vols. I e II.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1986. 3 v.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica: Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana*. Tr. de V. F. de Queiroz. São Paulo: Mestre Jou: 1977.

ficado do prefixo “in” do segundo termo “negação” e, o do primeiro, movimento para dentro, lugar onde, intensidade – ou seja, “incipiência” é, rigorosamente, tomar (de capêre) a partir de um ponto para dentro... iniciante...

- CHEVALIER, J. & GHEERBRANDT, A. *Dicionários de Símbolos*. Tr. Vera Silva et alii. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de Linguística*. Tr. de F. P. de Barros et alii. São Paulo: Cultrix, 1978.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens: o Jogo como Elemento da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- KERÉNYI, Carl. *Dioniso: Imagem Arquetípica da Vida Indestrutível*. Tr. Ordep T. Serra. São Paulo: Odysseus, 2002.
- MACEDO, Walmíro. *O Livro da Semântica: Estudo dos Signos Linguísticos*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- PEREIRA, I. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Porto:Apostolado, 1976.
- PORTELA, Eduardo et alii. *Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*. Porto: Porto Editora, 1937.

COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO EM PERSPECTIVA FUNCIONAL

CLAUDIO CEZAR HENRIQUES (UERJ, UNESA E ABRAFIL)
MAGDA BAHIA SCHLEE (UFF E UERJ)

RESUMO

Este artigo aborda as contribuições que uma perspectiva funcional pode dar ao ensino de língua. As explicações tomam como exemplo um caso de estrutura sintática de período composto e aplicam a sua descrição aos critérios funcionalistas, explorando os valores discursivos e as possibilidades de reescritura. Comparadas estruturas sintáticas equivalentes ou similares, é possível fundamentar os pressupostos que conjugam a análise sintática de caráter unicamente classificatório com a análise de seus valores textuais e comunicacionais.

PALAVRAS-CHAVE: gramática funcional – sintaxe – ensino

A questão da gramática e de seu ensino na escola tem sido alvo de amplo debate não só no âmbito escolar, mas também na mídia impressa e televisiva. Tais enfoques, contudo, baseiam-se, em geral, na observância ou não dos princípios da língua padrão e na validade ou não de seu ensino na escola. Obras como a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, por exemplo, de Marcos Bagno, lançada recentemente, questionam o ensino tradicional calcado exclusivamente no normativismo padrão e propõe um ensino que leve em conta tantas outras normas existentes no Brasil.

Ao se referirem especificamente a expressões como “língua padrão” ou “norma padrão”, muitos autores – entre os quais o citado no parágrafo anterior – acabam contribuindo, por um lado, para estigmatizar o ensino da gramática como instrumento para o aprendizado amplo da língua e, por outro, para propagar a falsa ideia de que ensinar a língua praticada por escrito nas instâncias de prestígio da sociedade é um mal que precisa ser vencido.

O que se pretende, ao contrário, neste artigo é apresentar uma proposta prática do ensino gramatical com base na perspectiva funcional da linguagem, partindo do princípio de que qualquer língua estrutura-se a partir de unidades à disposição do falante e a opção por uma delas provoca uma série de efeitos discursivos de extrema relevância para a significação do texto. Vê-se, assim, que a forma como trataremos os itens linguísticos, mais especificamente os processos sintáticos de coordenação e subordinação subjaz a todas as normas linguísticas.

Tal perspectiva representa uma oposição ao tratamento formalista dos aspectos linguísticos. Tradicionalmente, o polo formalista caracteriza-se, em termos

gerais, pelo esforço de analisar a língua como um elemento autônomo, cuja estrutura independe de seu uso em situações comunicativas reais. Segundo os formalistas, a língua não deve ser interpretada como o reflexo de um conjunto de fatos não linguísticos, mas como uma “unidade encerrada em si mesma, como uma estrutura *sui generis*” (Hjelmslev, apud Martelotta, 2003). Nessa perspectiva, a língua apresenta um caráter abstrato e estático, já que é dissociada do ato comunicativo.

O polo funcionalista, em contrapartida, concebe a língua como um instrumento de comunicação que, como tal, não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas que ajudam a determinar sua estrutura gramatical.

Essa concepção funcionalista deixou suas marcas em diferentes teóricos da linguagem. Halliday, por exemplo, ao distinguir essas duas vertentes, filia-se à concepção “funcional” da linguagem, propondo uma abordagem sociofuncional da linguagem. Assim, para Halliday (1994, p. xiii), “uma gramática funcional é essencialmente uma gramática *natural*, no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada.”¹

Nessa perspectiva, o estudo da gramática implica a consideração do discurso como dado primário e a estrutura da gramática torna-se indissociável da estrutura do discurso. Parte-se, assim, do pressuposto de que gramática e interação social se complementam: a gramática é um recurso responsável pela interação social e, ao mesmo tempo, está sujeita à interação, uma vez que é no processo de interação social que se dá a aquisição, a manutenção e a mudança da linguagem.

Com base nessa perspectiva funcional, fazemos aqui uma breve análise dos processos sintáticos de união de orações, tradicionalmente conhecidos como coordenação e subordinação, sob o ponto de vista discursivo.

De forma geral, os períodos compostos por coordenação e subordinação costumam ser tratados no âmbito exclusivamente formal, desconsiderando que o usuário da língua, ao lançar mão desses processos sintáticos de união de orações, faz isso com interesses essencialmente discursivos, por exemplo: dar ênfase a determinada ideia, relacionar tópicos diversos, fazer uma ligação entre parágrafos. Esses propósitos, enfim, vão além das abordagens estritamente formais dos períodos compostos expostas na maioria das gramáticas – embora seja preciso dizer que, em muitos casos, a descrição nelas contida não inviabiliza o que aqui se defende e que pode ser visto então como uma espécie de segunda etapa em direção ao domínio da estrutura frasal.

Além disso, especificamente em relação ao período composto por subordinação, é prática comum, em estudos gramaticais de orientação formalista, a ênfase na análise das orações subordinadas, quer quanto ao reconhecimento de suas funções (substantivas, adjetivas ou adverbiais), quer quanto a sua estrutura (desenvolvidas ou reduzidas – ou correlatas, se quisermos expandir a descrição da nomenclatura oficial), quer ainda quanto ao mecanismo de união de orações (conectivas

1- A functional grammar is essentially a ‘natural’ grammar, in the sense that everything in it can be explained, ultimately, by reference to how language is used.

ou justapostas). Pouco se diz, contudo, sobre os efeitos discursivos provocados pela opção entre coordenação ou subordinação para a construção de períodos compostos e tampouco se fala da disposição das orações no período, o que seria de fato o mais relevante para qualquer usuário da língua.

Com base no exposto, propomos uma abordagem funcional da questão. Para isso, usaremos o texto de Muniz Sodré (1971, p. 61), que se segue.

A tevê, apesar de nos trazer uma realidade concreta, não fornece uma reprodução fiel da realidade. Uma reportagem de tevê, com transmissão direta, é o resultado de vários pontos de vista: do realizador, que controla e seleciona as imagens num monitor; do produtor, que poderá efetuar cortes arbitrários; do *cameraman*, que seleciona os ângulos de filmagem; finalmente de todos aqueles capazes de intervir no processo da transmissão. Por outro lado, alternando sempre os closes (apenas o rosto de um personagem no vídeo, por exemplo) com cenas reduzidas (a vista geral de uma multidão), a televisão não dá ao espectador a liberdade de escolher entre o essencial ou o acidental, ou seja, aquilo que ele deseja ver em grandes ou pequenos planos. Dessa forma, a tevê impõe ao receptor a sua maneira especialíssima de ver o real.

A análise proposta parte do primeiro período do texto (A tevê, apesar de nos trazer uma realidade concreta, não fornece uma reprodução fiel da realidade) e da sua relação com o contexto que a ele se segue.

As abordagens acerca da coordenação e da subordinação começam, é claro, pela identificação e classificação das orações do período em estudo, mas é preciso atentar para a relevância discursiva desses processos. Quando não se faz isso, o estudo parece perder sua finalidade, e o assunto pode ser visto pelo aluno como mais um caso de “!decoreba” ou, pior, como algo desvinculado da vida real.

O nexos semântico presente no primeiro período do texto em análise poderia ser explicitado de outras formas, além da que foi empregado no texto original. Partindo-se do princípio de que a ideia de oposição ou contraste tanto pode ser expressa por uma coordenada adversativa quanto por uma subordinada concessiva, teríamos outras opções de estruturação, além da que foi praticada pelo autor:

- (1) A tevê, apesar de nos trazer uma imagem concreta, não fornece uma reprodução fiel da realidade.
- (2) Apesar de não fornecer uma reprodução fiel da realidade, a tevê nos traz uma imagem concreta.
- (3) A tevê nos traz uma imagem concreta, mas não fornece uma reprodução fiel da realidade.
- (4) A tevê não fornece uma reprodução fiel da realidade, mas nos traz uma imagem concreta.

Todas as estruturações acima são gramaticalmente aceitáveis e conservam os valores básicos dos conectores interoracionais, que estabelecem uma relação de contraste entre as duas assertivas do período inicial, a saber:

- I - A tevê não fornece uma reprodução fiel da realidade
- II – A tevê nos traz uma imagem concreta

Isso não significa, porém, que as quatro maneiras apresentadas são equivalentes do ponto de vista discursivo. Feita a análise e observada a pertinência de cada reescritura, é preciso considerar o contexto, o que revelará as diferenças e limitações que se impõe analisar. É fácil perceber que o desenvolvimento do parágrafo apresenta argumentos favoráveis à tese de que a televisão não fornece uma reprodução fiel da realidade. Desse modo, as opções (2) e (4) tornam-se opções incoerentes nesse contexto. Em (2), a ideia de a tevê não fornecer uma reprodução fiel da realidade está na oração subordinada, o que lhe confere menor destaque. Ganha realce nesse período a ideia de que a televisão traz uma imagem concreta, que representa a oração principal.

Já em (4), o uso da conjunção coordenativa adversativa valoriza justamente o conteúdo da oração sindética, já que tudo que é enunciado depois do *mas* assume força retórica, ou seja, é favorável à tese que se quer defender. Assim, nesse período, a ideia que acompanha a conjunção adversativa – no caso o fato de a televisão trazer uma imagem concreta – ganha projeção no período.

Restam, assim, as opções (1) e (3) que, por sua estruturação sintática, dão relevo justamente à ideia que se quer defender. A opção pela subordinação, contudo, é a mais adequada, uma vez que a desigualdade de valores semânticos encontra expressão mais apropriada numa estrutura em que se evidencie também uma desigualdade de valores sintáticos.

Percebemos, pelo breve exemplo, a grande importância que os processos de coordenação e subordinação têm para a estruturação dos textos em geral. Por seu intermédio, garante-se a ênfase adequada à assertiva que se quer valorizar, mantendo-se a coerência do texto.

É criticável a pouca atenção (às vezes nenhuma) que se dá nos bancos escolares ou nos livros didáticos a processos como os que vimos na análise do texto. Eles estão à disposição para que o falante/escritor possa veicular da melhor forma possível os conteúdos que quer comunicar.

Com isso queremos repisar que os estudos sintáticos são de fundamental importância no ensino de língua portuguesa. Tais estudos, no entanto, devem estar focados em uma perspectiva funcional, que valorize o papel discursivo das estruturas sintáticas, de forma a torná-los mais produtivos para os diferentes usuários da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. *Iniciação à Sintaxe do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. “Construção Sintática e Monitoramento: análise de três aspectos gramaticais”. In: HENRIQUES, Claudio Cezar & SIMÕES, Darcilia. *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2005.
- BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- HALLIDAY, M. A. K. “Estrutura e função da linguagem”. In: LYONS, John (org.) *Novos Horizontes em Linguística*. São Paulo: Cultrix/ EdUSP, 1976.
- _____. & HASAN, R. *Language, Context and Text: Aspects of Language as a Social-Semiotic Perspective*. OxfordUniversity Press, 1989.
- _____. *An Introduction to Functional Grammar*. 2.^a ed., London: Edward Arnold, 1994.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.
- _____. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SCHLEE, Magda Bahia. *A Modalidade em Português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais*. UERJ, 2008.
- SODRÉ, Muniz. *A Comunicação do Grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1972.

HISTORICIDADE E HISTORIOGRAFIA EM HANS ROBERT JAUSS

FRANCISCO VENCESLAU DOS SANTOS (UERJ E ABRAFIL)

RESUMO

Análise das implicações entre História e historiografia (situação da escrita) literárias a partir do exame do ponto de vista da teoria da recepção de Hans Robert Jauss, da Escola de Constança (Alemanha), em confronto com a teoria da produção literária (Hans Ulrich Gumbrecht). Exame dos paradigmas em crise (anacronismos), principalmente do Formalismo Russo (J. Tynianov) e da emergência de novas propostas de investigação de obras literárias no contexto contemporâneo, suas consequências. Crítica das noções de historicismo, subjetividade, re-escrita da história literária, lugares do autor e do leitor, eliminação do muro entre alta e baixa culturas, processos de consagração (cânone), sincronia e diacronia entre produção e leitura de obras literárias.

PALAVRAS-CHAVE - História literária, teoria da recepção, teoria da produção, autor e leitor, cânone.

Este ensaio discute o problema da compreensão da sucessão histórica nos estudos literários. O ponto de partida é uma pergunta sobre este tópico, formulada por Hans Robert Jauss, no seu livro, hoje canônico, *A história da literatura como provocação à teoria literária*. A seguir, retomo a discussão do lugar da produção, o qual sofreu uma espécie de apagamento na teoria atual, mas não o faço, para diminuir a importância da recepção. Meu intento é buscar implicações entre historiografia e “historicidade” literárias, sinalizadas por Jauss, e outros.

Na discussão da noção de historicidade, levo em conta a questão da “temporalidade do conhecimento, sobretudo a temporalidade das teorias, de um novo ângulo”¹. Hoje, as teorias são instáveis, os paradigmas estão em crise, o estruturalismo, o formalismo se mostram obsoletos. Como lembra Gumbrecht, “torna-se imprescindível a consciência das condições desse novo contexto do sistema epistemológico de referências, pois diante delas, há uma impossibilidade de retomar paradigmas anteriormente bem-sucedidos”². A reflexão sobre a temporalidade das teorias do passado cultivava ora a adequação entre estas e um mundo de referências,

1- GUMBRECHT, Hans Ulrich. O futuro dos estudos de literatura? In: *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*. Organizador: João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998. p. 164.

2- idem, 1998, p. 163.

de um modo estável, ou uma contínua adaptação das teorias às mudanças. No contexto contemporâneo, não cabe mais a esperança de que teorias possam aperfeiçoar-se ou estar em dia com a realidade, isto é, a expectativa de um desenvolvimento.

Com relação à historiografia, cabe lembrar que ela se situa no bojo da dissolução do referente, na epistemologia moderna, a partir do início do século XIX. Desde então, “o discurso historiográfico abre um espaço disponível para integrar todas as múltiplas representações”³. Isto é historicização. Já a literatura se encontra numa situação epistemológica coincidente com certa perda de coerência da noção e com um notável declínio de sua aura (não perda de todo, pois ainda restam resíduos de aura), daí desistir de desenvolver uma definição meta-histórica. Este posicionamento não implica o abandono dos “estudos literários” como um campo disciplinar coerente, vinculado às Ciências Humanas, necessitado de propostas e tarefas, objetivos esses que podem ser de caráter teórico.

Em seu ensaio, Jauss aponta a complacência da crítica oriunda da teoria literária que acusa a história clássica da literatura de pretender ser apenas “uma forma de escrita da história, mas na verdade, move-se numa esfera exterior à dimensão histórica”⁴. Esta exterioridade de historiadores e de críticos é um apagador da historicidade. O foco do exterior, a objetividade, nega a subjetividade na historiografia contemporânea: “... não é apenas raro, mas francamente malvisto, que um historiador da literatura profira veredictos qualitativos acerca de obras de épocas passadas. Muito pelo contrário, o historiador costuma, antes apoiar-se no ideal de objetividade da historiografia, à qual cabe apenas descrever como as coisas efetivamente aconteceram”⁵.

A pergunta básica é: Como se poderia hoje fundamentar metodologicamente e reescrever a história da literatura?⁶. Nas respostas a esta questão, Jauss remete às aporias em que mergulharam as escolas formalista e marxista, em suas tentativas de compreensão da sucessão histórica, e a outras questões vizinhas: a formação do cânone literário, a reconstrução da história da literatura e o lugar do leitor. Hoje, penso eu, a crítica se encontra diante de novos desafios: redefinições de literatura e cultura, a expansão do objeto da história literária, o papel do mercado sobre a produção e recepção de literatura.

3- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cultura. Formas de representação e atuação. In: OLINTO, Heidrun Krieger & SCHOLHAMMER, Karl Erik. *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Departamento de Letras/NAU, 1999. p. 67.

4- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo, Ática, 1994. p. 6. Conforme o autor, a forma habitual deste tipo de “história” literária ordena um conjunto selecionado de autores e obras, segundo um cânone que o leitor não consegue divisar.

5- idem, p. 7.

6- ibidem, p. 23. As escolas formalista e marxista, por caminhos opostos “tentaram resolver o problema de como compreender a sucessão histórica das obras literárias como o nexo da literatura, e ambas mergulharam por fim, numa aporia cuja solução teria exigido que se estabelecesse uma nova relação entre a contemplação histórica e a contemplação estética” – Jauss, H.R., 1994, p. 15.

O problema posto por Jauss já havia sido levantado, de um ângulo diferente, pelo formalismo russo, que nos ensinou a ver de uma maneira nova a obra de arte em sua história – isto é, na transformação dos sistemas, gêneros e formas literárias. Em seu ensaio de 1927, *Da evolução literária*⁷, J. Tynianov levanta alguns problemas epistemológicos relacionados com a história literária. A disciplina era, segundo ele, dominada pelo foco na psicologia do autor, pelo isolamento e causalidade (a aproximação causalista esquematizada isola a série literária do ponto de vista onde se coloca o observador). Este isolamento na série literária provocava um avanço na história dos gerais.

No relacionamento da história literária com a literatura contemporânea, os historiadores de então veem o estabelecimento de leis, normas, confundindo a historicidade com o historicismo. Tynianov propõe o reexame do termo história literária, e suas conceituações, considerando-o vago, pretensioso e não científico. A expressão ocultaria “não só a história dos fatos propriamente literários, mas também a história de toda a atividade linguística”⁸, apresentando-se como uma disciplina já pronta para entrar na história cultural. Ele reivindica também a adoção de dois pontos de vista para o estudo histórico: o estudo da gênese dos fenômenos literários e o estudo da variabilidade literária, ou seja, a evolução da série. A exigência de um ponto de vista torna-se importante, porque em certo sentido, ela antecipa a proposta de construção da história (invenção da história), levantada por autores como Hayden White⁹ e Stephen Bann .

Tynianov abre perspectivas para pesquisa da historicidade literária com a sua não recomendação dos estudos imanentes, e a emergência de correlações da obra com as séries literárias e extraliterária, a contextualização do fato literário (o que é fato literário numa época, noutra pode ser fato social - exemplo das cartas e memórias), a mutabilidade e função de certos elementos que num determinado momento servem para ligar os fatos literários à série literária, como o pastiche.

Como os demais formalistas, ele se situava num ambiente crítico em que era levada em conta, com rigor, a separação entre o literário e outras formas de discurso, então excluídas, e englobadas na rubrica dos gerais. Interessante é que esta separação dá início ao debate em torno do objeto da literatura, anunciando a polêmica sobre a ampliação do campo da história literária, na feição que tomam os estudos contemporâneos (eliminação do muro entre alta cultura e baixa cultura, articulação do erudito e do popular). De qualquer modo, e apesar de sua contribuição, Tynianov congela a historicidade da literatura num conceito canônico de forma, sistemas e

7- TYNIANOV, J.. Da evolução literária. In: *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, 1971.p. 105-118.

8- TYNIANOV, J., 1971, p. 106.

9- WHITE, Hayden. Introdução: a poética da história. In: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 17-56; BANN, Stephen. “Introdução: as invenções da história” e “Analisando o discurso da história”. In: *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo, Editora da UNESP, 1994, p. 13-25 e 51-86, respectivamente.

funções.

O cânone entra aqui como contraponto. Os processos de consagração e de esquecimento se dão não só no tempo presente, mas também no tempo passado. Relacionam-se à aporia do juízo literário, posta por René Wellek: “Deve o filólogo avaliar uma obra literária a partir da perspectiva do passado, do ponto de vista do presente ou do ‘juízo dos séculos?’”¹⁰.

Wellek argumenta que os critérios de um passado qualquer poderiam ser tão estreitos que sua utilização apenas tornaria mais pobre uma obra literária que, na história de seu efeito desenvolveu um rico potencial de significados. Jauss comenta o tópico: “O juízo estético do presente, por sua vez, privilegiaria um cânone de obras que atendem ao gosto moderno, mas avaliaria injustamente todas as demais obras, e unicamente porque a função destas à sua época já não se mostrava visível”¹¹. Wellek responde que não há possibilidade de nos esquivarmos de nosso próprio juízo e de que se deve apenas torná-lo o mais objetivo possível, procedendo como o fazem os cientistas, isto é, isolando o objeto – e isto não constitui solução alguma da aporia, mas uma recaída no objetivismo. Para ele, o juízo dos séculos sobre uma obra literária “é mais do que apenas o juízo acumulado de outros leitores, críticos, espectadores e até mesmo professores”¹².

Para superar esta aporia, Jauss propõe a necessidade e a possibilidade de descortinar o caráter histórico da literatura por meio de cortes sincrônicos, reivindicando a coexistência do simultâneo e do não simultâneo, onde “a historicidade da literatura revela-se justamente nos pontos de interseção entre diacronia e sincronia”¹³. Portanto, o estudo da literatura

somente alcança dimensão verdadeiramente histórica quando rompe o cânone morfológico, quando confronta a obra importante do ponto de vista da história das formas com os exemplos historicamente falidos, convencionais do gênero e, além disso, não deixa de considerar a relação dessa obra com o conceito literário no qual ela, ao lado de outras obras de outros gêneros, teve de impor¹⁴.

10- WELLEK, R. “The theory of literary history”. In: *Études dédiées an Quatrième Congrès de Linguistes. Travaux du Cercle linguistique de Prague*, 1936, p. 184.

11- JAUSS, 1994, p. 37.

12- WELLEK, R. “Der Begriff der Evolution in der Literaturgeschichte”, in: *Grundbegriffe der Literaturkritik*, Stuttgart / Berlin, Colonia/Mainz, 1965, p. 20. Parte das idéias deste parágrafo são interpretações do pensamento de Wellek feitas por Jauss. As transcrições remetem ao original. O juízo estético “é o desdobramento de um potencial de sentido virtualmente apresentado na obra, historicamente atualizado em sua recepção e concretizado na história do efeito, potencial este que se descortina ao juízo que compreende na medida em que, no encontro com a tradição, ele realiza a “fusão dos horizontes” de forma controlada” (JAUSS, H., 1994, p. 38).

13- JAUSS, H., 1994, p. 47 e 48.

14- idem, p. 48.

A inscrição do tempo presente no tempo da tradição é um bom argumento contra a história literária substancialista, defensora de uma continuidade “que responde a um ideal metafísico de entificação do nacional”¹⁵. O centro de interesse de Jauss, no entanto, é a recepção em seus aspectos estético e social, deslocando para um segundo plano a produção. A historicidade da obra literária na teoria de Jauss é condicionada primordialmente pela relação dialógica entre literatura e leitor¹⁶. Com base nesta relação, é possível, na área da história da literatura, estabelecer o nexos entre as obras literárias.

A relação literatura x leitor apresenta implicações estéticas e históricas. O leitor faz uma avaliação do valor estético da obra ao compará-la com outras obras já lidas. Esta é a implicação estética. A implicação histórica manifesta-se na continuidade de uma cadeia de recepções. A compreensão dos primeiros leitores tem continuidade e se enriquece de geração em geração, apontando o sentido histórico de uma obra, tornando visível sua qualidade estética. Assim, o aspecto estético e o aspecto histórico são mediados, reatados os elos entre o fenômeno do passado e a experiência presente, fios que o historicismo rompera.

O leitor ocupa um lugar privilegiado na teoria da recepção de Jauss. Cada obra literária se deixa examinar, porque existe uma disposição específica *a priori* do público. Na experiência literária, existe um saber prévio, que é também um momento desta experiência. Há toda uma antecipação para a emergência de uma obra, portanto ela não surge num espaço vazio, ela aparece em meio a ressonâncias.

As convenções do gênero, as formas, as normas estéticas, as relações implícitas com outras obras conhecidas do contexto histórico-literário evocam um horizonte, que pode ser destruído, quando a obra nova está em desacordo com ele.

A maneira pela qual uma obra literária, no momento histórico de sua aparição, atende, supera, decepciona ou contraria as expectativas de seu público inicial oferece-nos claramente um critério para a determinação de seu valor estético. A distância entre o horizonte de expectativa e a obra, entre o já conhecido da experiência estética anterior e a mudança de horizonte exigida pela acolhida à nova obra, determina, do ponto de vista da estética da recepção, o caráter artístico de uma obra literária¹⁷. Se a obra não exige um novo horizonte, ela se aproxima da arte culinária, na medida em que não propõe mudança. Atende apenas a tendência do gosto dominante, satisfaz a demanda pela reprodução do belo usual, “confirma sentimentos familiares, sanciona as fantasias do desejo, torna palatáveis as experiências corriqueiras ou mesmo lança problemas morais, mas apenas para solucioná-los no sentido edificante”¹⁸.

No caso inverso, “trata-se de avaliar o caráter artístico de uma obra pela

15- CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1989, p. 12.

16- JAUSS, H., 1994, p. 23.

17- idem, p. 31.

18- ibidem, p. 32.

distância estética que a opõe à expectativa de seu público inicial”¹⁹. Esta distância é experimentada inicialmente com prazer ou de modo estranho, na qualidade de uma nova forma de percepção e poderá desaparecer para leitores posteriores, quando se tornar uma obviedade. Na condição de uma expectativa familiar integrará o horizonte da experiência estética futura.

Jauss conclui suas teses, afirmando que a experiência literária do leitor pode interferir na expectativa de sua vida prática, inclusive ajudando-o a formar seu entendimento do mundo e, portanto atuar sobre seu comportamento social. A relação literatura x leitor se atualizaria também na esfera ética. A superação do caráter estético da literatura teria como consequência a superação do abismo entre o conhecimento estético e o histórico. A história da literatura não se limitaria a descrever o processo da história geral conforme esse processo se delineia em suas obras, porém quando, na sucessão literária, ela revela juntamente com outras forças sociais sua função que é constitutiva da sociedade.

O problema é que Jauss concentra tudo no leitor. A teoria deve utilizar a recepção de modo crítico, para que a sua importância surja em relação com os outros fatores por ela transformados, mas que não podem ser esquecidos. Uma excessiva insistência apenas na recepção, ou mesmo na comunicação texto-leitor do ponto de vista histórico, pode ter por consequência uma concepção parcial e distorcida da historicidade. Para Gumbrecht, o foco da crítica literária deve incidir muito mais na intenção do autor do que na intenção de um leitor qualquer²⁰. O autor tem que levar em conta o contexto de produção para elaborar sua obra. Mesmo que se considerem os conceitos de autor e obra na perspectiva de Foucault²¹, as formações discursivas são históricas e produzidas.

Gumbrecht propõe a discussão da “ação do autor e a ação do leitor como condições para a formação histórica de significados²², e o desenvolvimento de uma sociologia da comunicação que absorveria também o estudo do sentido nos estudos literários, e consequentemente na história literária. Não vou entrar aqui na discussão dos conceitos de agir, ação e projeto prévio do autor, que demandariam outro ensaio, em outro rumo. Lembro apenas que a existência do autor, entendido como um conjunto de instâncias instauradoras de discursos, é surpreendida num contexto de produção, lançada retoricamente à disposição receptiva dos leitores,

O nível mais ambicioso de Jauss, na investigação do problema básico da

19- JAUSS, H, 1994, p. 32.

20- GUMBRECHT, H., 1998, p. 27. Eis alguns motivos citados por Gumbrecht, para se levar em conta a reconstrução do contexto de produção: “o significado pretendido pelo autor pode ser facilmente reconstruído”; “o autor só pode elaborar o significado do texto através da consideração de tipos históricos de leitores”; os leitores compreendem os textos como resultados da ação dos autores.

21- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*; organização e seleção de Manoel Bastos da Motta; tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.p. 264-298.

22- GUMBRECHT, H., 1998, p. 28.

sucessão literária, é indagar da função da literatura na constituição da esfera social: “surge uma questão que nos encaminha ao problema de como as experiências derivadas de leituras podem tornar-se motivações para a ação do leitor na vida diária”²³.

O projeto da crítica literária para pesquisar a relação entre produção e recepção “seria a reconstrução dos propósitos aos quais os leitores históricos têm aplicado suas ações de compreender os significados textuais objetivos e subjetivos – em outras palavras, o estudo histórico de seu interesse literário”²⁴. A investigação das finalidades das motivações “pode ser respondida apenas através do recurso à história social, ou seja, estendendo-as às funções sociais da recepção literária”²⁵

Há uma aporia nas tentativas de pesquisa e análise da influência da recepção textual no comportamento do leitor, conforme Gumbrecht. Trata-se da impossibilidade de isolar o tipo de experiência que remonta à recepção literária, daí a dificuldade da reconstituição positiva da influência da literatura sobre a História. Porque não podemos estabelecer conexão entre as experiências de indivíduos ou grupos para adquirirem experiência pela recepção de textos literários, e identificar as mudanças em seus atos. As mudanças nas estruturas sociais e históricas que podem ser determinadas constituem o produto de uma interação complexa de tantos fatores diversos que a recepção literária como elemento significativo para legitimizar a literatura e a crítica literária parece deficiente

É difícil e paradoxal construir uma nova história literária, como propõe Jauss, centralizada não nos autores, influências e tendências literárias, mas na literatura como definida e interpretada pelos seus vários momentos de recepção histórica. O encaminhamento da proposta cria um problema epistemológico: “Se examinarmos o texto em si como uma espécie de esqueleto, uma série de possibilidades que esperam ser concretizadas de várias maneiras por vários leitores, como discutir essas possibilidades sem já tê-las concretizado? Ao falar do texto em si, tornando-o como norma em relação a determinadas interpretações, estaremos tratando como algo mais do que a nossa própria concretização? Estará o crítico pretendendo chegar a algum conhecimento divino do texto em si, um conhecimento negado ao mero leitor que tem de se haver com a construção, inevitavelmente parcial, que faz do texto? Além destas, Terry Eagleton faz outra objeção séria: “as obras literárias, em si mesmas, não permanecem constantes, enquanto suas interpretações se modificam; os próprios textos e tradições literárias sofrem modificações ativas, de acordo com os vários “horizontes” históricos nos quais elas são recebidas”²⁶.

A análise da articulação histórica entre produção e leitura “está profundamente marcada por resíduos do mito romântico da imaginação livremente criadora”²⁷. Por

23- idem, p. 32.

24- ibidem, p. 36.

25- id. ibid., p. 36

26- EAGLETON, Terry. Fenomenologia, hermenêutica, teoria da recepção. In: *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo, Martins, s/d., p. 90 e 89, respectivamente. .

27- JOBIM, José Luís. A leitura e a produção textual: uma visão histórica. In: *A poética do fundamento: ensaios de teoria e história da literatura*. Niterói, EDUFF, 1996. p. 14.

isso, autor, no contexto deste ensaio, não se reveste da romântica originalidade *a priori*. Falo, de acordo com José Luís Jobim, da condicionalidade autoral num campo literário articulado, o qual inclui pressuposições retóricas de discursos, tanto para autores quanto para leitores, a existência de modelos discursivos e valores compartilhados, que neutralizam a originalidade absoluta. É interessante, pensar então o consumo, tanto na produção literária como em qualquer outra, como parte do processo de produção. As noções de autor e leitor não são tomadas aqui no sentido de subjetividades pessoais que se envolvem num processo de produção, embora sejam um pouco isso, na medida em que o componente individual é indispensável em qualquer atividade humana.

Afastada a possibilidade de construção da história literária com base apenas na recepção, retomo a pergunta central deste texto: como e em que condições consegue o historiador conhecer o passado? A hipótese de resposta indica que este nunca é um dado apreensível, de forma empírica, pela percepção. Como diz Collingwood, “o espírito do historiador deve fazer reviver ativamente o passado”²⁸, transformando-o, e é essa recriação que molda o discurso histórico como fenômeno organicamente ligado ao presente. A história literária tem como objeto a sobrevivência de um número incalculável de textos que se sobrepõem uns aos outros, apreensíveis pelo seu teor imaginário, isto é, pela forma como apelam ao historiador como leitor. Precisamos levar em conta a visão de mundo do historiador, em sua tarefa de constituição dos fatos literários e das obras em história, nos planos da produção e da recepção, tendo em vista que ambos estão correlacionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANN, Stephen. “Introdução: as invenções da história” e “Analisando o discurso da história”. In: *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo, Editora da UNESP, 1994

CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1989

COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford University Press, 1956

EAGLETON, Terry. Fenomenologia, hermenêutica, teoria da recepção. In: *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo, Martins, s/d.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*; organização e seleção de Manoel Bastos da Motta; tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. O futuro dos estudos de literatura? In: *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não hermenêutica*. Organizador: João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998

_____. Cultura. Formas de representação e atuação In: OLINTO, Heidrun Krieger & SCHOLHAMMER, Karl Erik (Org.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Departamento de Letras/NAU,

28- COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford University Press, 1956. p. 282

1999

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*.

Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo, Ática, 1994

JOBIM, José Luís. A leitura e a produção textual: uma visão histórica. In: *A poética do fundamento: ensaios de teoria e história da literatura*. Niterói, EDUFF, 1996.

TYNIANOV, J. Da evolução literária. In: *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre, Globo, 1971

WELLEK, R. "The theory of literary history". In: *Études dédiées an Quatrième Congrès de Linguistes. Travaux du Cercle linguistique de Prague*, 1936, p. 184.

_____. "Der Begriff der Evolution in der Literaturgeschichte", in: *Grundbegriffe der Literaturkritik*, Stuttgart/Berlin, Colonia/Mainz, 1965

WHITE, Hayden. Introdução: a poética da história. In: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 17-56;

COMO ANALISAR A PALAVRA EIS E A EXPRESSÃO EIS QUE

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS (UERJ, ABL, LLP)

RESUMO

A palavra *eis* e a expressão *eis que* não têm explicação uniforme entre os gramáticos. Uns a consideram forma verbal com o respectivo complemento: *Eis que chegou o rei*. Nesta interpretação, o *eis* seria forma reduzida do verbo *haver* na 2.^a pessoa do plural (*haveis*), seguida de uma oração substantiva objetiva direta. Outros interpretam a palavra *eis* como advérbio, sendo, aí, necessária a explicação do *que*. Não muitos autores se preocuparam com o assunto. Aqui, consultamos duas eminentes autoridades na língua portuguesa: José Oiticica e Vittorio Bergo. É um estudo que exige conhecimento etimológico, e o uso no idioma desde o português antigo. Também, vamos ter a abonação de dois grandes filólogos: Pe. Augusto Magne e Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Não tomamos partido entre os critérios apresentados. Move-nos, apenas, o interesse de abordar o assunto para que os estudiosos de nosso idioma se inteirem de certa complexidade para explicá-lo.

PALAVRAS-CHAVE: *eis*, *eis que*, etimologia, emprego.

Autores há que veem uma forma verbal de *haveis* seguida de oração objetiva direta em *eis/que ele chegou*. É difícil aceitar a forma *heis* como verbo, forma estratificada no português moderno, como expuseram Antônio de Moraes Silva e Gonçalves Viana.

Outros consideram uma palavra ou partícula de designação e, ainda, palavra denotativa.

Vejamos a opinião de alguns mestres da língua na abordagem do assunto.

O Prof. José Oiticica¹ admite provir da expressão *eis o sacerdote*, como já era no latim: *ecce sacerdos*, inicialmente subentendido o verbo chegar: *eis chega o sacerdote*. Essa partícula foi reforçada por advérbios, como: *eis aqui*, *ali*, *aí*. Depois introduziu-se o *que*, sem valor específico, que ocorre nas locuções visto *que*, enquanto *que* etc., *que*, segundo Oiticica, não tem nenhuma função sintática, é apenas um reforçativo.

Surge, porém, uma forma difícil de explicar: *ei-lo*, *ei-la*. Oiticica procura fazê-lo. Exemplifica: *Eis que vem João*, analisando o *eis* como partícula designativa, o que sem valor sintático e *João*, sujeito. Porém, pode ocorrer o caso de antecipação, ficando a frase: *Eis que João vem*. Outra possibilidade é dizermos: *Eis que vem ele*, e,

1- Oiticica, José – Manual de Análise Léxica e Sintática, 9.^a edição, Rio, Livraria Francisco Alves, 1950.

com antecipação do sujeito: Eis ele que vem.

Admite Oiticica que ocorreu analogia com as formas verbais terminadas em eis: *quereis, recebeis* com as quais não se usa ele, mas a forma oblíqua o, a, daí: querei-lo, recebei-lo e, por extensão: ei-lo, através da assimilação.

Para analisar a frase, sugere Oiticica que se desfaça a antecipação, recolocando o pronome ele. Eis ele que vem.

Conclui-se que, para o Prof. Oiticica, o eis é uma partícula designativa, não forma verbal, e o que, reforçativo expletivo.

O assunto mereceu estudo mais desenvolvido do latinista Vittorio Bergo, em artigo na revista *Confluência*.

Diz-nos provir do latim *ecce*, funcionando como advérbio modificador não de um termo, mas de toda a oração e com sujeito nominativo.

Inicialmente, rebate os que não admitiam a evolução de *ecce* e, depois, *ex* não seria grafado com *s*, mas, sim, com *z*. Diz-nos ser mera convenção ortográfica.

Ensina Vittorio Bergo que houve uma forma intermediária de *ecce*, com a pronúncia *ekke*, comum no português medieval, e que teve a forma *aque* por influência de *ac* e *atque*.

A significação de eis e ecce traduz algo imprevisto, surpreendente. Admite também a ideia de prenúncio ou promessa, exemplificando: *Ecce Salvador tuus venit* (Isaías, 62,11) (Eis vem o teu Salvador). Não seria equivalente, sobre ser errado o tratamento, a substituição por *habetis* (*Habetis Salvador tuus venit*).

A ideia de imprevisto e inesperado do termo sobre a oração é fartamente exemplificada pelo Autor, com a forma *aque*, da qual selecionamos as passagens:

— “Eles esto dizendo, aque veem dous cavaleiros armados, que chegarom i e preguntarom qual era o cavaleiro que trazia o scudo branco e a banda vermelha” (in *A Demanda do Santo Graal*, X, 69, pág. 93).

— “E, ele dizendo isto a Nostro Senhor, aque vem Rebeca, filha de Batuel, e ela enchera seu cântaro d’augua” (*História do Abreviado Testamento Velho*, in *Crestomatia Arcaica*, pág. 83, de J.J. Nunes).

Antecipando a sintaxe moderna, Vittorio Bergo exemplifica o *aque* com pronome enclítico. Admite a possibilidade de o *aque* aparecer como palavra vicária, substituindo os verbos apresentar, aparecer, com pronome átono enclítico:

“Em aquesto, aque-vos (= apresento-vos) ãa donzela que entrou a pee e tragia ãa espada “ (*Demanda*, cap. V, n. 30, pág. 35).

“-aque-vos um cavaleiro, que era daquele castelo e era velho (ibidem, cap. XI. N. 29, pág. 95).

Explica que *ex* alterna com *equ* em relação a toda a oração. “*Ex Adam feito he assi como hïu de nos* (*Gênesis*, cap. 16, pág. 27).

Apresenta, também, o caso em que com *ex*, a palavra vicária de aparecer, o *que* passa a conjunção integrante, com o *que* não concordamos. Ficamos com a explicação de Oiticica “sem valor específico”.

Em vez de *Ex Golias* que vem, diz-se: *Eis que vem Golias*.

Ensina Vittorio Bergo que, a partir do século XVI, suaviza-se a pronúncia de *ex* e predomina a forma *eis*, como no exemplo de “João de Barros, introduzindo uma oração absoluta, com sujeito nominativo”: “... *a nove de janeiro do ano de quinhentos e um em que se o sol pondo, eis aqui começa de parecer esta armada*” (Décadas, I, pág. 162).

Demonstra o Autor que o uso medieval persistiu no português, como comprovam os exemplos:

“*eis que vejo um anjo do céu*” (Bernardes, Floresta, III, pág. 227).
Isto é, *eis* palavra designativa diante de uma oração absoluta: *Ei-lo que vem! Ei-lo o cavaleiro negro* (A. H. Eurico, pág. 1119).

Caso de antecipação com a forma oblíqua. Concluindo, o Autor apresenta seu critério etimológico: *Ecce(ekke) > eque* (aque ao influxo de *ac* e *atque*) passando a *ecse > ex > eis*.

Outro autor a que recorremos é o Pe. Augusto Magne, no verbete *aque* do Glossário da Demanda do Santo Graal, no qual o classifica como advérbio, proveniente de *ecce, eis, eis aqui, eis que*, com influência de *atque*.

Vê-se que a explicação de Magne coincide com a de Bergo na existência de uma forma *ekke* com a protético (*aque*) e apresenta farta exemplificação na Demanda:

“*eles desto falando aque-vos ãu escudeiro*”.
“*aque-vos ãa donzela que entrou a pee*”.
“*ele esto dizendo, aque veem dois cavaleiros armados*”.
“*ele esto dizendo aque dez cavaleiros armados, que saírom*”.
“*Senhor, aque vossos imigos veem*”.

Também Carolina Michaëlis dá como étimo de “*eis aqui, influido por atque*”, o verbete *aque*, e dá exemplo do Cancioneiro da Ajuda: *aque m' aqui*.

Em Camões, n'Os Lusíadas, encontramos vários exemplos do *eis*, como verdadeiro advérbio, designando algo imprevisto ou inesperado:

Eis aparecem logo em companhia / uns pequenos batéis (I, 45)
Eis nos batéis o fogo se levanta / na furiosa e dura artilharia (I, 89)

Eis vêm batéis da terra com recado / do rei... (I, 104)

Eis aqui se descobre a nobre Espanha (III, 17)

Eis aqui, quase cume da cabeça (III, 20)

De Europa toda, o reino lusitano.

Embora seja um tema que tem gerado polêmicas, procuramos expor a opinião e o critério de eminentes linguistas e filólogos que se manifestaram sobre o assunto.

Outros autores poderiam ser aqui arrolados, mas, em outra oportunidade, apresentaremos maiores subsídios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGO, Vittorio. *A propósito de "eis"*, Confluência n.º 3, 1.º semestre de 1992, Revista do Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, pág. 61.

MAGNE, Augusto. *Verbetes aque do Glossário da Demanda do Santo Graal*, volume III, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

OITICICA, José. *Manual de Análise Léxica e Sintática*. 9.ª edição, Rio: Livraria Francisco Alves, 1950.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. *Revista Lusitana*, volume XXCIII, 1920, n.º 1-4, Glossário do Cancioneiro da Ajuda, Editora Lucerna, 1990.

O PAPEL QUE EXERCEM A ORALIDADE E A ESCRITA NA FORMAÇÃO DO LETRAMENTO EM SOCIEDADES DE ORALIDADE SECUNDÁRIA

JOSÉ MARIO BOTELHO (UERJ E ABRAFIL)

RESUMO

Nas sociedades de oralidade secundária – oralidade que se efetiva paralelamente à prática da escrita (ONG, 1982) –, todos os membros normais apresentam, de certa forma, um grau de letramento, considerando que oralidade e escrita constituem duas práticas sociais e não apenas as modalidades linguísticas à disposição dos usuários de uma dada língua (Cf. KLEIMAN, 1995; MARCUSCHI, 2001; BOTELHO, 2001).

De certo, não se pode negar que oralidade e escrita, como práticas sociais, se inter cruzam e se completam, embora apresentem cada uma por si características particulares. Em consequência disso, a evolução de uma se relaciona com a prática efetiva da outra, já que ambas são atividades comumente desenvolvidas em sociedades modernas. Logo, na fala do usuário proficiente, podem-se perceber efeitos do letramento, uma vez que em cada estágio do uso da língua constatamos que as linguagens oral e escrita influenciam uma à outra, o que as torna parcialmente isomórficas (BOTELHO, 1997 e 2001).

O objetivo desta Comunicação é, pois, descrever o ciclo de influências mútuas, que se estabelece nas práticas da oralidade e da escrita em sociedades de oralidade secundária, e refletir sobre o papel que essas modalidades da língua exercem na formação e no desenvolvimento do letramento em tais sociedades.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade secundária. Influências mútuas. Práticas sociais. Letramento.

RESUMÉ:

Dans la société d'oralité secondaire – l'oralité qui se réalise parallèlement à la pratique de l'écriture (ONG, 1982) –, tous les membres normaux présentent, dans une certaine mesure, un degré d'alphabétisation, tandis que l'oralité et l'écriture sont deux pratiques sociales, et non pas seulement les modalités linguistiques disponibles pour les utilisateurs d'une langue donnée (Cf. KLEIMAN, 1995; MARCUSCHI, 2001; BOTELHO, 2001).

Certes, on ne peut nier que la parole et l'écrit comme des pratiques sociales, se croisent et se complètent mutuellement, bien qu'ils aient chacun leur propres caractéristiques. En conséquence, l'évolution d'un trait à la pratique effective de l'autre, puisque les deux activités sont souvent développées dans les sociétés modernes. Ainsi, dans la parole de l'utilisateur compétent, peuvent être perçus effets de l'alphabétisation, car à chaque étape de l'utilisation des langues on constate que la langage oral et la langage écrite s'influencent mutuellement, ce qui les rend partiellement isomorphes (BOTELHO, 1997 e 2001).

Le but de cette communication est, par conséquent, de décrire le cycle de l'influence mutuelle, qui est établi dans la pratique de l'oralité et l'écriture dans les sociétés de l'oralité secondaire, et de réfléchir sur le rôle que ces modalités de la langue jouent dans la formation et dans le développement de d'alphabétisation dans de telles sociétés.

MOTS-CLÉS: Oralité secondaire. Influences réciproques. Pratiques sociales. Alphabétisation.

Introdução

Muitas são as pesquisas que se fizeram em torno da comparação entre a linguagem falada e a linguagem escrita, com o objetivo de estabelecer as características que as distinguem e as que as aproximam. Entretanto, alguns pesquisadores se preocuparam com outros aspectos desses dois fenômenos, que vinham sendo vistos por muitos como meras modalidades de uma dada língua.

A identificação de uma oralidade anterior ao advento da escrita, por exemplo, é um desses aspectos. A partir de tal identificação, esses estudiosos procuraram refletir sobre como a prática da escrita transformou a prática da oralidade.

Logo, há também quem se preocupa com o fato de a oralidade das comunidades modernas – comunidades de oralidade secundária – se caracterizar como um fenômeno oral que se assemelha à escrita, o que confere à oralidade uma prática do letramento.

Especial atenção recebe, neste trabalho, a tese de Ong (1982) acerca da caracterização de uma oralidade primária e seu processo de memorização de conhecimento, que se distinguia do da oralidade secundária. O autor esclarece que a oralidade primária – oralidade de uma cultura oral essencialmente – caracteriza-se pela repetição de estruturas formulares na interação social oral, e que a secundária, por ser a oralidade de uma cultura fundamentalmente escrita, caracteriza-se pelo registro em livros e em outros meios tecnológicos.

De fato, não desenvolveremos nenhum tipo de digressão acerca dessa tese de Ong, por não ser o nosso objetivo. Deter-nos-emos no fato de ser a oralidade que se efetiva paralelamente à prática da escrita uma prática de letramento e de serem letrados todos os membros normais de tal sociedade, porquanto inevitavelmente se estabelece um ciclo de influências mútuas (BOTELHO, 2001) entre a oralidade e a escrita como práticas sociais das sociedades atuais.

No passado, surgiram estudos linguísticos que compararam a linguagem falada e a linguagem escrita de indivíduos que sabem ler e escrever, sob uma pseudoperspectiva do letramento. O objetivo desses estudos se limitava em saber se tais modalidades da língua eram iguais ou diferentes.

Atualmente, a perspectiva é outra, e muitos estudiosos veem semelhanças entre os fenômenos oral e escrito, uma vez que os relacionam a partir de um contínuo tipológico e consideram o ciclo de simulações mútuas e contínuas, que se estabelecem durante as suas práticas.

Tal perspectiva encontra respaldo nos estudos de Chafe (1987), o qual comparou textos, de natureza prototípica, da oralidade e da escrita, produzidos por acadêmicos (professores e alunos de Universidade dos Estados Unidos) durante um determinado tempo.

Pouco mais tarde, num outro artigo com Deborah Tannen, Chafe, considerando o artigo acadêmico como protótipo da escrita e a conversação, o protótipo da oralidade (CHAFE; TANNEN, 1987), digressiona sobre diferenças e semelhanças entre as linguagens oral e escrita.

Botelho (2001 e 2003), por sua vez, corroborando Chafe e Tannen e considerando o contínuo tipológico, digressiona sobre as influências que a oralidade e a escrita, como práticas sociais de letramento, exercem uma sobre a outra, ao analisar textos orais e escritos de alunos de dos Ensinos Fundamental e Médio do Colégio Pedro II, do Humaitá.

Decerto, em virtude de tais influências que se dão nos diversos estágios de suas práticas, mais semelhanças do que diferenças foram constatadas naquelas narrativas analisadas, com o predomínio de uma modalidade sobre a outra nos vários estágios de letramento.

Logo, não se pode negar que há semelhanças entre a oralidade e a escrita, não só porque a língua é a fonte de ambas para as suas produções, mas, sobretudo, porque essas duas práticas sociais fundamentais do homem moderno não são estanques.

O objetivo desta Comunicação é, pois, descrever o ciclo de influências mútuas, que se estabelece nas práticas da oralidade e da escrita em sociedades de oralidade secundária, e refletir sobre o papel que essas modalidades da língua exercem na formação e no desenvolvimento do letramento em tais sociedades.

Oralidade secundária

Houve um tempo em que a escrita era considerada como um mero complemento da oralidade. Os estudiosos, de fato, concebiam a escrita como mais uma modalidade a serviço de alguns usuários, os que aprendiam a escrever, e não como um elemento transformador da verbalização em si. Concebia-se, pois, a escrita como mais uma ferramenta à disposição do homem para que ele pudesse exprimir as suas ideias e se comunicar conveniente. Não se atribuía à escrita o caráter de fenômeno transformador das expressões do pensamento e da comunicação, que, além de serem um produto

físico, é também o resultado de um processo psíquico.

Ong (*Op. cit.*) procura identificar e descrever a oralidade primária e a secundária, distinguindo-as. Na oralidade primária, os falantes não eram afetados pela escrita ou pela impressão, que ainda não existiam; na oralidade secundária – típica das sociedades contemporâneas –, a efetivação da oralidade se dá paralelamente à efetivação da escrita e da impressão.

Logo, um outro tipo de oralidade é desenvolvido nas sociedades modernas, que são, em geral, escolarizadas, industrializadas e marcadas pelo conhecimento científico-tecnológico e pelos meios de comunicação de massa.

(...) designo como “oralidade primária” a oralidade de uma cultura totalmente desprovida de qualquer conhecimento da escrita ou da impressão. É “primária” por oposição à “oralidade secundária” da atual cultura de alta tecnologia, na qual uma nova oralidade é alimentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão ou por outros dispositivos eletrônicos, cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão. (ONG, 1988, p. 19)

O autor ressalta também que a cultura oral primária praticamente não existe, porquanto praticamente todas as sociedades modernas já sofrem os efeitos da escrita. De fato, também as sociedades ágrafas dos nossos dias não desenvolvem uma oralidade primária fundamentalmente, se considerarmos que, grosso modo, praticamente todas têm conhecimento de que as sociedades modernas praticam a escrita e, por isso, já sentem a sua influência.

A discussão acerca da relação entre a linguagem e o modo de pensar dos membros de sociedades contemporâneas (escolarizadas, industrializadas e marcadas pelo conhecimento científico-tecnológico e pela presença dos meios de comunicação de massa) tomou um novo rumo desde Saussure (1969), passando por Goody (1977) e Ong (1982) até os dias atuais.

Convém ressaltar que, nessa relação, aspectos antropológicos do surgimento da escrita e sua posterior evolução nas sociedades são decisivos. Não só porque essas sociedades passam a ter outra forma de comunicação e expressão do pensamento, mas porque a oralidade ganha um novo perfil, e, principalmente, porque se instauram processos de mudanças sociais, cognitivas e comunicativas com o surgimento da escrita como mais uma modalidade de uso da língua inicialmente e, mais tarde, como uma prática social.

Cultura escrita e tecnologia

Primeiramente, há de se afirmar que, onde quer que existam seres humanos, existirá entre eles uma linguagem que se caracteriza por ser falada e ouvida.

A modalidade oral é tão efetiva e natural nas sociedades que das dezenas

de milhares, usadas no curso da história do homem, somente cerca de 106 estiveram sob a força da escrita a ponto de produzirem literatura; das outras, ágrafas, muitas desapareceram e, segundo Edmonson (*Apud Ong, op. cit.*, p. 15) das cerca de três mil existentes, apenas cerca de 78 têm literatura (escrita).

Por isso, apesar de advento da escrita e das muitas pesquisas nela concentradas, ainda hoje reflexões sobre a linguagem oral fascinam os estudiosos.

Inicialmente, a preocupação fora em torno da comparação entre as duas modalidades: se iguais ou diferentes; concluiu-se que são semelhantes, já que não são estanques, apesar de terem suas particularidades (BOTELHO, 2001, 2002 e 2003).

Em pesquisas mais recentes, a questão é outra e se concentra nas reflexões acerca das características da cultura oral secundária, em que as influências da cultura escrita vêm ocorrendo (*Ong, op. cit.*).

Recentemente, as escolas de linguística moderna vêm pesquisando acerca dos modos como a oralidade secundária, oralidade de cultura escrita, se efetiva sob a perspectiva do letramento. Como se pode observar, trata-se de uma pesquisa sobre a oralidade pré-letramento – aquela que, segundo Brown (1981), é anterior à experiência da escrita –, em comparação com a oralidade pós-letramento – aquela que é posterior à experiência da escrita. Convém ressaltar que não se objetiva, neste trabalho, tratar da oralidade de pessoas que não são escolarizadas tão simplesmente.

Aliás, o estudo da oralidade pré-letramento e da oralidade pós-letramento facilita a compreensão do estudo sobre a cultura escrita, como um fenômeno transformador da verbalização nas sociedades atuais.

Ciclo de simulações contínuas

Como já foi dito anteriormente, a maioria das pesquisas mais antigas sobre a linguagem oral e a linguagem escrita foi feita, baseada em textos de conversação espontânea (da fala) em comparação com textos em prosa expositiva (da escrita). Sem dúvida alguma, um determinado texto da conversação espontânea, como uma conversa entre amigos, apresenta características da oralidade e pode certamente representar a linguagem oral, assim como um texto em prosa expositiva, como um artigo acadêmico apresenta características da escrita e representa de forma satisfatória a linguagem escrita.

Conversa informal e artigo acadêmico são, sem sombra de dúvida, tipologias diferentes e, por isso, certamente poder-se-iam colocar nas extremidades de uma linha reta.

As linguagens oral e escrita, no entanto, não ocupam as extremidades de uma linha reta; não são dicotômicas. Devem, contudo, ser analisadas como duas práticas discursivas cujas diferenças e semelhanças se dão ao longo de um contínuo tipológico, em cujas extremidades se situam, de um lado o grau máximo de informalidade e, de outro, o grau máximo de formalismo.

Marcuschi (1995) também já se preocupava em analisar as formas textuais

num contínuo tipológico. Nesse trabalho de Marcuschi, surge, pela primeira vez provavelmente, o termo “*continuum* tipológico” que foi sugerido por Biber (1988), para quem na comparação entre a fala e a escrita devem-se considerar seis dimensões significativas de variação linguística e a relação entre os gêneros respectivos a cada um deles e o contínuo tipológico nos usos linguísticos, evitando comparações dicotômicas, baseadas apenas em textos prototípicos de cada modalidade.

Para Kato (1987), o que determina as diferenças entre as modalidades oral e escrita são as diferentes condições de produção, que refletem uma maior ou menor dependência do contexto, um maior ou menor grau de planejamento e uma maior ou menor submissão às regras gramaticais.

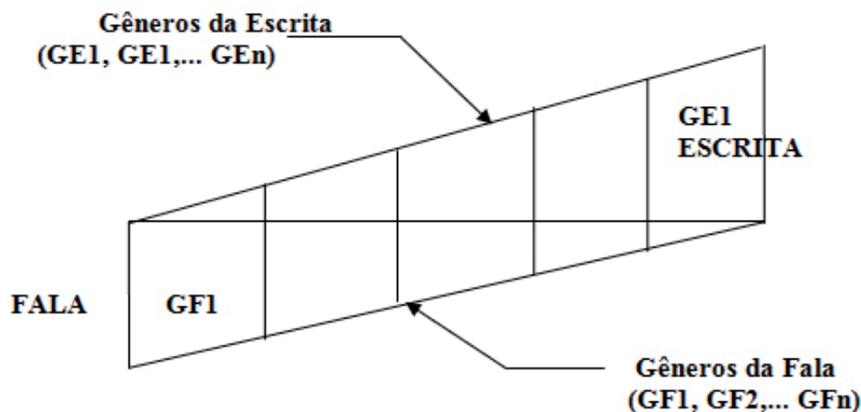
Porém é Marcuschi (2001) que, retomando a hipótese do contínuo tipológico que Biber suscitou, e provavelmente considerando o esquema desenvolvido por Kato, descreve com mais propriedade o que venha a ser o contínuo tipológico. O autor desenvolve, inclusive, um gráfico (abaixo) bem mais interessante, em que a noção esquemática dessa postura se mostra bem mais clara.

Daí, levantar a hipótese de que

(...) as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um continuum tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos. (MARCUSCHI, 2001, p. 37)

e, por conseguinte, afirmar que sua preocupação é com as correlações em vários planos, de onde surge um conjunto de variações e não tão somente uma simples variação linear, como se pode verificar no seguinte esquema:

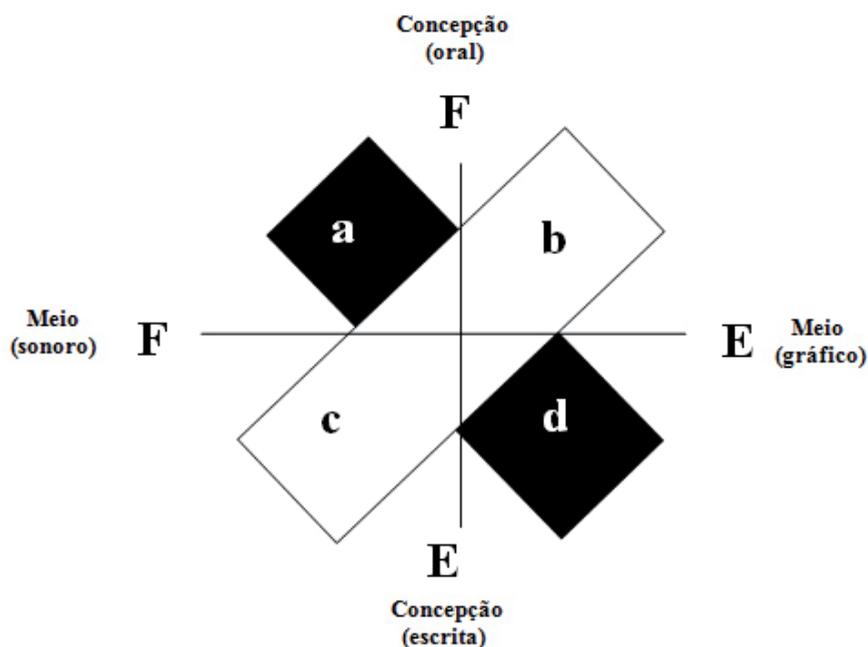
Gráfico 1. Fala e escritas no contínuo dos gêneros textuais. (Cf. MARCUSCHI, 2001, p. 38)



Segundo Marcuschi (*Ibidem*), pode-se ter a ideia das relações mistas dos

gêneros a partir do meio e da concepção das modalidades: a fala é de concepção oral e meio sonoro, enquanto a escrita é de concepção escrita e meio gráfico. Para um melhor esclarecimento, o autor apresenta o seguinte gráfico:

Gráfico 2. Representação da oralidade e escrita pelo meio de produção e concepção discursiva. (*Id., Ibid., p. 39*)



Assim, a relação entre letramento e oralidade consiste em observar o ciclo de simulações contínuas entre oralidade e escrita, durante o qual se dá a influência de uma sobre a outra (BOTELHO, 2002).

Ciclo de influências mútuas de uma modalidade sobre a outra

Tal ciclo pode ser representado pelo esquema abaixo, que é uma leitura daquele apresentado por Kato (*Op. cit.*, p. 11) para representar a proposta de Brown (*Op. cit.*) sobre a fala pré-letramento e a fala pós-letramento:

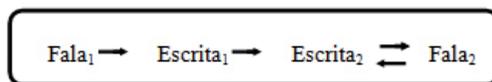


Figura 1. Direção de simulações entre fala e escrita com ciclo de simulações contínuas

Assim como descreve Kato, a Escrita₂ se distingue e se distancia da fala, porém essa “fala” tem que ser entendida como a fala pré-letramento, ou seja, aquela em que não há influência da escrita, uma vez que ainda não se deu o contato direto com essa modalidade.

Convém lembrar, ainda, que letramento nesse caso deve ser entendido como o manuseio individual do sistema escrito e não um conjunto de práticas sociais.

É essa Escrita₂ que a criança procura simular na fala, constituindo a Fala₂, que por sua vez também influencia a Escrita₂, que continua influenciando a Fala₂. Apesar desse ciclo contínuo, não creio que resulte dele uma fala-padrão, como afirma Kato, corroborando Brown, nem que se dê uma tecnologização da fala, como o quer Ong.

O fato de o falante aculturado ou de um certo grau de letramento (agora, como conjunto de práticas sociais) apresentar uma fala de bom nível, que se assemelha à escrita, por apresentar como característica principal a obediência às normas gramaticais e, conseqüentemente, a correção gramatical, não quer dizer que inexoravelmente tenha perdido a sua espontaneidade do falar. Logo, não ocorre exatamente uma fala-padrão, mas uma fala que se assemelha à escrita naturalmente; e como a escrita se caracteriza por apresentar-se de acordo com as normas de uso padrão, a fala que a simula introjeta naturalmente tais normas e aparenta ser padrão como a escrita.

O que não se pode negar é que após o contato contínuo com a escrita o indivíduo falante passa a apresentar uma fala diferente, característica de um falante letrado, em cujas produções textuais as influências que as modalidades exercem uma sobre a outra podem ser sentidas.

Brown conclui que a fala é influenciada pela escrita, negando definitivamente a tese de que a escrita constitui a transcrição da fala ideal ou culta. Na verdade, ao afirmar que “a fala-padrão é a própria simulação da escrita”, o autor inverte completamente a noção que se tinha até então sobre fala e escrita, na qual noção a escrita era vista como “a transcrição da fala”.

Certamente que o objeto de estudo referente à oralidade da cultura oral primária é complexo, pois o contato com sociedades ágrafas nos dias de hoje já põe em dúvida o caráter de oralidade de cultura primária em si. De fato, o que garantiria que outros contatos com membros de sociedades de oralidade secundária não teriam ocorrido?

Contudo, reflexões sobre as características da oralidade de cultura secundária podem ser feitas, mormente por analogia ao fenômeno da fala pré-letramento em contraste com a fala pós-letramento, apresentada anteriormente.

O fenômeno é semelhante. O que ocorre com a oralidade de membros das

sociedades contemporâneas, onde a cultura escrita é efetiva e em muitos aspectos, globalizada, é praticamente o mesmo processo. A mudança de comportamento linguístico, causada por mudanças sócio-linguísticas é inevitável e se dá naturalmente, pois o fenômeno linguístico é essencialmente psíquico.

A influência da escrita sobre a oralidade se verifica desde a antiguidade. Entre os gregos a retórica nada mais era que “a arte ou ciência de falar, técnica refletida e organizada” como se fosse um produto da escrita, sem que fosse especificamente uma escrita falada ou uma escrita para ser falada.

Entre os romanos, o mesmo se deu. Cícero, o grande orador, escreveu os seus magnânimos discursos contra Catilina (o primeiro e o quarto aos Senadores e os outros dois ao povo) meses depois de tê-los proferidos.

Como se pode ver, a escrita nunca inibiu a oralidade, mas a consagrou e a tornou mais eficaz, possibilitando ao usuário de uma língua uma fala mais organizada e ordenada que atinja com mais facilidade e rapidez a objetivos específicos, nos seus mais variados níveis e gêneros discursivos.

Modernamente, entre os ocidentais surgiram os trovadores, que acabaram por reafirmar o caráter estrutural da fala tecnológica ao transportarem para o papel certos gêneros da fala daquela sociedade em forma de cantigas de amor, de amigo e de escárnio e maldizer, que, apesar de serem escritas, não caracterizavam a escrita da época propriamente dita.

Nos dias atuais, entre nós e no mundo inteiro, temos exemplos diversos de discursos orais tecnológicos, que se efetivam em forma de poesia, de dramas teatrais, televisivos ou cinematográficos, de palestras e variados tipos de comunicação, etc.

A influência da cultura escrita é tão efetiva nos dias de hoje, que qualquer pessoa normal tem a sua fala tecnologizada, mesmo que em grau baixo de letramento.

Na verdade, é de se esperar que nas sociedades contemporâneas não haja indivíduos com um nível de letramento nulo; pode haver, e há, analfabetos, mas todos de sua comunidade são letrados, pois nessas sociedades a leitura e a escrita são comuns e de presença muito forte. Todos dessas comunidades fazem uso de leitura e de escrita direta ou indiretamente. Aqueles que não sabem ler, nem escrever também têm contato com essas práticas por meio de outros que as dominam. Até mesmo as crianças que não sabem ler folheiam livros, revistas, jornais, etc., fingindo lê-los; já se inserem, portanto, no universo do letramento; já são letradas a bem dizer, apesar de não serem ainda alfabetizadas (“aquelas que passaram por um tipo qualquer de alfabetização; aquelas que sabem ler”, segundo FERREIRA, 1985, p. 66).

Influências da linguagem oral sobre a prática da escrita

Considerando a Figura 1 acima, a Fala₁ é aquela da qual o falante, que ainda não faz uso da escrita (falante iletrado), tem certo domínio; é a fala pré-letramento.

Nos primeiros momentos de desenvolvimento da escrita (Escrita₁, Ver Figura 1), essa fala exerce total influência sobre a prática da escrita, que, para o aprendiz,

inconsciente da sua função social e importância nas práticas discursivas sociais, é tão simplesmente uma forma de representação da linguagem oral.

É muito comum, pois, serem encontradas marcas da oralidade em produções escritas desse nível.

Durante a produção dos textos da amostra que será utilizada para a presente digressão senti haver algo além das marcas de uma na outra.

O produto, portanto, é revelador: características de uma são encontradas na outra apesar de suas características particulares. E dependendo do estágio de contato com a oralidade e a escrita em que se encontra o produtor (falante–escritor), tais influências são ainda mais sentidas.

É a escrita que, inicialmente, recebe influência da oralidade (Escrita₁). Mais tarde, é-lhe imposta uma escrita convencionalizada, socializada (Escrita₂), que difere substancialmente daquela utilizada até então. Esta influencia a sua fala (Fala₂), que procura agora reproduzir a escrita, num ciclo contínuo de simulações.

Baseado nesta concepção, é que pude observar que textos escritos da 5ª Série do Ensino Fundamental – nível inicial de técnicas de redação – apresentam uma semelhança muito grande com a sua oralidade. Para comprovar a hipótese de que a oralidade exercia influência na escritura daquele nível escolar, o que não ocorreria nas 2.ª e 3.ª Séries do Ensino Médio, cujos alunos procuram escrever conforme a norma culta e se autocorrigem ao falarem, pedi-lhes que gravassem um texto narrativo sobre um fato marcante, e, mais tarde, que escrevessem aquela narrativa. Comparando os textos escritos com os textos orais, pude comprovar a minha hipótese.

Apresentação e Análise dos Resultados

Levando em consideração a característica SVO da estrutura frasal da língua portuguesa (que é mais incidente), o que faz a maioria dos estudiosos classificá-la como sendo uma língua de proeminência de sujeito, e que a modalidade tomada como referência é a escrita (linguagem-padrão), classificarei como desviante qualquer estrutura com características diferentes, como é o caso da construção de tópico.

Considerando, ainda, a construção de tópico como uma característica da estrutura frasal do português falado no Brasil, conceberei as construções desviantes encontradas nos textos escritos influência da oralidade.

Observei os seguintes processos: Topicalização, Construções Passivas, Relativização e Elementos de Coesão.

Urge ressaltar que este estudo é de natureza estruturalista e que tomou, como referência, as estruturas superficiais.

A seguir uma amostragem dos fenômenos escrutados nos textos escritos:

1. Topicalização:

(01) No sábado, eu tinha uma festa (...)

(02) Fui eu e mais dois colegas nossos.

(03) Todas as pessoas que não estavam de carro, ele gritava: – vai a pé, vai a pé.

O caso de topicalização a partir de deslocamento de termos (mormente, de adjunto adverbial) e de inversão do sujeito é tão frequente na linguagem escrita, que se poderia dizer que constitui uma característica desta modalidade quando se deseja um efeito especial.

Em português, a distinção entre topicalização e D.E. (duplo sujeito) se torna difícil, uma vez que o fenômeno da elisão de pronomes é muito incidente.

Nenhuma construção com duplo sujeito, o que a tradição chamaria de anacoluto, foi encontrada.

2. Construção Passiva:

(04) Quase fomos esmagados na porta.

(05) (...) e um carro de bombeiro foi chamado.

É mister ressaltar que, apesar de terem sido encontrados apenas 05 (cinco) exemplos nos textos analisados, as construções de voz passiva (principalmente, as sintéticas) são construções de tópico facilmente encontradas em textos escritos, o que põe em dúvida a classificação do português como língua de proeminência de sujeito.

3. Relativização:

(06) (...) para o homem que estava ajudando ela.

(07) (...) da vizinha, cujo filho era meu colega.

As construções com relativização são comuns em ambas as modalidades (oral e escrita) e, nos textos analisados, muitas destas construções foram encontradas.

O que é interessante observar é que não ocorreram falhas quanto ao uso do relativo, como é comum na oralidade: falhas quanto ao uso da preposição necessária ou inadequação do relativo escolhido, como é o caso do uso de “que” universal (sem função na subordinada), ou de “que” em lugar de “cujo”, ou de “cujo” em lugar de “que”, ou “onde” em lugar de outro relativo.

Porém, não posso dizer o mesmo quanto à distinção entre a oração subordinada adjetiva explicativa e a restritiva, pois, nos textos analisados, os alunos demonstraram não terem domínio das regras de pontuação. Como por exemplo:

(08) (...) falava sobre seu carro que, segundo eu era um Monza do ano.

(09) Todos os convidados viam a minha alegria que irradiava o salão inteiro.

4. Elementos de Coesão:

a) Anáfora:

(10) (...) para tentar pegar a moça mas quando ela chegou perto da ladra.

(11) Depois disso a minha tia não quis saber de voltar lá.

b) Catáfora:

(12) Foi o maior auê, todo mundo me zoando.

(13) Mais tarde teve um grande momento coloquei o vestido (...)

c) Elipse:

(14) Nós entramos eu experimentei e adorei.

(15) A Apoteose ainda estava vazia (...) e quando deu 7:00h estava lotado.

d) Repetição:

(16) Nós ficamos espremidos entre a grade (...) só que a grade “graças a Deus” aguentou.

(17) (...) e fui andando o viaduto do Maracanã a pé até que eu cheguei no Maracanã.

e) Pontuação:

(18) (...) um homem que estava ao meu lado, foi um desespero, eu não sabia o que fazer.

(19) Chegamos lá estava a maior confusão para entrar.

f) Conectivos:

(20) Larguei o homem lá e saí pela janela do ônibus.

(21) Apesar das condições de transporte a noite de sábado foi boa.

g) Marcadores Discursivos:

(22) Porém a minha tia viu e a moça foi embora.

(23) Então conforme as pessoas iam saindo (...)

A análise, a partir dos elementos de coesão, é deveras interessante devido ao grande número de exemplos.

A coesão feita pela substituição de componente por uma pro-forma (elemento gramatical representante de outro elemento) pode ser verificada em todos os textos analisados. A anáfora ocorreu em grande número; a elipse, considerando os casos em que o sujeito (pronome reto) não é necessário, também foi bastante incidente; a catáfora não foi muito utilizada.

A Coesão feita pela repetição de componentes pode ser observada em todos os textos analisados, e a incidência de estruturas com termos repetidos é bastante considerável. Pouco utilizado foi o processo de coesão a partir da pontuação, sem o recurso de outros elementos, enquanto que o processo de coesão a partir de conectivos (elemento de ligação entre orações: conjunção, pronome relativo, preposição e advérbio) foi muito utilizado

Alguns casos de construção com marcadores discursivos (elementos funcionais que contribuem para a textura, sem que o elemento referencial seja necessariamente o imediatamente anterior).

Elementos de coesão ocorrem em ambas as modalidades. A diferença reside na escolha do elemento; na linguagem oral, os marcadores discursivos (especialmente “af”) são mais incidentes e isto provoca a fragmentação. A falta de conectivos também é bastante incidente, e, quando o conectivo é utilizado, verificam-se as falhas.

A utilização de elementos de coesão do tipo conectivo nos textos analisados também favorece a hipótese da influência da oralidade sobre a escrita.

Além destes elementos acima relacionados, encontrei algumas estruturas sintáticas truncadas, para cuja análise tive dificuldade (seis, ao todo).

(24) No sábado seguinte eu tinha uma festa de 15 anos para eu ir, de uma colega da rua, a Cris, (...)

(25) No caminho houve ataque da Força Jovem que é a torcida do Vasco inimiga.

Considerações finais

Fica mais do que comprovado que as diferenças entre oralidade e escrita se

fundam no processo de produção de seus textos. Logo, faz-se necessário partir de um componente de ordem funcional na análise da relação oralidade/escrita enquanto modalidades de uso da língua, pois é no uso que a língua se efetiva, tanto na fala, quanto na escrita. No uso da língua, determinam-se sentidos e formas de produção discursivas.

Logo, qualquer estudo que se propõe determinar diferenças e similaridades entre a oralidade e a escrita deve ser feito a partir das produções linguísticas, que se dispõem num contínuo tipológico.

A partir da noção de contínuo dos gêneros fica claro que muitos autores se equivocaram quando afirmaram que a fala é uma forma dialogada e a escrita, monologada, fazendo uma verdadeira confusão entre uma das formas de textualização da fala (a conversação) com modalidade oral em si e entre uma das formas da escrita (textos acadêmicos) com a modalidade escrita.

Oralidade e escrita, como práticas sociais, se inter cruzam e se completam, embora apresentem cada uma por si características particulares. Por isso, a evolução de uma se relaciona com a prática efetiva da outra, sendo ambas atividades comumente desenvolvidas em sociedades modernas.

De certo, somos da opinião que, na fala do usuário proficiente, podem-se perceber efeitos do letramento, já que constatamos que, nos diversos estágios do uso da língua, as linguagens oral e escrita influenciam uma à outra, o que torna seus produtos efetivamente semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BOTELHO, J. M. *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Tese Inédita (Curso de Doutorado em Letras – Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- _____. Oralidade e escrita, como práticas sociais. In: *Amarantes e Depois* – Revista da Pós-Graduação em Língua Portuguesa da FFP-UERJ, Ano I, n. 1, 2/2002. p. 57-74.
- _____. O isomorfismo entre as modalidades da língua. In: *Cadernos do CNLF*, Ano VII, n. 7, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003. p. 157-77.
- _____. A tecnologização da fala, sob a perspectiva do letramento. In: BOTELHO, J. M. (Org.) *et al. Estudos Reunidos: Linguagem, Literatura e Gramática*. Rio de Janeiro: Botelho, 2005. p. 11-8.
- BRITTON, J. *et al. The development of writing abilities*. London: McMillan, 1975.
- BROWN, G. Teaching the spoken language. In: *AILA*. Brussel, Proceedings II: Lecture, 1981, p. 166-182.
- CHAFE, W. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D. R. *et al* (Eds.). *Literacy, Language and Learning: the nature*

- and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 105-23.
- CHAFE, W.; DANIELEWICZ, J. Properties of speaking and written language. In: HOROWITZ, R.; SAMUELS, S. J. (Eds.). *Comprehending oral and written Language*. New York: Academic Press, 1987. p. 83-113.
- CHAFE, W.; TANNEN, D. *The relation between written and spoken language*. [s.i.: s.n.], American Anthropological Review Antropol. 1987. p. 383-407.
- GOODY, J.; Watt, I. The consequences of literacy. In: GOODY, J. (Ed.). *Literacy in traditional societies*. London: Cambridge University Press, 1968.
- _____. *As conseqüências do letramento*. Trad. De Waldemar Ferreira Netto. São Paulo: Palistana, 2006. (Coleção Biblioteca Básica)
- FÁVERO, L. L. et al. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- KATO, M. A. (Org.). *No Mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1987.
- KLEIMAN, Â. B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras. 1995. p. 91-117.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. Interferência da oralidade na aquisição da escrita. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 30, Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 31-8.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *The savage mind*. Título Original em francês: *La pensée sauvage*, 1962. Chicago: UCP, 1966.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ONG, W. J. *Orality and literacy: The technologizing of the word*. London: Methuen, 1982.
- _____. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papyrus, 1998.
- OLSON, D. R. et al (Eds.). *Literacy, Language and Learning: the nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 105-23.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. de Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1969
- TANNEN, D. The oral/literate continuum in discourse. In: TANNEN, D. (Ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood, NJ: Abl

USOS, COSTUMES E TRADIÇÕES NO VALE DO ACRE, JURUÁ E PURUS

LUÍSA GALVÃO LESSA (PROFESSORA VISITANTE NACIONAL SÊNIOR
– CAPES/UFAC)

RESUMO

INTRODUÇÃO: O estudo “*Usos, costumes e tradições no Vale do Acre, Juruá e Purus*” é uma contribuição aos estudos dialectológicos do Brasil e, em particular, ao Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC. Tem por finalidade fornecer dados acerca do vocabulário dos seringueiros acrianos, no que diz respeito aos usos, costumes e tradições, crenças, cultura medicinal de chás e ervas da floresta. **MATERIAL E MÉTODOS:** Para a realização deste estudo utilizam-se dezoito inquiridos do *corpus* ALAC, com o propósito de descrever a linguagem acreana em três Áreas e nove Zonas de Pesquisa: Vale do Acre - Rio Branco, Plácido de Castro e Xapuri; Vale do Purus – Sena Madureira, Manuel Urbano e Assis Brasil; Vale do Juruá – Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó. Os informantes são homens e mulheres na faixa etária B (26-35 anos) e C (35-80 anos). Para a análise, delimitaram-se os seguintes campos semânticos: 1) palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua; 2) remédio e doenças; 3) religião, fé e crença; 4) grupo familiar; 5) costumes e hábitos alimentares. O método utilizado foi o da Cartografia e o da Geolinguística, amplamente utilizados nos trabalhos dos Atlas linguísticos regionais brasileiros. **PRESSOPOSTOS TEÓRICOS:** As tradições são um conjunto de conhecimentos populares, hábitos, usos e costumes que distinguem determinada comunidade. É a este conjunto de informações que se atribui o nome de tradição. Seguem-se as trilhas da Dialectologia Social, Geografia Linguística, bem como os ensinamentos da Lexicologia, da Lexicografia, da Semântica e da Linguística Geral. Dos conceitos de alguns teóricos como Coseriu (1988), Cardoso (2010) e Cunha (1974) sustenta-se a fundamentação que serve ao fazer científico da presente pesquisa. **RESULTADOS:** Da elaboração do glossário resultou a confecção de cinco cartas léxicas relacionadas aos campos semânticos da pesquisa. Na análise, observa-se que os falantes do sexo feminino possuem um vocabulário mais amplo no que diz respeito aos afazeres domésticos, tradições e às ervas medicinais. Conhecem, também, o léxico referente ao trabalho com o corte da seringa e os processos de defumação e comercialização. Enquanto os informantes masculinos dominam um vocabulário relacionado aos utensílios de trabalhos, às atividades de extração do látex, caça e pesca. Nota-se que as classes de palavras mais utilizadas são os substantivos e depois os verbos. Os adjetivos e os advérbios em *-mente* são empregados raramente. **CONCLUSÃO:** Dentre as várias conclusões pode-se afirmar que a linguagem do seringueiro acreano possui forte

teor conservador e as palavras estão intimamente ligadas à vida social que levam no interior da floresta. Daí decorre a importância do estudo dialectológico, com o registro de formas fadada ao desuso, por força da mudança de vida dessa população. Observa-se, ainda, que o vocabulário feminino é mais amplo do que o masculino, com destaque para a figura feminina responsável pelos ensinamentos aos filhos. As mulheres são responsáveis por preservar os costumes e tradições dessas comunidades e passá-las às futuras gerações. Elas são personagens que desenham a vida na floresta agregando encanto, magia, histórias, tradições.

PALAVRAS-CHAVE: Dialectologia Social. Geolinguística. Usos. Tradições. Costumes.

1 - Introdução

O presente estudo, “*Usos, costumes e tradições no Vale do Acre, Juruá e Purus*”, é uma contribuição aos estudos dialectológicos do Brasil e, em particular, ao Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC. Tem por finalidade fornecer dados acerca do vocabulário do seringueiro acriano no que diz respeito aos costumes e tradições da atividade extrativista, as crenças, a cultura medicinal de chás e ervas da floresta, bem como fazer um registro de uma linguagem que pode se perder com o passar do tempo sem que dela não se deixe registros para às gerações futuras.

Esta pesquisa foi desenvolvida no campo da Dialectologia Social, Lexicologia, Lexicografia, Geografia Linguística e Semântica. E sobre a Dialectologia Social é como diz Carlota Ferreira (1994, p.86):

(...) a língua acumula e pereniza dados para os quais as mudanças estruturais da sociedade gradativamente determinam também mudanças no plano linguístico. Assim ocorre na constituição do léxico de uma língua; e Cunha (1988:32) ao dizer que Toda língua é um ‘museu histórico e cultural’, um documento do relevante ou do modesto papel que desempenharam os povos que a falam na vida do mundo.

O estudo demonstra o modo de vida do seringueiro, seus hábitos alimentares, suas crenças e costumes. Este último pode ser definido como prática ou hábito repetidamente adotado; maneira habitual de agir, falar, alimentar-se. A respeito disso CARLOTA FERREIRA (1994:10) assim se pronuncia:

Com o homem rural se aprendem não apenas os fatos linguísticos, porém muito mais, aprende-se sobre uma vida que nunca lhe foi ensinada, mas aprendida de dentro da própria vida.

Em Lessa (1992, p.79), fundamenta-se o conceito de língua, quando diz:

(...) a língua, como produto social, é um reflexo da cultura e da sociedade em que vive o homem. E sendo o homem um reflexo da cultura e da sociedade, não é a língua uma coisa estática, pelo contrário, há na língua uma grande dinamicidade que gera mudanças e alterações. (Projeto ALAC, p. 21,1990)

Infere-se, então, que a língua não é estática, pelo contrário, a língua demonstra ser dinâmica e inovadora, conforme o mundo vai se modificando a linguagem também se modifica, pois ela acompanha a história de um povo, nesse caso, a história de vida do seringueiro acreano.

2 - Objetivos:

2.1- Geral

- Contribuir com a feitura do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC e com a descrição da oralidade brasileira.

2.2 - Específico

- Assegurar a aprendizagem de técnicas e métodos científicos vivenciados na pesquisa ALAC;
- Verificar o comportamento linguístico dos falantes dos Vales do Acre, Juruá e Purus.
- Elaborar cartas léxicas relativas aos campos semânticos da pesquisa.

3 - JUSTIFICATIVA(S)

O estudo tem como aporte teórico ciências como a Dialectologia Social, Geografia Linguística, Lexicologia, Lexicografia, Semântica. É com base nas teorias dessas ciências que se tornou possível o estudo *Linguagem de tradições e costumes no Vale do Acre, Juruá e Purus*.

A pesquisa justifica-se, principalmente, pela necessidade de se registrar a linguagem do seringueiro acreano, já que com o passar do tempo às palavras tendem a modificar-se e caso não sejam registradas desaparecerão e com elas a história da comunidade, pois é possível afirmar que a história de uma comunidade pode ser refletida no seu vocabulário. E, portanto, se não houver um estudo que resguarde o falar do seringueiro acreano, parte da história do Brasil será perdida. A esse respeito assim se expressa Brandão (1991, p.05) “É por meio da língua que o homem expressa suas ideias as ideias de sua geração, as ideias da comunidade a que pertence, as ideias de seu tempo”.

4 – METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho utilizou-se dezoito inquéritos pertencentes ao *corpus* do CEDAC – Centro de Estudos Dialectológicos do Acre: RB129BF, RB068CM, PC037BM, PC184CF, XA169BF, XA040CM, AB138CM, AB137CF, MU150BM, MU151CF, SM127BM, SM123CF, CS110BM, CS083CF, FE092CM,

FE093CF, TA194BF, TA087CM, distribuídos entre o Vale do Acre, Juruá e Purus, sendo no total seis inquéritos para cada Vale.

Fez-se um levantamento lexical nos inquéritos, tomando-se por base os informantes das faixas-etárias B (26-35) e C (35-80), com nove informantes do sexo feminino e nove do sexo masculino. Deles retiraram-se: palavras relativas à estrada de seringa; palavras relativas ao trabalho do seringueiro com a borracha; palavras relativas ao corte da seringa; palavras relativas aos utensílios utilizados pelo seringueiro para o corte da seringa; palavras relativas à comercialização da borracha; palavras relativas às pessoas envolvidas com o trabalho da seringa; palavras relativas aos locais onde se realizam as atividades do látex.

O estudo foi aprofundado, ainda, em outros campos semânticos: palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua propícias para a extração do látex e para a plantação; palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua não propícias para a extração do látex e para a plantação; palavras referentes a remédios e doenças comuns aos seringueiros; palavras relativas à religião, fé e crença do seringueiro; palavras relativas aos hábitos alimentares do seringueiro; palavras relativas aos costumes do seringueiro; palavras relativas à plantação, à caça e à pesca.

Para o estudo dos adjetivos, trabalha-se com palavras relativas à qualificação e os advérbios terminados em *-mente*, podendo o estudo ser aprofundado posteriormente.

Fez-se, ainda, o levantamento das palavras, tomando por base quatro classes gramaticais: substantivos, verbos, adjetivos e advérbios terminados em *-mente*. E, com base nesses levantamentos, elaborou-se o glossário intitulado Usos, costumes e tradições no *Vale do Acre, Juruá e Purus*.

5 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Entende-se por tradições o conjunto de conhecimentos populares, hábitos, usos e costumes que distinguem determinada comunidade. Esses e outros dados que formam o conjunto são o resultado de longa vivência e certo gosto por aquilo que se herdou dos antepassados e se transmitem, de geração em geração, aos vindouros. Cada um dos períodos de tempo que por eles foram passando proporcionou influências e transformações próprias de uma linha evolutiva sem que se deixem de observar, com nitidez, as raízes da cultura desse conjunto. É a este conjunto de informações que se atribui o nome de tradição.

Na elaboração do estudo, seguiu-se o caminho trilhado pela Dialectologia Social, Geografia Linguística, bem como os ensinamentos da Lexicologia, da Lexicografia, da Semântica e da Linguística Geral. Dos conceitos de alguns teóricos como Coseriu (1988), Lessa (1992) e Cunha (1974), se sustentam às fundamentações que servem ao fazer científico da presente pesquisa.

Partindo dos conceitos desses teóricos, busca-se, com base na linguagem regional, resgatar a história do seringueiro, por meio da linguagem. Pode-se confirmar,

no dizer de Brandão (1991, p.06), que

Ao falar, um indivíduo transmite, além da mensagem contida em seu discurso, uma série de dados que permite a um interlocutor atento não só depreender seu estilo pessoal – seu idioleto – , mas também filiá-lo a um determinado grupo.

Percebe-se que é por meio da língua que o homem traduz o seu modo de vida, o espaço geográfico que ocupa, as crenças, sonhos etc. E, por isso, para se conhecer o homem regional, faz, aqui, uma recolha da sua linguagem, pois é como diz LEITE, Yonne & CALLOU, Dinah (2002, p. 07):

É através da linguagem que uma sociedade se comunica e retrata o conhecimento e entendimento de si própria e do mundo que a cerca. É na linguagem que se refletem a identificação e a diferenciação de cada comunidade e também a inserção do indivíduo em diferentes agrupamentos, estratos sociais, faixas etárias, gêneros, graus de escolaridade.

O estudo busca, no seu todo, traduzir a riqueza lexical presente na linguagem falada no Acre, objetivando fornecer uma visão da vida, da cultura e do léxico do seringueiro, como forma de descrever e registrar a expressividade regional. Isto pode ser confirmado no dizer de Carlota Ferreira (1994, p.10).

(...) Com o homem rural se aprendem não apenas os fatos linguísticos, porém muito mais, aprende-se sobre uma vida que nunca lhe foi ensinada mas aprendida de dentro da própria vida.

O universo do seringueiro – assim como o de outros -- é constituído por objetos, imagens, símbolos. O ser humano define-se como linguagem, inscreve-se na sociedade, é um ser social que tende e se realiza na gregaridade; e a sociedade inscreve-se nele, marca-lhe o corpo e o espírito nos hábitos, nos gostos, na forma de trabalho, nos gestos. Assim, o sentido das pessoas capta o mundo através de esquemas de interpretação, tornando-o mais próximo, enquadrando-o, domesticando-o, segundo os usos, os costumes, as tradições de cada lugar.

Aqui, no mundo amazônico, pela descrição dos informantes da pesquisa, nota-se que as crenças, as lendas, a medicina popular fazem parte do cotidiano das pessoas e ajudam na crença do amanhã, num mundo melhor, na fé, na esperança de vida em família, no interior das matas. Por isso tudo, entende-se que o saber de um povo não é encontrado nos ambientes escolares, pois esse conhecimento pode ser produzido por qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta. Todo aprendizado carrega, consigo, a memória viva das pessoas, nos usos, costumes, tradições. Tudo

expresso pela linguagem.

6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cumprimento desta pesquisa permitiu mostrar a unidade e a diversidade existente na fala do seringueiro acreano, bem como expandir os conhecimentos relativos à Dialectologia Social, Lexicologia, Lexicografia, Semântica e Português do Brasil. Afirma-se, por meio deste estudo, em consonância com o pensamento dos teóricos, que a língua, sendo um organismo vivo, está em constante transformação. Com isso, observam-se, nos inquiridos trabalhados, que a linguagem é o reflexo do fazer do seringueiro, pois ela traduz o universo desses homens e mulheres moradores do Vale do Acre, Juruá e Purus.

Observando o comportamento linguístico dos informantes, percebe-se que eles relacionam a influência das estações do ano sobre a produção e extração do látex. Por isso alegam que o verão não é bom período para a atividade extrativista, por tratar-se de um período seco, que interfere na quantidade do leite. Os informantes também alegam que agosto e setembro são os piores meses para a atividade extrativista, pois nestes meses há menor produção por parte da seringueira, conseqüentemente o seringueiro produz menos borracha.

Por outro lado, há a relação entre as fases da lua e os resultados na plantação. Vejam-se os exemplos:

(...) é... agosto ... *setembo* ... é ruim pa leite

(SM123CF:17)

(...) não ... *setembo* é ruim de leite ... agosto e *setembo* num presta ...
FE093CF:08

(...) quando bate o verão... agosto... *setembo* devido a quentura afacassa o leite
(AB138CM:16)

(...) três dia antes por enxempo dela sê *nova* é bom de plantá né ...

(TA087CM:22).

Observa-se, no inventário das palavras, o conhecimento sobre os espíritos da floresta, nos três Vales trabalhados como, por exemplo: <<Mapinguari>>, <<Mãe da Mata>>, <<Mãe da Seringueira>>, <<Caboclinho da Mata>>, <<Pai da Mata>> e <<Caipora>>. Tal conhecimento está mais presente nos informantes das faixas etária B e C, talvez por eles terem conhecimento de várias estórias lendárias. Porém, a maior parte dos informantes afirma que nunca ter visto alguma entidade da floresta, somente ouvirem falar.

(...) tem a *Mãe da Seringuêra* ... Caipora diz que é ... é a dona dos bicho né ... das caça assim do mato

(MU150BM:12).

(...) o Caboquim... eu num sei lhe dize né porque nós nunca vimo né assim e o que contavo pra nós era só assim...
(AB137CF:74).

(...) eu já vi que diz que o Caboquim açoita o cara ...
(SM127BM:20).

No que diz respeito à alimentação, pode-se perceber que é baseada na caça, pesca e cultura de algumas plantas alimentícias como a mandioca, é uma alimentação deficiente no diz respeito a legumes e verduras, pode-se dizer que a base da alimentação do seringueiro é a farinha. Os exemplos abaixo demonstram isso.

(...) farofa ... banana ... condo tiNa coco nar mata a gente levava só a fariNa
(SM123CF:04).

(...) aí nós levava uma farofa ... aí quando darra aquela hora que a rente tava com fome né ...

(MU151CF:05).

(...) ente fazia aquela farofa ... comia ...

(TA087CM:12).

(...) e fazia a farofa da carne
(RB129BF:05).

(...) em casa leva fariNa e leva o sal
(CS110BM:05).

Quanto às palavras relativas a nomes de remédios e doenças, verifica-se, que nos três Vales, as ocorrências das doenças mais comuns: febre, malária, quebrante, vento caído e hepatite. Lembra-se que pela deficiência alimentar a ocorrência de hepatite é maior e pelo fato de o seringueiro morar na floresta há muitos casos de malária.

(...) não ... eu adoecia assim ... é c'uma febrizinha ... alguNa febre né ...
(RB068CM:30).

(...) o seringal é bom que é difice essas doença... se num fô alguma gripe...
(MU151CF:25).

(...) a malária num coNieço não... agora pra... pra hapatite tem... a erva do mato tem cura
(AB138CM:26).

(...) cesão ... agora que dissero essa malária NE é perigosa ... mata munta gente
(MU151CF:25).

(...) é quebrante ... vento caído ... só que eu sei só
(FE093CF:20).

(...) as doença mais que comprica mais ... sempre é a malária né ...
(MU150BM:10).

(...) tiNa ... quano o menino tarra cum quebrante ...
(PC184CF:21).

(...) morreu ... é... de hapatite
(SM123CF:02).

(...) munta malára ... peguei munta malára no cento
(SM127BM:14).

(...) nem quebrante ... nada ... nada ... então se já os meu ... é do mermo jeito
(SM123CF:12).

Quanto às ervas e chás, vejamos-se os exemplos mais comuns:

(...) nós chama... nós chama... uns chama capim de agulha... ôtos de picão
(AB138CM:26).

(...) cesão ... agora que dissero essa malária né
(MU151CF:25).

(...) fazia um chá de boldo...
(PC184CF:23).

(...) é o chá de laranja ... e às vez algum gópe que pegava assim na perna ...
(RB068CM:31).

(...) viNa pa Vila ... fazia um chá de boldo ... chá de quina-quina ... que é um ...
(PC184CF:23).

(...) prantava o hortelã... o malvarisco né...
(MU151CF:24).

(...) é eles fazia um chá assim do mastruiz
(MU150:10)

No que diz respeito à diversão no seringal, verifica-se que as pessoas que vivem nessas comunidades se identificam com festas e apreciam os instrumentos musicais, como violão, sanfona, pandeiro.

(...) tem no seringal ... festa de ... batuque mermo de ... violão ... sofona ...
(PC184CF:13)

(...) aí quano era de tarde as mulhé ia né pa aquela casa... aí juntarra e passarra a noite dançano... era as festa de lá... ((risos))
(AB137CF:35).

(...) tiNa sempre... tiNa muita festa...
(AB138CM:20).

(...) eu saía mais de casa quando tiNa meus filho ... minhas filha ... que nós ía pra festa ... eu levava elas ... mas agora nós véi né
(FE093CF:18).

(...) nesse tempo era tocadô de violão...
(MU151CF:15).

(...) tiNa violão... tiNa banjo... cavaquim... safona
(AB138CM:20).

(...) é ... aí batiam num pandêro lá né ... essas coisa assim
(MU150BM:15).

Pode-se inferir, a respeito da linguagem, que para o real conhecimento de um grupo humano, não basta pesquisar sua história, seus costumes ou o ambiente em que vive, é necessário observar de forma particular e registrar a linguagem, para que se possa compreender um pouco mais os fatos históricos e a cultura do lugar, que hoje em dia é tão desprezada e, muitas vezes, motivo de riso, preconceito. Então, é recomendável que todos se conscientizem e respeitem a linguagem e a cultura do seringueiro acreano.

Na verdade, uma língua histórica, de cultura - como a língua portuguesa - é um supersistema (conjunto de sistemas e subsistemas) que apresenta enorme complexidade, o que torna, por sua vez, complexo o trabalho dos que se dedicam a analisá-la global ou parcialmente, como aqui se faz na descrição da oralidade acreana.

Assim, ao concluir, por agora, pode-se dizer que a investigação aqui realizada abre horizontes para pesquisadores interessados nesse vocabulário tão rico que é a linguagem acreana no aspecto de usos, costumes, tradições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A Geografia Linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 10ª ed. RJ: Tempo

- Brasileiro. 1988.
- COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. México: Universidade Nacional Autônoma de México, 1986.
- _____. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, Centro de Lingüística Hispánica, 1982.
- _____. *Tradición y novedad en la ciencia del language*. Estudios de historia de la lingüística, Madrid: Gredos, 1977.
- _____. *O homem e sua linguagem*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- _____. *A geografia linguística*. In: *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- CARLOTA FERREIRA, Suzana Alice Cardoso. *A dialetologia no Brasil*, São Paulo: Contexto, 1994.
- LESSA, Luíza Galvão. *Termos e expressões populares do Acre*. Niterói: Diss. Mestrado, UFF, 1985.
- _____. *to centro de estudos dialectológicos do Acre - CEDAC*. Comunicação apresentada no IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUISTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (ALFAL), Campinas: 1990.
- _____. *Atlas Etnolingüístico do Acre - ALAC*. Revista de Lingüística e Filologia, nº. 10. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- _____. *Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____. *A linguagem falada no Vale do Acre – Materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.
- _____. *A linguagem falada no Vale do Purus – Materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.
- _____. *A linguagem falada no Vale do Juruá – Materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.
- _____. *Projeto Atlas Etnolingüístico do Acre-ALAC*. Comunicação apresentada na Semana de Letras na UFMT. Cuiabá: 1992.
- _____. *Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 1932.
- _____. *Divisão dialectológica do território brasileiro*. s/ ed. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1955.
- _____. *Bases para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, parte 1, 1958, parte 2, 1961.
- NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4ª. ed., Coleção Linguagem, Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- Guia para estudos dialectológicos*. Faculdade Catarinense de Filologia, Centro de Estudos Filológicos, Florianópolis: 1955.

SOUSÂNDRADE: UM VIAJANTE NO TEMPO E NO ESPAÇO

LUIZA LOBO (PROFESSORA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA
UFRJ/ABRAFIL)

RESUMO

Joaquim de Sousa Andrade, poeta maranhense romântico (1832-1902), é um bom exemplo de intelectual que lançou uma ponte entre continentes - a América (do Sul, Central, do Norte), a África e a Europa - coligindo influências literárias e culturais que lhe permitiriam escrever e pensar de forma pioneira para seu tempo. Ele uniu passado e presente e inventou o futuro em muitos de seus escritos. Seu livro mais importante foi o poema cômico-épico *O Guesa*, escrito de 1856 a 1884, provável data da publicação da obra definitiva, em Londres, e com um fragmento suplementar publicado em São Luís do Maranhão em 1902. Como Walt Whitman, ele passou grande parte da vida reescrevendo esta obra, que é um verdadeiro quadro do Brasil, da América Hispânica e dos Estados Unidos, com uma crítica acerba à monarquia e o elogio das repúblicas hispano-americanas, recém-independentes, e das tribos indígenas autóctones

Nessa época, o estado do Maranhão era bem-sucedido produtor de arroz (devido à guerra de Secessão dos Estados Unidos, quando ali se interrompeu a produção), além de um centro importante para as letras e artes, com revistas literárias, teatro e ópera. Descontente com a monarquia, Sousaândrade, como se tornou conhecido, se exilou durante quinze anos em Nova York (1871-1884), após realizar amplos périplos pelo Brasil, Europa e passando pela África. Mas lá, também se decepcionou com a república norte-americana, cujos escândalos acompanhou pela imprensa, vivenciando a bolsa de Valores de Wall Street. Retornou ao Maranhão em 1885, participando ativamente na nova república, após 1889. Um olhar sobre o espaço-tempo, cultural e interdisciplinar, transistórico e universal, norteará o artigo a seguir.

Summary:

Sousa Andrade: a Voyager in Time and Space

The 19th Century poet from Maranhao, Brazil, Joaquim de Sousa Andrade (1832-1902) is a good example of a man of letters who drew a bridge between continents - the three Americas, Africa, and Europe. He concentrates cultural and literary influences that would enable him to write and think much ahead of his time. He linked past and present and invented the future in many of his writings, the most important of which is the mock epic poem *O Guesa* (1856-1902). As Whitman, he spent most of his life rewriting this work, which is a true picture of Brazil at the

end of the monarchy and in the outbreak of republicanism. Maranhão at that time was a well-developed State of Brazil and an important producer of rice, during the American Civil War, as well as an important cultural center. Sousa Andrade criticizes the Brazilian and European monarchy and announces the oncoming of the democratic and republican State of the future. Outraged by the Brazilian monarchy, he exiled himself in New York for fifteen years (1871-1884). He returned to Maranhão, in 1885, and, in 1889, with the proclamation of the Brazilian republic, he strongly collaborated in the government. This paper will examine the importance of Joaquim de Sousa Andrade in the frame of cultural and interdisciplinary studies, taking into account the space-time dimension.

1. Introdução

A leitura da obra *A produção do espaço*, de Henri Lefebvre (1998) nos proporcionará um redimensionamento espaço-temporal da obra do poeta maranhense romântico-simbolista Joaquim de Sousa Andrade (1832-1902), que se fazia conhecer por Sôsândrade ou Souzandrade, em face de novas concepções sobre o espaço que ocorreram nos últimos anos. Nosso objetivo neste trabalho é discutir como o poema épico de Sôsândrade possibilita uma união entre história, mito, espaço e tempo – incluindo o tempo da memória e do imaginário. O poeta maranhense nasceu em Mirinzal, então município de Guimarães, mas logo se mudou para São Luís, a capital do estado do Maranhão (província na monarquia). Nessa epopeia, ele utiliza um estilo híbrido, intercalando-a com dois trechos em *limerick*, que consiste de versos cômicos, de *nonsense*, nas duas descidas ao inferno, o que a torna também uma *mock epic*, ou seja, uma épica cômica. Ao mesmo tempo, ele mantém a elevação do vocabulário da épica clássica, no feitio de Homero, e os decassílabos da épica renascentista de Camões. Sua grande inovação é intercalar uma narração feita a partir do modelo da épica romântica do périplo pessoal (que é indicado entre aspas), ao modo de Byron, com a narração épica externa, descritiva e objetiva. Assim, ele cria, na verdade, dois tipos de discurso que se combinam: o descritivo externo e o introjetado, interno e imaginário. A simultaneidade desses dois eixos, da dimensão temporal e cronológica, com a espacial, é o que Mikhail Bakhtin denomina de cronotopo (1978), em *Estética e teoria do romance*, capítulo “Formas do tempo e do cronotopo”.

2. O conceito de espaço para Lefebvre

O espaço do périplo pode ser esclarecido pelo conceito que Lefebvre, retomando algumas proposições marxistas, tem do espaço, até chegar à tautologia: “O espaço (social) é um produto (social)” (1, XII, 1998, 26). Para o pensador francês, a sociedade contemporânea e pós-moderna busca escamotear o fato de que o espaço social existe e de que é o resultado do trabalho (das massas). Da mesma forma, na medida em que o viajante se desloca no espaço da epopeia, ele percorre a realidade

de um espaço alheio a si. Georges Bataille, ao contrário, desejava inserir o espaço imaginário na dimensão real, no movimento surrealista (etimologicamente, *sur réel* – acima do real, espaço mental, portanto). Há 90 anos, este movimento desejava trocar a política pela poesia (Lefebvre, 1, IX, 1998, p. 18). Bataille pensou unir o espaço da experiência interior com o espaço da natureza física, imaginando um real, um infrarreal e um suprarreal, ao modo de Nietzsche (Lefebvre, 1, IX, 1998, p. 19).

Entretanto, “se a procura de uma teoria unitária do espaço físico, mental e social é nutrida, há diversas décadas, por que e como foi abandonada? Será porque cobria um campo excessivamente vasto – um verdadeiro caos de idéias, algumas das quais poéticas, subjetivas ou especulativas, enquanto outras traziam a marca da positividade técnica? Ou porque esta linha de questionamento mostrou-se estéril? (Lefebvre, 1, X, 1998, p. 21) – continua ele. Propomos aqui que *O Guesa*, de Sousândrade, uniu o espaço social com o imaginário pessoal.

Na verdade, hoje chegamos quase ao limite deste caos conceitual do espaço, em que a pressuposição de afirmativas racionais, sem necessidade de comprovação real e sem compromisso com a ética, a utopia social ou a verdade levam a uma total relatividade na conceituação do espaço. Assim, ocorreu uma hipertrofia do espaço virtual e retórico, sem um lastro no real que apoiasse tal especulação. No pós-moderno, o relativismo é quase absoluto, pois o espaço passou a ser concebido quase como uma virtualidade. Embora saibamos que o espaço está lá, como referencial real, isto se torna uma consciência cada vez mais vaga no dia a dia.¹

Sousândrade visitou três continentes, as Américas, a África e a Europa, na busca de respostas a suas indagações. Naquela época, de 1867 a 1884, datas das diversas edições do *Guesa*, não dispondo das técnicas de reprografia que a fotografia depois difundida possibilitou, a viagem constituía também uma exploração de si mesmo (enquanto hoje pode em parte ser realizada no plano imaginário através da exploração do mundo digital).

A mais importante pressuposição de Lefebvre é de que o plano da criatividade, da mimese, é uma reconfiguração representativa. Noutras palavras, é uma recriação a partir do espaço real, mas não é o próprio espaço real. Assim, toda a obra de arte pressupõe uma superposição de camadas de espaços virtuais, ideais ou inventados, seja esta obra realizada no plano da linguagem (literatura), seja da imagem (cinema).

Há uma tríade de consequências que se verificam a partir dessa discussão:

1- Vários filmes exploram uma noção de loucura desenfreada a partir de uma realidade imaginária, virtual ou fictícia, como o *Show de Truman*, *Beleza americana*, *Matrix*, ou *Quero ser John Malkovitch* (*Being John Malkovitch*), de Spike Jong. Os norte-americanos, sempre ciosos de uma arte realista, ultimamente têm criado personagens cinematográficas que desconfiam do real, ou são levados a viver uma realidade que creem real mas é produto de sua fantasia ou oriunda da Internet (como em *Matrix*). O móvel desses filmes é uma difusa sensação de paranoia em que o indivíduo teme o Outro – um Estado ou um Todo Social, que funciona como uma máquina, globalizada e neoliberal, sobre a qual ele, cidadão individual, personagem, ator, tem pouquíssimo controle. É como se fosse uma *Metropolis*, de Fritz Lang, pós-moderna, levada a um paroxismo tecnológico ou psicanalítico.

os espaços podem ser três: *a prática social*; as *representações do espaço* (ordem, conhecimento, códigos, relações); os *espaços representativos* (dos habitantes, que incorporam simbolismos complexos, aspectos escusos ou alternativos da vida social e da arte; e o uso simbólico do espaço, como o realizado por artistas, e que pode se constituir de signos e símbolos não verbais): “Conjuntos não verbais caracterizam-se por uma espacialidade que é de fato irredutível ao reino mental” (Lefebvre, 1, XX, 1998, 62).

Contudo, desde Hegel, “produção” tornou-se um termo tão vago que pode referir-se a ideologias, conhecimento, escrita, significados, imagens, signos, enfim, o trabalho onírico e o trabalho conceitual (Lefebvre, 1, 1, 1998, 69). A grande diferença entre a produção de valores e espaços e a natureza é de que esta cria espontaneamente (uma flor, chuva etc), mas não *produz*, isto é, não engendra intelectualmente. Assim, as configurações espaço-temporais nos são dadas como algo natural ou passivo, como uma ilha, golfo, rio, montanha (idem, 77). Dali se criaria uma representação do espaço (como o mar, em Veneza), com espaços representacionais (prazeres e linhas suntuosas, riquezas decadentes, ainda no caso de Veneza) (idem, 74).

O fato de que hoje há diversas estratégias, de acordo com certas ideologias, de criar um “espaço global”, com seu espaço “*próprio*” e engendrado como um “absoluto” – provoca, opinião de Henri Lefebvre, a necessidade de se desenvolver uma nova concepção de espaço. Para o filósofo francês, a linguística e a semiologia, na sua pretensão de esgotar toda a realidade e expô-la com um instrumental único, próprio, fracassaram. O espaço tem uma história, é o resultado de um processo onde concorrem muitas correntes (Lefebvre, 2, VII, 1998, 110). Para muitos, esta história é marcada pela ideia de nação, que tem origem na delimitação do espaço sobre um trecho de terra: um território natural com fronteiras (idem, 111); esta “realidade” se desenvolverá como nacionalismo, que teria origem “natural” e “realidade substancial” (idem). Mas para outros (ver Benedict Anderson, *Imagined communities*), a nação independe desta visão concreta de espaço. Nesta última concepção, temos uma impregnação ficcional do termo nação, que seria uma ideia imaginária, uma ideologia, e que não se restringiria às fronteiras concretas, mas sim conceituais. Seria um conceito puramente mental, portanto. Neste caso, o conceito abstrai a ideia de mercado e de violência (guerras, proteção de fronteiras, políticas excludentes (Lefebvre, 2, VIII, 1998, 112).

3. A recriação do espaço cognitivo por Sousa Andrade

É em face dessa nova consciência de espaço, que está na base das idéias de globalização, que pretendemos discutir a importância pioneira da obra do romântico maranhense Joaquim de Sousa Andrade, uma vez que sua obra é transistórica e transnacional. Ele rompe com a noção estática, “natural” de espaço e introduz um tempo dinâmico, um constante deslizar de eventos, no plano da narração, do ponto de vista do narrador pessoal, que vive no eixo associativo do imaginário, ao mesmo

tempo em que um segundo narrador descreve, dicotomicamente, o cenário real (os Andes, a fazenda paterna, o Amazonas) a conquista dos incas. Assim, Sousândrade rompe com a separação entre o descrever e o narrar, que era bem rígida em Aristóteles e, neste sentido, cria uma nova estética à frente de seu tempo. Descrever (dimensão real) e narrar (tempo mental) ocorrem simultânea e paralelamente ao espaço, na representação da sua epopeia, em *O Guesa*, somando duas dimensões distintas, ainda na visão de Lukács, em “Problemas da mímese” (1965).

Assim, a nosso ver, esse poeta reconfigurou o espaço do romantismo brasileiro e ampliou seu espaço geográfico, interpretando-o à luz de um amplo romantismo utópico. Não só o ampliou, amalgamando-o com a dimensão temporal-mental, como rompeu com a cartografia das fronteiras nacionais do país, ampliando o espaço geográfico do seu périplo até o Amazonas, que visitou em 1858, quando introduziu o índio como habitante/cidadão em seu poema; quando o estendeu até os incas do Peru e os muíscas ou chibchas da Colômbia, em 1858; à Senegâmbia (na África), Caribe e América do Sul, com especial referência ao Chile, onde residiu por um ano, em 1878. Não haverá muitos poetas brasileiros que elogiam o Chile e o primeiro poema épico da América, *A Araucana*, de Ercilla. No Amazonas, foi provavelmente o primeiro escritor a observar o ritual do tatutrema, em que os índios turuna se vestiam com peles de tatu, realizando ritos de iniciação sexual (no primeiro Inferno, “Dança de Tauturema”, Canto II); também foi dos primeiros a cruzar o Canal do Panamá, logo após sua inauguração, em 1878, ao retornar ao Brasil, via oceano Pacífico. Residiu em Nova York por quinze anos (1871-85); aumentou o conhecimento da língua portuguesa, introduzindo rimas exóticas, com o tupi, o holandês, o grego, o latim, além do inglês, francês e espanhol, principalmente nos fragmentos cômicos das descidas ao inferno, nos Cantos II e X (o primeiro situado na floresta amazônica e o segundo em Wall Street, na bolsa de Valores de Nova York); nos Cantos X a XIII apresentou uma visão originalíssima, pré-poundiana do capitalismo e dos Estados Unidos, criando um espaço inusitado na literatura de seu tempo; não inclui a Europa em seu périplo, por ser ela monárquica, pois era fervoroso antimonarquista.

Sua visão da “dança do Tatutrema” das tribos Turuna, do norte do Amazonas, é de decepção e quase revolta. (Este trecho, escrito em versos cômicos, em *limerick*, é um dos dois infernos da epopeia, e já aparece publicado em 1867 na revista *Semanário Maranhense*, de São Luís). Choca-o o ritual coletivo de iniciação sexual dos indígenas. Numa carta ao Imperador D. Pedro II, datada de 1870, recrimina-o pelo abandono em que viviam nossos índios nas margens do Solimões e do Amazonas (ver Lobo, 1976; ver Frederick Williams, org., 1978), atribuindo o ritual à avançada decadência e desagregação social da tribo. E, ali como no Canto X de *O Guesa*, acusa os “regatões”, comerciantes que vendem víveres de barco, nas margens dos rios, de explorá-los, assim como os padres (a quem acusa, no inferno do Canto II, de se aproveitarem sexualmente das índias). Nada há em Sousândrade daquela idealização romântica do índio, que Gonçalves Dias mostra no “I-Juca-Pirama”, em que se mesclam sentimentos de elos familiares cristãos e ocidentais com formas de

relacionamentos tribais e reações de morte e antropofagia dos índios em relação ao prisioneiro valente vencido em guerra, que sabe que vai morrer, e sente orgulho disso. Sousândrade descreve da forma mais realista possível essa festa de iniciação, num sentido crítico que só será praticado por Mário de Andrade 70 anos mais tarde, ao estudar alemão e ler os mitos de Koch-Grünberg, antes de viajar pelo Amazonas, em 11 de abril de 1927, revendo seu *Macunaíma*, que escrevera em 1926 e publicou em 1928; e Mário Palmério, que percorre o rio durante todo o ano de 1969, e retoma a viagem por mais nove anos, em 1978, ambos no século passado, revelando pela fotografia o que no tempo de Sousândrade só era feito, em geral, pela descrição dos cenários.

Sousândrade proporcionou uma visão ideológica destoante da visão de mundo de seu tempo, no período romântico, em vários sentidos. Em seus estudos, substituiu o eixo Rio-Coimbra, usual entre românticos, que iam estudar Direito, como Gonçalves Dias, escolhendo a Sorbonne, de Paris, onde cursou engenharia mecânica,² e visitou Lisboa em lugar de Coimbra, além de Londres. Vários românticos viajaram pela Europa, permanecendo lá vários anos, como o fez Nísia Floresta – na França, Itália, Portugal e Alemanha (ver sua *Viagem à Alemanha*); Domingos Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre – que viveram em Paris, e, naturalmente, Gonçalves Dias, que inclusive publicou o seu *Dicionário de tupi* na Alemanha. O périplo do artista romântico foi amplamente representado no *Guesa*, quando sua curiosidade o leva a desbravar o Amazonas e visitar a Senegâmbia, na África, no retorno da Europa, quando teve mais uma oportunidade para criticar a escravidão, que também ataca no Brasil, em suas duas duras descrições do mercado de escravos do Valongo (nos Cantos I e VI).

Sousândrade reconfigura o espaço ocidental do seu tempo, no Romantismo. Não subserviência a Portugal, às escolas de Direito de Coimbra e aos modelos oitocentistas da antiga colônia, mas autonomia, mudança de rumos até Paris e a Nova York (onde escreveu o fragmento cômico em *limerick* de *O Guesa*, “O inferno de Wall Street”).

Além disso, Sousândrade introduz um corte histórico especial, inédito e violento, no contexto da literatura da época, ao intercalar o espaço real com um tempo ideal, imaginário. Realiza o cruzamento do tempo existencial com o crítico (fenomenológico), chamado metafísico-existencial por Augusto de Haroldo de Campos (1982). Era grande observador romântico, admirador de Byron, Castro Alves e de vários maranhenses ilustres seus contemporâneos, como Odorico Mendes, que o encantava por suas traduções de Homero e Virgílio; Gentil Homem de Almeida Braga – coautor com ele da novela coletiva *Steeple-Chase: por uma boa dúzia de esperanças* (1866); e de Gonçalves Dias, que considerava seu modelo literário. Mas Sousândrade

2- Não foi possível a Haroldo e Augusto de Campos comprovarem se Sousândrade estava entre os alunos da Sorbonne – afirmam em *(Re)visão de Sousândrade* (1982) – uma vez que os registros da universidade da época desapareceram num incêndio. O mais provável é que tenha apenas iniciado o curso, pois toda a viagem à Europa – França, Portugal e Inglaterra – levou apenas dois anos.

criou uma épica nova, misturando o gênero tradicional com dois trechos de épica cômica (*mock epic*). No plano linguístico, introduziu no *Guesa* um vocabulário que mescla o português com as diversas línguas que marcaram a dominação da cultura ocidental – com expressões nas línguas coloniais dominadas, como o quíchua e o tupi. Nesses trechos dos dois infernos em *limerick* rompe com o decassílabo épico e utiliza versos de humor (*nonsense*), numa ruptura de gênero só praticada em poemas de Heine, Espronceda e Byron, mas nunca numa epopeia dessa extensão. Na política, inaugurou um mundo novo, o tempo da utopia republicana e democrática, que é o aspecto épico mais utópico nesta obra. Ridiculariza a figura do imperador Dom Pedro II na floresta amazônica, e o põe a rodopiar (“Canto de Tataturema”, Canto II), enquanto os tuxauas (chefes) de diversas tribos indígenas dialogam, numa combinação do épico, do cômico e do dramático. Já no “Inferno de Wall Street” (Canto X), ele se decepciona com a república e a democracia norte-americanas, em face de sua utopia desse regime haurida em *O trabalho e os dias*, de Hesíodo, e no diálogo *República*, de Platão. As trapaças financeiras e o capitalismo desenfreado decepcionam-no. Esse sonho de uma república ideal será então deslocado para a América Hispânica, nos três Cantos finais do *Guesa*, rumo às repúblicas que tinham obtido sua independência, e cujos heróis ele enaltece. Tal sonho só vai ser alcançado no Brasil em 1889, para onde ele retorna em 1885, antecipando a utopia da união na América que só será tentada, de forma claudicante, na segunda metade do século XX, com o Mercosul. Ao retornar a São Luís, lança-se a projetos idealistas, como a fundação de uma universidade, a Atlântida, desenha a bandeira para o novo estado republicano e funda duas dezenas de escolas primárias em apenas três meses em que participa do governo como intendente (prefeito), sem receber qualquer remuneração.³

Outro corte importante na configuração representativa da linguagem da época foi a elevação da imagem do condor, que Castro Alves situa na “praça”, para uma visão muito mais ampla e mítica, ligando-a à fundação da capital incaica, Cuzco, no local em que o condor desceu dos ares, ao lado dos Andes (Canto I, 1-5, trecho retomado no Canto XI, 221-228 - citando os versos numerados da edição atualizada de *O Guesa*, que realizei em 2012).

Nesse périplo deslocado para o Pacífico, a ocidente do Brasil, Sousândrade insere, de forma pioneira, nas letras nacionais, nosso país no mapa mais amplo das Américas, principalmente hispânica. O indígena Guesa é tornado cidadão e herói romântico revolucionário, que realiza o périplo de Byron nas Américas. Descreve os índios e enaltece os heróis dessa nova utopia. O próprio tema indicado pelo título do seu poema maior, *O Guesa*, insere o personagem-autor-narrador no contexto da

3- Após seu retorno a São Luís, já sem recursos, Sousândrade, para sobreviver, ensina grego no Liceu Maranhense. Depoimentos de conterrâneos testemunham seu parco conhecimento dessa língua. Parece que passava as aulas a relembrar fatos do passado e a conversar com os poucos alunos que se inscreviam em sua matéria, apenas para ajudá-lo, num possível arranjo de pessoas influentes do governo no sentido de proporcionar-lhe algum salário nos seus últimos anos de vida. Sua casa, a quinta Vitória, às margens do rio Anil, no bairro de Remédios, em São Luís, hoje é um museu da Marinha.

religião muísca ou chibcha dos índios da Colômbia, já que o guesa é uma vítima de sacrifício dessa religião (referência explicada pelo próprio Sousândrade nas duas epígrafes do poema, trechos citados de C. Famin, na enciclopédia *Colômbia*, e de Humboldt da obra *Vue des cordillères*).

Sua épica indianista não se restringe, portanto, a um recorte brasileiro, mas estende-se a toda a América Latina, onde um traçado comum une todos os povos, enquanto o guesa representa a metáfora dessa união entre as tribos amazonenses com os incas e os astecas – além da América hispânica moderna. Advento de uma ideologia unitária e planetária, que até hoje almejamos. A epopeia inicia-se como uma tentativa de continuar o projeto de Byron, na pele de seu personagem Childe Harold, o qual percorria os países da Europa pregando o fim da monarquia e o advento da república e da democracia; no poeta inglês, são frequentes as referências às repúblicas hispano-americanas, que se tornaram independentes e republicanas, quando o poema é escrito e publicado. Sousândrade também expõe seus valores anti-monarquistas e abolicionistas, mas o interesse pelo africano é mais sentimental que político. Só na terceira fase social romântica, seguindo-se à primeira, a subjetiva, e a segunda, a indianista, é que o afrodescendente será tema da poesia abolicionista, como nas obras de Castro Alves. Isso, entretanto, não impede que em vários trechos do *Guesa* condene a escravidão; mas sua relação com a africanidade se dá mais na relação afetiva com os escravos que conheceu na fazenda em Mirinzal (à época Guimarães) e com a escrava Dulaleda, que liberta na África. Não foram poucos os casos amorosos do poeta com diversas mulheres, inclusive tendo filhas ilegítimas (ver Canto IV). Mas, ao contrário de seu modelo Castro Alves, nada na questão da negritude sugere a grandeza de “O navio negreiro, tragédia no mar” (1869), *Vozes d’África* (1868), *Espumas flutuantes* (1870), “A cachoeira de Paulo Afonso” (1870), que retrata os amores dos escravos Lucas e Maria, ou de *Os Escravos* (1883). Ou mesmo, no contexto maranhense, do conto “A Escrava”, do primeiro romance antiescravagista brasileiro, *Úrsula* (1859), de sua conterrânea Maria Firmina dos Reis (que nasceu na localidade que até hoje se chama Guimarães). Em seus *Cantos à beira mar* (1872), há diversos poemas abolicionistas importantes, datados desde 1864 a 1870, quando os escravos partem para a guerra do Paraguai e depois retornam triunfantes a São Luís, já libertos por terem servido na guerra. Talvez por ser mulher, professora primária, mulata e pobre, Maria Firmina tenha sentido na pele a injustiça social. Sousândrade, proprietário dos escravos da fazenda Nossa Senhora da Vitória, que herdou dos pais – vende-os, segundo relata no Canto VI do *Guesa*, para poder estudar na Europa, em 1856. Ele o faz levado pela ira contra a falta de ajuda financeira do Imperador Dom Pedro II. Enquanto isso Gonçalves Dias, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre caíam nas graças do Imperador e tinham até livros publicados por este, além de viagens, bolsas de estudo e comissões financiadas. Gonçalves Dias chegou a receber um emprego de professor no Colégio Pedro II; a epopeia *A confederação dos tamoios*, de Magalhães, é custeada por Dom Pedro II, entre outras benesses. Sousândrade sentia-se alijado do poder, no Maranhão, ignorado na Corte, sem prestígio, sem apoio. Perdeu os bens, roubados

pelos tutores após a morte dos pais, ainda em criança, segundo relata no Canto IV. Esse fato é real, mas isso não exclui ter havido uma parcela de imitação do poema de Byron, que viveu tempos de decadência social no castelo familiar após a morte dos pais e uma relação incestuosa com a meia-irmã Maria Augusta, o que determina seu exílio do país natal.

4. Conclusão

A ideia de nação brasileira alicerçava-se na fé no governo monárquico de Portugal, na ideia de submissão de índios e de africanos ao poder de descendentes de portugueses, através do apagamento violento das diferenças, vigorando a lei do mais poderoso, a metrópole. Embora no contexto brasileiro, Sousândrade introduz no ambiente indígena um enredo ligado à memória filosófica greco-ocidental, remontando à épica de Homero a Camões e à fundação da cultura ocidental através dos mitos relatados por Hesíodo em *Os trabalhos e os dias*. Sousândrade valoriza a ideia de périplo, mas destoa do americanismo de cor local brasileira explorado por todos os românticos indianistas ao desterritorializá-lo em outras terras jamais representadas na literatura brasileira, como a Senegâmbia, a África, o Caribe e o Chile – e até mesmo Nova York. A bolsa de Valores é o principal “personagem” no fragmento “Inferno de Wall Street”, do Canto X. Nos cantos em que descreve sua permanência em Nova York (Cantos X a XII), utiliza uma liberdade de expressão próxima de Vigny, ao citar as Mimis e as Lalas dos bailes e saraus, mulheres que ama e abandona, relatos ausentes da prática de texto patriarcal e reprimida que frequenta a escrita dos românticos brasileiros – com algumas poucas exceções, como Álvares de Azevedo e Bernardo de Guimarães.

Retomando a visão espaço-temporal como esfera do social que hoje engloba o imaginário, segundo Lefebvre, vemos em Sousândrade uma epopeia híbrida, que combina real/histórico com o mítico e o imaginário. Essa posição é a combinação que ele faz entre dois mundos, o existencial interior e o descritivo externo.

A epopeia permite a introdução da história como memória temporal de um passado real (descrito pelo narrador objetivo, sem aspas no poema) e de um tempo mítico, denotando uma ideologia utópica (república, democracia) e universalista; e o narrador da épica romântica, pessoal, nos moldes do *Childe Harold*; Sousândrade propõe um indianismo *lato sensu*, mais amplo que o de Gonçalves Dias, Castro Alves ou Alencar, apontando a união das Américas; rompe com o modelo da epopeia tradicional de Homero, Virgílio e Camões ou mesmo com a poesia épica que o antecedeu – Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Domingos G. de Magalhães e Gonçalves Dias. Inova no gênero e cria uma segunda voz poética, o autor-personagem-narrador, ligado ao imaginário e à visão lírica de uma nova América republicana. A combinação das duas vozes, a descritiva que fala dos mitos e atos, e a imaginativa e existencial, que fala do guesa-poeta, vítima do sacrifício muísca, desloca o poema do mapa conhecido pelos românticos e seus antecessores, introduzindo um universo filosófico e mítico. Surge

daí um poema original também na literatura mundial. *O Guesa* constitui um fenômeno cultural que surge como uma escrita do imaginário, mítica e filosófica, dramática e lírica, épica e cômica, fragmentária e descontínua, muito avançada em relação à literatura do seu tempo. Politicamente ela é revolucionária, estilisticamente ela prega os direitos do homem e a liberdade individual. Sousândrade configurou, na verdade, muito *avant la lettre*, uma “comunidade imaginada” bem à frente do seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Ver *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. Formes du temps et du cronotope. In: *Esthétique et théorie du roman*. Paris, Gallimard, 1978.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 2001.
- CAMPOS, Augusto e Haroldo de. *(Re)visão de Sousândrade*. São Paulo, Perspectiva, 1964. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Trans. Donald Nicholson-Smith. Oxford, Blackwell, 1998. [1. Ed. 1974].
- LOBO, Luiza. *Épica e modernidade em Sousândrade*. Rio de Janeiro, Presença; São Paulo, EDUSP, 1986. 2.^a ed., Rio de Janeiro, 7 Letras/CNPq, 2005.
- LOBO, Luiza. “A poética de Gonçalves Dias e Sousândrade”, *Anais SUAM*, 1980. In: Lobo, *Crítica sem juízo*, 2a ed., 2007, p. 212-221.
- LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. 2 a ed. Rio de Janeiro, Garamond/CNPq, 2007. [1a ed. 1993].
- LOBO, Luiza. “Sousândrade passeia pelo Rio”, *Revista Artefato*, Rio de Janeiro, Ano 2, no 9, 1999, p. 8-10. In: Lobo, *Crítica sem juízo*, 2a ed., 2007, p. 199-211.
- LOBO, Luiza. “A visão antecipadora de Sousândrade. *Revista José*, Rio de Janeiro, no 1, 31 julho 1976, p. 28-30. In: Lobo, *Crítica sem juízo*, 2a ed., 2007, p. 187-198.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Problemas da mimese*, v. 2. Barcelona, Grijalbo, 1965. 4 v.
- SOUSÂNDRADE, Joaquim de. *O Guesa*. Introd., org., notas, glossário, fixação e atualização do texto por Luiza Lobo. Revisão técnica de Jomar Moraes. Rio de Janeiro, Ponteio; São Luís, Academia Maranhense de Letras, 2012. 572 p.
- SOUSÂNDRADE, Joaquim de. *Poesia e prosa reunidas de Sousândrade*. Org. Frederick Williams e Jomar Moraes. São Luís, Academia Maranhense de Letras, 2003. 536 p.
- WILLIAMS, Frederick; MORAES, Jomar. *Sousândrade: prosa*. Ed. crítica, intr. e notas. São Luís, SIOGE, 1978.

MÁRIO LAGO – SUA ATUAÇÃO NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

MANOEL P. RIBEIRO (UERJ, ABRAFIL E UNISUAM)

RESUMO

O período de 1930-1945 é considerado como um dos mais produtivos na música popular brasileira. Por isso buscamos delinear o perfil de mulheres nesse período, em que ocorria um grande preconceito contra a figura feminina, que buscava conquistas negadas pelo patriarcalismo. No Brasil, somente em 1932 a mulher conquistou o direito ao voto. O mercado de trabalho era limitado. As mulheres, quase sempre, estavam presas inteiramente ao trabalho doméstico.

Grande número de compositores tratava de temas em que a mulher era descrita como submissa, embora houvesse uma intercorrência de discursos em que ocorre a resistência a esse padrão estabelecido pelo poder patriarcal.

Nesse contexto, vamos analisar duas canções de Mário Lago, em confronto com outras da época, com a mulher doméstica e domesticada, além daquela envolvida por bens materiais: a interesseira.

Palavras-chave - Música popular – mulher – preconceito.

1.0 INTRODUÇÃO

O que as mulheres pensam. O que as mulheres sentem. O que as mulheres não dizem...
(autor anônimo)

Por que descrever o(s) lugar(es) social(is) da mulher na música popular brasileira? E mais: por que delimitar esse processo no período de 1930-1945, época do primeiro governo de Vargas? E ainda: que teoria utilizar para análise e interpretação dos textos selecionados?

Parece-nos que este trabalho nos ajudará a esclarecer como aquela sociedade via, em termos de imaginário, a mulher, num período bem complexo da política brasileira, em que se governou, de 1937 a 1945, sob uma ditadura. Que lugares ela ocupou? A quais preconceitos estava exposta?

Assim, como objetivo geral deste trabalho, vamos examinar e descrever algumas formações discursivas inscritas em discursos e efeitos de sentidos sobre a “mulher”, no supracitado período, em letras / textos de canções de Mário Lago e de outros autores da época. Como objetivos específicos, partiremos da análise e descrição dos significados, a serem realizados com o instrumental teórico-metodológico da

feminina, tentou Eva a provar do fruto proibido. Por isso, a serpente é vista como símbolo do logro e do mal causado pela língua solta, encarnando a tentação e o pecado (BRUCE-MITFORD, 2001: 59).

Por causa dela, o paraíso e a imortalidade foram perdidos, por isso a mulher é imaginada como introdutora do mal no mundo. A presença de Eva é desintegradora da ordem e, simultaneamente, instauradora de uma nova ordem. A sequência musical seguinte recupera os atributos de Eva “mãe do pecado e da tentação”, parafraseando os sentidos atrelados ao discurso religioso:

Ouvi dizer que o diabo
 Na outra encarnação
 Foi mulher e agora é homem
 Só por chateação.
 Mulher é a mãe da mentira
 Mãe do pecado e da tentação.
 (Custódio Mesquita e Zeca Ivo).

O léxico configura-se predominantemente com substantivos relacionados à religiosidade: “anjos”, “diabinhos”, “diabo”, “encarnação”, “pecado”, “tentação”.

A mulher, na canção acima, é o oposto da pureza romântica. Está no plano terreno/mundano, longe de ser idealizada pelo homem: “mulher é a mãe da mentira”. No entanto, o efeito de sentido não é religioso. Pelo contrário: a despeito do léxico atrelado à religião que configura a letra da música, tem-se a ironia ali materializada, que aponta para o relacionamento carnal e o mundano: “Mas mesmo assim o homem quer / O amor da mulher e seus falsos carinhos”.

Muitas mulheres lutaram contra esse preconceito, mas até hoje se notam tragédias que mostram a crueldade de muitos homens. Apesar de várias conquistas, no mundo inteiro, a mulher é vista, em primeiro lugar, como objeto de desejo. As leis de proteção à mulher e as delegacias especializadas demonstram que ainda há muito que fazer.

Aqui, no mundo artístico, queremos ressaltar a figura de CHIQUINHA GONZAGA, perseguida pelo primeiro marido, mas que lutou e venceu todos os preconceitos de uma época em que a mulher era apenas a dona de casa, a rainha do lar, responsável pela criação de filhos.

A ANÁLISE DE DISCURSO DE MICHEL PECHÊUX

O objeto neste estudo é o discurso, entendido como um objeto histórico-ideológico que se produz socialmente através de sua materialidade específica, que é a língua.

Com base na vertente de análise de discurso proposta por Michel Pêcheux,

partimos do pressuposto de que a linguagem não é transparente, portanto passível de equívoco, falha, jogo entre o dito e o não dito, pressuposições, produzindo efeitos de sentidos diversos, ironias, ambiguidades e metáforas.

O *corpus* discursivo foi centrado na música popular brasileira, no período de 1930 a 1945, em que governou Getúlio Vargas.

Chegamos, assim, a seis formações discursivas envolvendo a mulher:

1. a mulher vinculada à figura de Eva; 2. a mulher submissa, explorada, a vítima de escárnio e de violência; 3. a mulher que se revolta contra a atitude do homem, num discurso de resistência; 4. o preconceito contra a mulher negra, com suas variações tipicamente brasileiras; 5. a mulher fora do padrão moralmente estabelecido; 6. a mulher endeusada ou santificada – razão do sofrimento do homem.

Há, em cada formação discursiva, um regular número de enunciados responsáveis por sentidos que vêm sendo parafraseados há séculos. Numa prova de resistência ao já estabelecido, outros sentidos vão circulando e invadindo as várias formações discursivas, pois o discurso é curso, percurso, palavra em movimento. Há um *continuum*, constituindo um processo discursivo, que caracteriza a incompletude da linguagem.

Para nossa análise, os textos de músicas foram recortados em sequências discursivas que determinassem os sentidos em circulação na época de nosso trabalho.

Esses discursos *são governados pelas formações discursivas*. Há dois tipos básicos de funcionamento que envolvem a noção de formação discursiva:

1. *a paráfrase* — os enunciados são retomados e reformulados. Em contraposição temos a noção de *polissemia*. A paráfrase delimita as fronteiras de uma formação discursiva. A polissemia rompe essas fronteiras e instala a multiplicidade de sentidos;

2. *o pré-construído* — o termo designa (nomeia) aquilo que remete a uma *construção anterior e exterior*, independente, por oposição ao que é *construído* pelo enunciado.

O que ocorre numa formação discursiva é termos várias linguagens em uma única, o que a torna heterogênea, não há um limite definitivo, que separe um exterior de um interior.

Para compreender parte da obra de Mário Lago, precisamos situar sua obra em um contexto cultural em que a mulher deveria ser submissa, pura, fiel. A mulher se subordina a um conjunto de preceitos, um verdadeiro código de convivência humana. Institui-se relevância para um sentido de freio de seus instintos, principalmente de sua sexualidade. O patriarcalismo, nesse ponto, contou com a ajuda da Igreja, que atua como mecanismo de coerção, em concordância com outras instituições sociais, com o objetivo de manter o funcionamento do discurso patriarcal. Segundo Althusser (1970), a Igreja funciona como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Assim, a mulher, de acordo com certas práticas discursivas, deve submeter-se ao marido, ao

pai, ao irmão, o que propicia múltiplas espécies de manipulação.

Para um confronto com a obra de Mário Lago, selecionamos uma canção que trata a mulher como uma verdadeira amélia, como se observa em Emília, de Wilson Batista e Haroldo Lobo:

EMÍLIA

SAMBA, 1942

WILSON BATISTA / HAROLDO LOBO

Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar
Que de manhã cedo me acorde na hora de trabalha
Só existe uma
E sem ela eu não vivo em paz
Emília, Emília, Emília
Eu não posso mais.

Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar (bis)

Ninguém sabe igual a ela preparar o meu café
Não desfazendo das outras, Emília é mulher
Papai do céu é quem sabe a falta que ela me faz
Emília, Emília, Emília,
Eu não posso mais.

Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar (bis)

GUIOMAR

SAMBA, 1944

WILSON BATISTA / HAROLDO LOBO

Não acredito que a nossa amizade
Vá se acabar
Meu deus do céu
Nem é bom pensar
Quem vai lavar minha roupa
Quem vai fazer minha sopa
Só pode ser
Você, Guiomar

Quem é que faz
O meu dinheiro sobrar
Quem é que faz meu jantar

Quem é que faz
 Todo dia eu me virar
 Só pode ser
 Você, Guiomar.

As duas sequências se marcam por um lugar social da mulher como ser submisso, na posição de doméstica e domesticada. É representada como empregada do homem, do chefe, do que domina, do que manda, segundo os preceitos do discurso patriarcal. Na sequência a seguir, de “Ai que saudades da Amélia”, a mulher submissa se diferencia de “Emília” e de “Guiomar”.

AI QUE SAUDADES DA AMÉLIA

SAMBA, 1942
 ATAULFO ALVES / MÁRIO LAGO

Eu nunca vi fazer tanta exigência
 Nem fazer o que você me faz
 Você não sabe o que é consciência
 Não vê que eu sou um pobre rapa?

Você só pensa em luxo e riqueza
 Tudo que você vê, você quer
 Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
 Aquilo sim é que era mulher.

(Idem, ibidem)

Às vezes passava fome a meu lado
 E achava bonito não ter o que comer
 E quando me via contrariado
 Dizia: “Meu filho, o que se há de fazer?”
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade.

Amélia era uma mulher inteiramente conformada com sua vida, chegando até a “passar fome e achar bonito não ter o que comer”. Ela própria procurava consolar seu companheiro: “E quando me via contrariado / Dizia: Meu filho, o que se há de fazer?” Evidentemente, não é a mesma mulher das duas canções anteriores, pois “Guiomar” mostra uma resistência, querendo abandonar seu amigo, há uma tensão entre ela e ele: “Não acredito que a nossa amizade / Vá se acabar / Meu Deus do céu

/Nem é bom pensar”.

“Emília” já abandonou o seu parceiro: “Papai do céu é quem sabe a falta que ela me faz / Emília, Emília, Emília, / Eu não posso mais”.

Esse confronto entre as sequências discursivas de “Emília” e “Guiomar” x “Amélia” faz-nos pensar na noção discursiva de deslizamento de sentido, chamado de efeito metafórico por Pêcheux, e citado por Orlandi (2003b: 78): “é fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x como por y”. Orlandi (2003 b: 78) acrescenta que a definição de efeito metafórico permite, “pondo em relação discurso e língua, objetivar, na análise, o modo de articulação entre estrutura e acontecimento”.

Amélia é uma mulher conformada e tolerante, por isso faz os trabalhos domésticos sem reclamar e chega até mesmo a passar fome, além de procurar um consolo para seu amigo. Esse efeito de sentido é fruto do social e não deve ser lido a partir da imagem da mulher Amélia, representada na letra da canção. A tolerância dessa mulher é o máximo dentro dos conceitos machistas, impostos há séculos pelo patriarcalismo. Justifica-se, assim, o fato de o termo estar dicionarizado: “amélia”, “mulher que aceita toda sorte de privações e / ou vexames sem reclamar, por amor a seu homem” (FERREIRA, Aurélio, 1999: 119). Pode-se afirmar que a música fixou um arquétipo, o da mulher inteiramente submissa?

Na letra de “Ai que saudades da Amélia”, a partir do exame da memória histórica da mulher, à época em questão, registramos que se institucionalizam discursos e efeitos de sentido sobre a mulher, relacionados ao Movimento Feminista.

Berta Lutz, em 1922, funda um movimento em defesa dos interesses femininos, conseguindo, em 1932, o direito ao voto para as brasileiras. Assim, em circulação, percebemos, ao lado de discursos machistas, discursos relacionados à emancipação feminina.

Estão em processo de inscrição, por conta da influência dos movimentos feministas, outros significados sobre a outra mulher que passa a desejar independência, é vaidosa, preocupa-se com o próprio bem-estar e reivindica o equilíbrio das funções do lar.

Em dois versos, podemos notar pistas que marcam o antigo lugar ocupado pela mulher, dentro do pensamento dominante na época: “Ai, meu Deus, que saudade da Amélia / Aquilo sim é que era mulher”.

Há, dessa forma, duas imagens de mulher inscritas na letra dessa canção, confirmando nossa hipótese de que podemos, analisando as condições de produção da música, perceber o perfil da mulher oscilando entre dois polos:

a) a mulher sob o jugo da família, pura, casadoura, virgem, fiel, submissa ao marido e cumpridora dos afazeres domésticos, a mulher do passado, nomeada “Amélia”, “mulher de verdade”, “dotada de razão”;

b) a mulher que busca o prazer, seja pelo luxo, seja pela liberdade, pelos novos desejos e exigências, a mulher do presente, à procura do prazer de viver, tendo sua conduta dotada de emoção – “não tem consciência”.

Nesse sentido, “Amélia” é atravessada por interdiscursos que colaboram na sua heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ: 1998). A exterioridade que cerca a imagem da mulher permite que tracemos os dois polos acima.

Ainda com “Amélia”, podemos notar, a título de reforçar nossa leitura de que a mulher está deslocando de lugar, naquela sociedade, a posição de resistência que ocupa o homem. Este sente saudades de uma mulher que sofria sem reclamar e que, ao contrário, apaziguava o que poderia ser índice de conflito.

Amélia era a mulher do passado, resignada, alguém que deixou saudades, mas que já não existe, a primeira mulher, a que se foi, a que estabelece um contraste entre a simplicidade, a vida sem nenhuma exigência, e a vaidade da mulher do presente que só pensa em “luxo e riqueza”.

A mulher atual exige bens mundanos, quer uma outra posição, um outro lugar social, impõe seus desejos, não aceita a dominação do homem. A atitude machista é levada ao extremo como se nota no emprego do demonstrativo: “*Aquilo* sim é que era mulher”. Em referência a mulher, deveria ser usada a marca feminina de “aquela”. Com o emprego de “aquilo”, trata-se a mulher como um objeto, uma coisa (BELTRÃO JR., 1993: 64). É o processo da reificação, da coisificação, de que não escapou a negra nem mesmo a branca. Pode-se ainda ler “Amélia” como mulher “santa”, a que se submete às exigências machistas, em oposição à que não aceita ser “mulher de verdade”, ou seja, ser dominada. O elogio e a lisonja configuram elementos de domesticação, de administração de sentidos por parte do homem. Isso ocorre, de modo regular, em nosso *corpus*, quando se trata do confronto *discurso machista x discurso feminista*. Em “Emília”, o pesquisador Beltrão Jr. (1993: 67) observou uma pista linguística na comparação dos nomes “Emília” e “Amélia”: “modificando-se apenas os dois primeiros sons vocálicos (“a” e “e” de Amélia para “e” e “i” de Emília), como uma continuação na seqüência das vogais: Emília (“e”, “i”) seria uma continuação de Amélia (“a”, “e”), não numa questão cronológica, mas temática”.

O companheiro de Emília, diferentemente do de Amélia, não exige uma privação total, mas, retomando a memória dos discursos patriarcais, vê a mulher como uma boa empregada (“Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar”), e como um objeto, uma coisa, um “despertador” (“Que de manhã cedo me acorde / na hora de trabalhar”).

Essa “mulher ideal”, doméstica, presa ao lar, a “rainha”, não está mais ao lado de seu homem. Daí o lamento: “Papai do céu é quem sabe a falta que ela me faz”. Em Amélia, há um apelo a Deus (“Ai, meu Deus, que saudade da Amélia”). Em “Emília”, num uso mais livre, aparece “Papai do céu”. Amélia era “mulher de verdade”. Emília

é apenas “mulher” (“Não desfazendo das outras / Emília é mulher”. / “Sem ela eu não vivo em paz”. Sem dúvida, Emília era uma “grande empregada”: “Ninguém sabe igual a ela preparar o meu café” (BELTRÃO JR., 1993: 67). Atualiza-se o discurso misógino, patriarcal, em que o único lugar da mulher era o da inferioridade, o da anulação da vontade

A MULHER EXPRESSA NA CANÇÃO AURORA

Numa outra formação discursiva em que se inscreve a mulher fora do padrão moralmente aceito à época de 1930 a 1945, notamos a figura da mulher interesseira, descrita como aproveitadora, exploradora do homem.

AURORA

MÁRIO LAGO E ROBERTO MARTINS, 1941

Se você fosse sincera
 Ô, ô, ô, ô,
 Aurora,
 Veja só que bom que era
 Ô, ô, ô, ô,
 Aurora.

De início, nota-se o discurso da mulher que “não é sincera”. A oração subordinada adverbial condicional (“Se você fosse sincera”) marca linguisticamente a cobrança de uma certa conduta (de sinceridade) para Aurora. Na sequência seguinte, o homem passa a discriminar as “vantagens” que Aurora teria, caso “fosse sincera:

Um lindo apartamento
 Com porteiro e elevador
 E ar refrigerado
 Para os dias de calor,
 Madame antes do nome
 Você teria agora,
 Ô, ô, ô, ô,
 Aurora.

A oferta feita a Aurora denuncia um imaginário que considera a mulher como alguém dotado de interesses no campo material: “lindo apartamento”, “ar refrigerado”.

O imaginário sobre a mulher abrange, além do bem-estar material, a elevação no valor social, já que lhe é oferecido um nome, o título de “madame”, um elemento de especial relevo nas relações sociais. Pressupõe-se, a partir da marca do nome, que a proposta feita seria de casamento. “Os nomes não identificam apenas as coisas

que vemos, ouvimos ou lembramos. Eles também dizem quem nós somos. Portanto, aprendemos a apreciá-los como a impressão digital das nossas vidas” (MARTINS, 2002: 17).

A proposta do título de madame marca ainda a presença do interdiscurso patriarcal, atrelado, como vimos, ao discurso machista, descrito no início deste trabalho. Parafraseiam-se, também, discursos religiosos que aparecem desde o “Gênese”, com o primeiro homem dando o nome a sua mulher, que será eternamente dominada por ele, em virtude do pecado cometido no paraíso. A autonomia da mulher fica comprometida, uma vez que seu nome se vincula ao do homem.

Os mesmos compositores repetem o discurso da mulher interesseira na canção “Eu quero ver é a pé”, de 1942:

De automóvel todas elas fazem fé
 Pois é
 Não é vantagem ter Lalá e ter Lelé
 Não é
 Eu quero ver é a pé
 Eu quero ver é a pé.

A forma-sujeito (mulher interesseira) é, aqui, representada como fria, esperta, voltada para os bens materiais do companheiro, e nota-se que se tem, como efeito, uma espécie de julgamento do caráter feminino, com a depreciação da mulher, na medida em que é descrita como um ser voltado para futilidades, vantagens, facilidades.

Em outra canção, “Bolinha de papel”, samba, 1945, de Geraldo Pereira, percebemos uma relação de semelhança discursiva com “Aurora”, já que representa também a mulher como um ser impregnado de interesses.

BOLINHA DE PAPEL
 SAMBA, 1945
 GERALDO PEREIRA

Só tenho medo da falseta
 Mas lhe adoro, ó Julieta
 Como adoro a papai do céu
 Quero seu amor minha santinha
 Mas não quero que me faça
 De bolinha de papel... papel.

Só tenho medo da falseta (bis)

Tiro você do emprego
 Dou-lhe amor e sossego

Vou ao banco e tiro tudo
 Pra gente gastar
 Posso, Julieta
 Lhe mostrar a caderneta
 Se você duvidar.

Nesta sequência, o parceiro oferece “amor”, “sossego”, dinheiro à vontade e vida sem sacrifício do trabalho à mulher, portanto um papel próximo daquele da dona de casa, tão comum nos sentidos instituídos pelo discurso misógino: “Tiro você do emprego / Dou-lhe amor e sossego”. Considera-se, nos padrões masculinos, a vida do lar como um “sossego”, esquecendo-se do trabalho que exerce a doméstica, sem o pagamento de qualquer recompensa financeira.

Podemos afirmar que essa visão de mulher voltada para os bens materiais permanece na memória discursiva, como se observa na canção **INTERESSEIRA**, de Anísio Silva:

Interesseira, não amas ninguém
 Não tens coração
 Só causas o mal
 De quem te quer bem
 Interesseira, a mim não convém
 Adora o desejo, que farsa do teu beijo
 E alma não tem

Interesseira, que adora a riqueza
 E troca a ternura
 Do amor mais sincero
 Por uma aventura

Interesseira, procedendo assim
 Verás que tua vida
 Vazia sem guarida
 Marcará teu fim

Interesseira, que adora a riqueza
 E troca a ternura
 Do amor mais sincero
 Por uma aventura
 Interesseira, procedendo assim
 Verás que tua vida
 Vazia sem guarida
 Marcará teu fim.

CONCLUSÃO

Na Análise de Discurso, *história* é conceituada como produção de sentidos que se define por sua relação com a linguagem. A história organiza-se a partir das relações com o poder e está ligada não à cronologia, mas às práticas sociais. Para a AD todo fato ou acontecimento histórico significa, precisa ser interpretado, e é pelo discurso que a história deixa de ser apenas evolução. Ao trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade.

Analizamos os lugares sociais da mulher, pelos discursos misóginos de alguns compositores da música popular brasileira, de 1930-1945. A análise, levando em conta a historicidade, ajudou-nos a esclarecer como a sociedade da época discursivamente via a mulher, num período político-ideológico bem complexo da vida pública brasileira, em que se governou sob uma ditadura, a partir de 1937. Apesar de alguns discursos de resistência e de a mulher intérprete das canções começar a conquistar seu espaço, prevaleceu o discurso machista que relembra os momentos de pecado cometido por Eva: “A mulher tem a mania / de lesar a humanidade / Tem o dom da hipocrisia / E ama sem ter vontade” (“Saber amar”, Noel Rosa e Alfredo Lopes Quinta, samba, 1935, 302).

Através de nosso percurso analítico, podemos notar que o discurso religioso se alimenta, na memória que envolve a mulher ligada a Eva, com sentidos como pecado, mentira, traição, fraqueza de caráter.

Alguns valores misóginos eram introjetados no meio social: ambiente doméstico, mecanismos informais de coerção (fala de vizinhos e aceitação em certos círculos). Por ser estigmatizada com a pecha de insaciabilidade sexual, a mulher precisava ser adestrada, disciplinada pelo homem.

Nas letras das canções selecionadas, aparecem os seguintes enunciados desta formação discursiva, mostrando-se como deve ser a mulher:

- submissa, fiel, pura;
- centro da família; logo, “rainha do lar”, doméstica e domesticada;
- uma verdadeira empregada do homem (mulher explorada);
- reprodutora;
- responsável maior pela educação e cuidados dos filhos.

Porém, há sentidos em que se nota certa reação, uma resistência a essa posição de submetimento. Há discursos nas canções “Amélia”, “Guiomar” e “Emília” que colaboram na sua heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1998). Em “Amélia” e em “Emília”, o homem relembra o tempo em que era feliz com sua amada, que já não está presente, que já se foi. Que motivos levaram essas mulheres a não conviver com seus companheiros? Em “Guiomar”, o homem se preocupa com a possibilidade do fim do relacionamento, pois “Quem vai lavar a minha roupa / Quem vai fazer a minha sopa?”

Como em “Emília”, o homem sente a falta de uma mulher que servirá como empregada. A prática social levava a esse sentido, no entanto sabemos que, ao lado do sentido cristalizado, há outros, configurando a heterogeneidade discursiva presente nas canções.

Na outra formação discursiva, verificamos a figura da mulher fora desse padrão dominante à época, a que vive às custas do homem, a aproveitadora, a interesseira, aquela que “não ama ninguém”

Na canção “Juraci”, de Antônio Almeida e Ciro de Sousa, de 1941, o discurso se repete, como se nota na sequência seguinte:

Eu trabalhei durante o ano inteiro
 E consegui juntar algum dinheiro
 Fiz uma casa que é um amor
 Já tem rádio, geladeira e tem ventilador
 Nossa casinha lá na marambaia
 Fica a dois passos da beira da praia
 E se você achar que lhe convém
 Eu lhe garanto tudo isso e o céu também.

O homem reafirma sua posição de provedor da família e da mulher, como figura do lar, domesticada, pacata. A conquista amorosa vem com oferta de bens materiais: “rádio”, “geladeira” e “ventilador”, além da “casinha na Marambaia”. É novamente a exibição de poder masculino. Para Foucault (2005: 12), “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”. A sociedade patriarcal construiu seus discursos principalmente representando a mulher de forma apequenada, presa fácil de oferecimentos de bens materiais.

Enfim, o discurso machista trata a mulher como um ser volúvel, leviano, que se deixa levar por qualquer interesse material.

Nas décadas de 1930 e 1940, algumas reivindicações femininas, embora formalmente, foram atendidas. Mas é um período difícil, com a preparação e o surgimento de uma nova guerra mundial. Nessa nova conjuntura, devido ao deslocamento de homens para as frentes de batalha, a mulher passou, então, a ocupar papéis, como provedora da família, com a ausência do homem no mercado de trabalho, mas com salário inferior.

No fim da guerra, com a volta da força de trabalho masculina, a ideologia da diferenciação dos papéis por sexo e da inferioridade feminina foi fortemente reativada. Os meios de comunicação logo se apressaram em veicular mensagens que reforçassem a ideia de que o

espaço doméstico cabia à mulher, enfatizando a imagem de “rainha do lar” (AUAD, 2003, : 47)

Elas foram domesticadas novamente, pois já não estavam num lugar autorizado pela ordem do discurso machista. Todavia, os sentidos sobre a participação da mulher em outras instituições além da família já estavam se sedimentando.

Até 1945, final da segunda guerra mundial e também do governo de Getúlio Vargas, a mulher permanecia como apoio familiar, conforme previa a sociedade patriarcal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

AUAD, Daniela. *Feminismo – que história é essa?* São Paulo: DP & A, 2003.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”. In *Cad. Est. Linguísticos*. Campinas: jul./dez. 1998, pp. 25-42.

BELTRÃO JR., Synval. *A musa-mulher na canção brasileira*. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.

BRUCE-MITFORD, Miranda. *O livro ilustrado dos símbolos*. São Paulo: Publifolha: 2001.

FERREIRA a, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio – o dicionário do século XXI*. 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA b, Maria Cristina Leandro. *Da ambiguidade ao equívoco – a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21 ed., São Paulo: Graal, 2005.

MARTINS, José Roberto. *Presságios – o livro dos nomes*. São Paulo: Alegro, 2002.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. 4 ed., 3.^a reimpressão, São Paulo: Pontes, 2003 a.

_____. “Texto e discurso”. In *Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2004, pp. 52/62.

AUTOR E LEITOR: ESTRATEGISTAS NO PROCESSAMENTO TEXTUAL

MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO¹ (UFPI)

Resumo:

O texto constitui um conjunto de pistas sinalizadoras para a construção de sentidos possíveis, o que implica afirmar que ele guia a atividade de leitura; assim, no processo de construção de sentidos há o entrelace de aspectos textuais-discursivos, sociais, culturais, antropológicos, etc. Assim, forma e conteúdo encontram-se imbricados, ou seja, o modo como os elementos linguísticos, constituidores da superfície textual, estão organizados realiza na mente dos leitores/ouvinte uma configuração veiculadora de sentidos, a qual está na dependência da atuação de diversos fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional, (Koch 2002: 48-51). Por isso, o estabelecimento de relações de sentido vai depender de cálculos, estratégias interpretativas, inferências, estratégias de negociação de sentido dos sujeitos envolvidos no processamento textual: autor, em seu projeto de dizer, leitor como co-autor. Neste artigo refletiremos sobre as estratégias de compreensão de textos à luz da perspectiva sociocognitiva da linguagem. Estabeleceremos diálogos com vários autores, dentre eles: Koch(1986-2005); Marcuschi(1990-2004); Kleiman(1989); Possenti (1990-2001) e Geraldi (1996-2001). A partir de posicionamentos teóricos, é possível afirmar que a leitura de textos envolve tanto o processo de produção quanto o processo de compreensão, sendo tomados, ambos, como processos de construção de sentido(s). De um lado, tem a palavra do leitor no texto que lê e de outro, um projeto de dizer do autor, tomado como aquele capaz de expor a sua singularidade no discurso, extrapolando os aspectos formais e as regras que condicionam o texto.

Palavras-chave: processamento textual – construção discursiva – enunciação – interação – compreensão de texto

A forma pela qual se constrói uma realidade para o mundo não traz em si um sistema de significação, uma correspondência semântica. Esta construção se caracteriza como um sistema do qual os interlocutores se utilizam para dizer criativamente o mundo. Trata-se de uma construção que se realiza em contextos que, conforme Marcuschi (2002)², se constituem das representações que os interlocutores elaboram a partir do que se concebe como o conjunto de dados da natureza não só social, mas também cognitiva.

1- Doutora em Linguística - Professora de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Federal do Piauí - UFPI

2- Reflexão compartilhada com a autora Catherine Kerbrat - Orecchioni (1996), conforme o autor descreve em nota de rodapé no seu texto: “Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa”.(2002).

Dentre as atividades lingüísticas, ao se observar a produção de textos, falados ou escritos, além de considerar o fato de que as representações construídas pelos atores sociais, é uma decisão tomada por cada sujeito em sua ação comunicativa, importa também observar o papel que o conhecimento partilhado desempenha. Mondada & Dubois (2003) consideram que as variações no discurso podem ser interpretadas como dependendo muito mais da pragmática da enunciação que da semântica dos objetos.

A interação, portanto, é fundamental para que a construção se realize de modo satisfatório, a fim de que o propósito de dizer seja compreendido pelo interlocutor. Apesar de a interação ser fundamental, ela não dá garantias ao produtor do texto de que o sentido foi captado conforme sua previsão inicial. O que se poderá verificar, caso se faça uma troca de confirmação de sentidos construídos, é se houve ou não uma aproximação do sentido que se construiu à intenção primeira do produtor, identificável por meio das pistas textuais. Os sentidos são, pois, construídos tanto por quem escreve, ou diz algo, quanto por quem interage com a produção, sendo leitor ou ouvinte.

Pode-se verificar, a seguir, como a construção dos referentes se dá de modo partilhado pelo produtor e pelo leitor, conforme se ilustra com o texto “Dilemas da política econômica”, Frei Betto, no qual o autor tece considerações a respeito da economia neoliberal e da sua influência na vida dos cidadãos acentuando as desigualdades sociais já existentes.

Ao apresentar esse texto, tem-se o propósito geral de aplicar os fundamentos teóricos sobre a referenciação lingüística e de encaminhar uma discussão sobre a construção do(s) sentido(s) na interação pela linguagem, ressaltando a utilização das estratégias lingüísticas na construção do texto.

DILEMAS DA POLÍTICA ECONÔMICA (FREI BETTO)

Barco à deriva ameaçado pelas ondas tsunamis da inflação, o Brasil atracou em 1999, no porto seguro do FMI, confiando-lhe o comando de nossa política econômica. Faz seis anos. Desde então, somos parecidos às antigas colônias do Império Romano, governadas por cônsules que as visitam de quando em vez. Volta e meia, a mídia noticia que nova missão do FMI desembarcou neste país colonial abençoado por Deus.

Desde 1999, após a intervenção cirúrgica efeemista, quando o remédio quase matou o paciente, elevando a taxa de juros para o índice estratosférico de 45 por cento ao ano, o Brasil, entregou parte

de sua soberania aos cardeais protetores do mercado (entenda-se: mais remessas de lucros às nações metropolitanas) que lhe impuseram **o cinto de “gastidade”**: o controle rígido das metas de inflação. Fizeram até aprovar a lei da responsabilidade fiscal (ignorando a responsabilidade social). O médico passou a exibir os ótimos resultados dos exames, embora o paciente agonizasse...

Imaginem a alegria de um investidor estrangeiro diante de um país-cassino que lhe assegura 45 por cento de rendimento anual! A posologia exagerada punha em risco a vida do doente, mas restava o consolo de lhe salvar a alma - as contas públicas.

Assim é a lógica da economia neoliberal. As finanças do país figuram impecáveis no belo caderno de dever de casa, embora o aluno tenha fome, malgrado seu aspecto rechonchudo... de vermes! Obeso como pastel de feira.

Os rigores nas áreas fiscal e montaria, e o câmbio mais liberado que baile funk, fazem o Brasil ficar muito bem na foto emoldurada pelo mercado, apesar de a nação padecer brutal desigualdade e a miséria irromper, precoce e circense, em cada esquina de nossas médias e grandes cidades.

Aliás, liberada não é só a política cambial. São também os preços. Se a redução dos juros provoca a sem-vergonhice do aumento dos preços (vide o aço), como a Lei Seca nos EUA enriqueceu a máfia, por que o Ministério da Fazenda não coíbe os que atijam o dragão? Governo é para defender os interesses da maioria da população, e não fazer vista grossa diante de uma minoria que lucra quando os juros estão altos, nadando de braçada, como Tio Patinhas, nos índices da especulação financeira, e lucra também quando os juros estão baixos, desatando as correias do dragão pelo aumento abusivo dos preços.

Espelho meu, há em algum lugar no mundo superávit primário tão generoso quanto o do Brasil? Como investir em combate à fome, infraestrutura, se tantos recursos são canalizados para amenizar a dívida e(x)terna? E por que o capital estrangeiro, que monta o cavalo bravo da especulação, não passa pela alfândega ao entrar e sair do país? Por que o dinheiro merece uma liberdade de trânsito negada aos viajantes nacionais e estrangeiros?

Um país que pensa seriamente em se desenvolver (não um simples vôo

de galinha ou tucano) não pode admitir juros de mercado de 49 por cento para pessoas físicas e jurídicas. O governo Lula tem acertado no aumento de nossas exportações. Mas precisa equacionar juros e desenvolvimento: sem a queda do primeiro fica difícil haver crescimento do segundo.

O próprio governo deu de esporas na inflação em 2004 ao promover o aumento abusivo das tarifas públicas: água, luz, gás, etc. Ora, se nem ele se segura, quem haverá de segurar essa gente que põe fogo no rabo do dragão?

É estamos literalmente naquela de se ficar o bicho come, se correr o bicho pega. De um lado, o despertar do dragão sem que haja quem se disponha a domá-lo. De outro, o leão, que faz dos tributos a pedra de Sísifo que trazemos às costas. Assim fica difícil fazer do Brasil um país de todos.

Para uma leitura adequada do texto, ou seja, mais próxima do projeto comunicativo do autor, segundo suas pistas textuais, há de se considerar o conhecimento do leitor sobre uma série de acontecimentos que este produtor tem como compartilhados. Esses acontecimentos são trazidos sob uma escala temporal que obriga o leitor a buscar referências anteriores ao momento de realização e circulação do texto; mas, também, exige-se que ele esteja de posse de algumas informações atuais do contexto sócio-político e econômico. É o que se percebe, por exemplo, quando se compara a missão do FMI à missão dos navegadores portugueses quando atracaram em Porto Seguro (Bahia), configurando o “Descobrimento” do Brasil; mas, neste caso, o FMI é o “porto seguro” em que o Brasil se encontra atracado.

O produtor reconstrói a cena do “Descobrimento” à luz da atual política econômica; compara o país às antigas colônias do Império Romano e esclarece o porquê, identificável na sequência do escrito, afirmando que, tal como elas, este país é governado por representantes estrangeiros que o visitam de quando em vez. A utilização do termo “seguro” permite, num primeiro momento, relacioná-lo, por meio de inferências, produzidas em razão de um conhecimento enciclopédico do leitor, ao nome do espaço geográfico em que, primeiramente, chegaram as naus portuguesas, quando do “descobrimento” do Brasil, e, num segundo momento, entendê-lo sob sua acepção comum de segurança que, no propósito do texto, será questionada, pois se discutirá a ideia de confiar ao FMI o comando de nossa política econômica.

Ainda no contexto de navegações, o país é referido como porto em que o FMI desembarca, vez e outra, com novas missões que, adiante no texto, o autor esclarece como intervenções. O leitor, por ocasião do processamento sociocognitivo, reconstrói

o seu entendimento por FMI, Fundo Monetário Internacional, e o admite como uma personificação, isto é, as siglas representam metonimicamente as pessoas que trazem a missão em nome deste Fundo, os cardeais protetores do mercado.

Nesta interação com o texto, efeitos de sentidos são estabelecidos, mas o leitor sabe que eles se prendem ao contexto em que estão inseridos. Por isto, confirma-se que o sentido não é estável e nem é algo fixo à palavra, ele se constitui em contextos diferenciados e se mantém segundo um acordo entre produtor e leitor, a partir das pistas sinalizadoras de sentido(s). O produtor, aqui, constrói o seu discurso num jogo de ironias costurado em metáforas.

O Brasil é, nesta situação de submissão, o barco à deriva na política econômica e ameaçado pelas “ondas tsunamis da inflação”. Como se afirmou, as escolhas feitas objetivam uma condução de leitura; então, a comparação que se faz das ondas tsunamis³ à ação inflacionária se justifica no conhecimento de que, no Brasil, a inflação foi alta e se estendeu por um longo período, conforme o autor cita no texto, pois este fenômeno se caracteriza por ser uma onda de proporções gigantescas e que se alonga. É desta forma que o produtor do texto apresenta o Brasil, mesmo informando a seguir a existência de um “porto seguro”, o país está sem rumo e se sujeita às ondas tsunamis. Aqui, espera-se do leitor um saber sobre tais ondas e o seu poder avassalador, ilustrado na atualidade da produção do texto, pois tal fenômeno ocorreu recentemente em regiões⁴ da Ásia e da África. Percebe-se que a alusão ao acontecimento atual intensifica a expectativa de que o leitor consiga inferir o tamanho da tragédia inflacionária a que se sujeita o Brasil, exposta por “essa gente que põe fogo no rabo do dragão”, figura lendária que, em geral, no contexto econômico é associada à inflação.

Num ambiente de salvação, seja pelo religioso seja pelo medicinal, o Brasil, também, é apresentado como o paciente que, apesar de intervenções cirúrgicas, agoniza. Elementos lingüísticos como “paciente” e “intervenção cirúrgica” caracterizam o contexto médico e se mostram conservando a sua associação semântica, mas se ajustando à temática socioeconômica. É interessante notar esta flexibilização das palavras nos diferentes contextos, o que se justifica não porque as palavras são vazias

3- O termo tsunami provém do japonês “tsunami” [de “tsu”, “porto”, “ancoradouro” + “nami”, “onda, mar”]: “Vaga oceânica provocada por um tremor de terra marinho, por uma erupção vulcânica ou por um tufão; maremoto”. In Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Editora Objetiva, Rio de Janeiro. Grande Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora. Trata-se de ondas de grande energia geradas por abalos sísmicos que têm sua origem em maremotos, erupções vulcânicas e nos diversos tipos de movimentos das placas do fundo submarino.

4- Em 2004, países asiáticos e africanos (Índia, Indonésia, Sri Lanka, Maldivas, Malásia, Tailândia, Bangladesh e Mianma, na Ásia; e Somália, Tanzânia, Seichelas e Quênia, na costa leste da África - aproximadamente 150 mil mortos) sofreram com os desastres provocados pela tsunami.

de sentido em sua essência, mas porque os sentidos se completam e se fundam nas interações. Por esta razão, não causa estranheza dizer, por exemplo, que “o remédio quase matou o paciente”, ao se referir ao Brasil, porque as sinalizações textuais permitem esta referência e o leitor saberá, por meio de tais sinalizações, construir os sentidos e adequá-los à realidade do texto.

É também o que ocorre quando se faz alusão ao “cinto de castidade”, instrumento utilizado na Idade Média como garantia da imaculação. Tal objeto de discurso é construído no mesmo campo semântico de religiosidade, mas recategorizado e sendo empregado como um instrumento utilizado pelos “cardeais protetores do mercado” como “cinto de gastidade”, em que se almeja o controle rígido das metas de inflação. A troca de castidade por gastidade⁵ chama atenção para o controle referente aos gastos.

Na sequência de informações sobre a ausência de rumo do Brasil, ressalta-se que este país é apresentado como um cassino no qual um investidor estrangeiro tem a sua renda anual aumentada devido à política cambial liberada. Ao mesmo tempo em que mostra esta visão “obesa” para o Brasil, expõe o que é a aparência, pois se apresenta a realidade imposta por uma economia neoliberal: embora as finanças do país “figurem impecáveis”, o país passa fome e está rechonchudo de vermes. O leitor sabe que os itens “pastel”, “verme” têm os seus sentidos reconstruídos para atender ao propósito do produtor e, conforme se espera criar uma ironia pretendida.

O Brasil é, segundo o texto, o aluno que procura seguir o dever de casa, mas a sua realidade é bem distante da que se figura na foto emoldurada pelo mercado. Tem-se uma liberalidade cambial que é exagerada; daí, a comparação com o baile funk. Conhecer o que é um baile funk, saber que neste evento há uma liberação em que a censura não tem vez nem espaço, fará diferença na percepção do porquê da comparação utilizada pelo locutor. Neste caso, é o conhecimento de mundo que permitirá ao leitor construir uma referência para este segmento e fazer uma associação às informações já apresentadas no texto.

O mesmo acontece com a referência que se faz ao Tio Patinhas, personagem de W. Disney, que é ávido por dinheiro, “quanto mais, melhor”. Faz-se uso de estratégias intertextuais e pressupõe-se que o leitor saberá quem é o Tio Patinhas. É 5- A troca dos grafemas /g/, /c/ em (g/c)astidade evidencia uma estratégia do produtor em ressaltar a ideia de controle e de preservação (casto) e, também, de desejo e consumo (gasto), no contexto apresentado. Nesta troca pode-se sugerir um conflito entre os desejos do mercado e a economia real. Não se estenderá a observação sobre a construção desses referentes, mas não é demais destacar que se trata de uma temática abordada por diferentes autores como, por exemplo, Jung Mo Sung, Doutor em Ciências da Religião, no texto: SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997, em que se argumenta, dentre outros assuntos, o conflito existente nas sociedades capitalistas entre necessidade e desejo.

mais uma situação em que o produtor tem de contar com o conhecimento prévio, boa parte do seu texto se fundamenta nisto. Não é possível realizar um ato de linguagem esmiuçando as palavras de modo a tornar os sentidos esgotáveis, numa tentativa de antemão fracassada. Além de tornar a comunicação enfadonha, por demasiada descrição, trata-se de uma tarefa impossível, pois a linguagem não é explícita, sempre haverá algo por dizer que depende de inferências.

Este texto evidencia, também, um jogo de faz-de-conta em que o capital estrangeiro monta o cavalo branco da especulação e tem liberdade de ir e vir, sem que nada o impeça ou ninguém que o interrogue. Aqui, o cavalo branco é emprestado do conto de fadas e sugerido como um elemento deflagrador do contexto fantasioso, que é complementado com a referência à pergunta “Espelho meu, há em algum lugar no mundo superávit primário tão generoso quanto o do Brasil?” Ou, ainda, pela figura emblemática do dragão que cospe fogo ou do Leão que confisca o pouco que o brasileiro tem, sobrecarregando o fardo de se viver num país em que a política econômica fica à mercê daqueles que põem fogo no rabo do dragão. Situação descrita pelo locutor como “a pedra de Sísifo⁶”, o fardo que trazemos às costas, o que é inevitável, outro mote intertextual que requer do leitor uma ampliação do que se informou no texto, entrelaçando com o seu conhecimento de mundo.

“Cavalo branco”, “dragão”, “Espelho, espelho meu...” são elementos lingüísticos que remetem a situações comunicativas que podem fazer, ou não, parte da memória discursiva do leitor, mas o produtor parte do princípio de que fazem parte.

Como se constata, a partir destas reflexões sobre o texto, as palavras, as formas de enunciados possuem uma instabilidade e não se prendem a contextos específicos. Ainda que, no caso do texto citado, permaneça o sentido fantasioso tanto do dragão, do cavalo branco como da pergunta estereotipada, “Espelho, espelho meu...?”, outros sentidos são acrescentados a partir do contexto em que tal dizer é mencionado. É, exatamente, a sensibilidade em saber entrelaçar o dito, com o já dito e o sugerido que é requerida do leitor, a fim de promover uma leitura significativa, condizente e aproximada com o que se depreende ser o projeto de dizer do autor da mensagem.

Há um momento, no texto, em que o léxico da medicina e da religião mescla-se para validar a utilização de termos lexicais como o listado anteriormente: “A posologia exagerada punha em risco a vida do doente, mas restava o consolo de lhe salvar a alma --- as contas públicas”, a fim de justificar a lógica da economia liberal,

6- Sísifo, personagem mítico grego, um humano que foi condenado pelos deuses a rolar uma pedra até o alto de uma montanha. E, uma vez levada ao topo, a pedra rolava montanha abaixo tornando inútil todo o esforço de Sísifo. O condenado não tinha escolha: a não ser a de rolar a pedra até o topo da montanha, mesmo sabendo que isto seria em vão, pois a pedra rolaria montanha abaixo, inevitavelmente, pela eternidade.

alvo de críticas no texto. Todas essas construções linguísticas têm efeitos de sentido(s) provocados pelo material de que dispõe o leitor e pela sua habilidade em estabelecer relações e processar as informações que adquire com as que já possui em mente. O que está em jogo é o tipo de informação semântica que se irá mobilizar bem como os processos que estão envolvidos para o seu uso concreto.

Como se verifica, há uma dinâmica textual intensa, num entrelace de cotexto e contexto, pois o leitor utiliza uma série de estratégias não excludentes, mas complementares, formando uma rede em permanente construção e com possibilidades de novos entrelaces, a partir do levantamento de hipóteses; daí, esta construção se realizar de modo *on line*. Por este motivo, o texto não é algo pronto, não é um produto, é processo resultante de interações. Deste modo, a atividade de produção textual de sentidos compreende o trabalho do produtor e do interpretador que, segundo Koch (2002:19), são “estrategistas” já que no “jogo da linguagem”, mobilizam uma série de estratégias objetivando a produção de sentidos(s):

1. o produtor/planejador, que procura viabilizar o seu “projeto de dizer”, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas), para a construção dos (possíveis) sentidos;
2. o texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que ele estabelece limites quanto às leituras possíveis;
3. o leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra linguisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos.

O arranjo textual conta, portanto, com uma flexibilização e negociação de sentidos que se barganham em interação. Embora os itens lexicais apresentem tal flexibilidade nos diferentes contextos comunicativos -- neste caso, ampliando-se a idéia de contexto, que integra o contexto sociocognitivo --- é nestes contextos, e na sua particularização, que os elementos lingüísticos têm a capacidade de exprimir com exatidão diferenças muito tênues de sentido⁷. Acresce-se a isto o fato de a produção ser sempre a produção para um outro, sendo este outro a medida do que se vai dizer.

Em relação à importância dos contextos, destaca-se, também, a questão dos gêneros discursivos, pois eles situam as práticas comunicativas, e oferecem uma razoável estabilidade nos efeitos de sentido(s) dos enunciados e, ainda, os tornam aceitos como válidos ou não, para aquela situação discursiva.

7- É o que se aponta, também, em estudos como realizados por CRUSE(1986); CLARK(1992, 1996); DUNBAR(1992); MURPHY(2002).

Isto significa afirmar que o texto é uma proposta de sentido e se acha aberto a várias alternativas de compreensão. Trata-se de um aberto relativo, pois sobre um texto não se pode validar qualquer conteúdo. É possível haver leituras diferenciadas para um texto e todas consideradas possíveis e, por isto, corretas. Conforme Possenti (2002⁸), “para defender a importância do texto não é necessário crer que tudo esteja nele e que ler seja tirar algo de dentro do texto, como se ele fosse um balde de sentidos”.

Não se pode, também, dizer quantas são as compreensões possíveis de um determinado texto, mas se pode dizer que algumas delas não são pertinentes, de acordo com o autor:

Explicar a leitura do leitor – por que um leitor leu o que leu – é uma questão absolutamente legítima, algo que, aliás, pode ser feito compativelmente com explicar leituras com base no texto. Isto é, ao se discutir por que alguém leu um texto como leu, uma das possibilidades a ser contemplada é que se conclua que o leitor pode ter manobrado mal. Pode-se explicar que tenha lido o que leu, sem que se tenha que concordar com a leitura.⁹

Com estas observações sobre a construção do referente no discurso, verifica-se que, neste processo, os referentes não estão “fora” do discurso, ou melhor, não estão na realidade, tal como existe exteriormente. Trata-se de uma realidade a ser construída pelo interlocutor que, nesta construção, depara-se com “efeitos de sentido” que podem ser confirmados ou modificados de acordo com os diferentes contextos. Isto porque a construção discursiva se dá com base na experiência de cada sujeito.

Fatores de ordem cognitiva, linguística e sociocultural são levados em conta neste movimento de construção, o que explica as variações categoriais. Cada leitor ou ouvinte constrói sentidos segundo suas vivências e experiências socialmente partilhadas. Koch (2002: 42-43), citando Barsalou¹⁰ (1983), afirma que a construção de categorias do discurso (flexíveis) depende muito mais da multiplicidade de pontos de vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade deste. A autora comenta o exemplo em que o referente piano “pode ser categorizado como um instrumento musical no contexto de um concerto, bem como um móvel pesado e incômodo no contexto de uma mudança, em que podemos, inclusive, imaginar um contexto discursivo em que a referência ao piano percorra sucessivamente uma e outra categoria”.

8- POSSENTI, Sírio. A leitura errada existe. In: BARZOTTO, V. H. (org.) *Estado de leitura*, Campinas, Mercado de Letras, Associação de leitura do Brasil, 1999, p. 169-178.

9- Idem, p. 172.

10- BARSALOU, L. (1983) Ad-hoc categories. *Memory and Cognition*, 11: 211-227.

Por isto, a realidade construída se flexibiliza de acordo com as experiências humanas, em razão da multiplicidade de pontos de vista dos sujeitos no mundo, o que equivale a dizer que as categorizações se atrelam ao contexto da denominação e não somente ao objeto a se designar. Assim, “os objetos (de discurso) emergem, enquanto entidades discretas, ao longo do tempo de enunciação em que fazem a referência¹¹”. Essas variações, portanto, advêm de processos complexos que se realizam nos níveis psicológico, discursivo e lingüístico, inerentes às práticas situadas de linguagem. Por esta razão, elas não constituem um desvio da forma “normal” (o que é considerado ponto estável de referência) de referir, pois, ao mesmo tempo, as significações se ancoram num conhecimento culturalmente partilhado ou em contextos situados, e é no contexto de interação que um efeito de estabilidade se instaura.

Na perspectivização da construção discursiva dos referentes, os interlocutores atuam sobre o material lingüístico de que dispõem, fazem escolhas de acordo com a sua proposta de sentido; por isto referir é uma atividade discursiva sujeita a variações de acordo com os atores sociais, as mudanças de percepção e de contexto. Conforme observa Mondada (1994:34):

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo.

Estas observações se situam, portanto, no campo de uma abordagem sociocognitivista de linguagem, a qual permite levar em consideração o fato de que a realidade é construída e re-construída não apenas no simples processo de nomeação, mas, acima de tudo, na interação sociocognitiva do sujeito com o mundo, nos gestos de interpretação em que o entorno físico, bem como o entorno social e o cultural, ancoram significações. Neste sentido, concorda-se com Mondada (1994), ao afirmar que não se tem como entender a verbalização ou as atividades linguísticas diferentemente de entendê-las como um modo de fabricação do conhecimento.

Dito de outro modo, as atividades lingüísticas produtoras de conhecimento(s) são, antes de tudo, situadas. É necessário reconhecer que o conhecimento é um produto dessas interações sociais, e não de uma mente isolada ou individual. Em outras palavras, a cognição não é apenas um processo mental. Isto não implica desconsiderar o componente cognitivo da linguagem, mas a cognição, sob este ponto de vista, é entendida como uma construção social e não individual. Assim, para se entender essa (re)visão do papel da cognição na relação linguagem e mundo, devem ser considerados os aspectos sociais, além dos aspectos lingüísticos, em sua abordagem. Conforme 11- MONDADA, 1994, p.34.

aponta Morato (2003: 323):

Os processos cognitivos, dependentes (assim como a linguagem) da significação, não são tomados como comportamentos previsíveis ou aprioristicamente concebidos, como se estivessem à margem das rotinas significativas da vida em sociedade. Nessa abordagem, o tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é de mútua constitutividade, na medida em que se supõe que ‘não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidade de linguagem fora de processos interativos humanos.

Logo, o mundo comunicado é sempre fruto de uma ação cognitiva situada, em que a ação de perfazer o mundo pela linguagem é um trabalho sociocognitivo sistemático. Neste “perfazer”, o sujeito não retrata o mundo, ele trata o mundo, comunicando-o pela linguagem. A língua, mais do que um portador de sentidos, seria um guia de sentidos. Isto lhe atribui um valor intrínseco de indeterminação semântica que, na interação social, se firma em alguma direção, pois é somente sob essa situacionalidade que emergem as significações. Nas palavras de Marcuschi (2001b: 4):

(a língua) não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é um retrato e sim um trato do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele. Mais do que capital, a língua é uma moeda, servindo para trocas; mais do que um almoxarifado de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais) a língua é uma carpintaria (uma espécie de heurística). A língua não é uma dupla de trilhos a ligar dois polos – o mundo e a mente -, mas um conjunto de trilhas que decidimos seguir mesmo que dê em aporias.

A língua é, deste modo, insuficiente para determinar semanticamente as palavras, isoladas de um contexto. Em que momento, então, a dimensão semântica se afigura? Justamente diante de uma inserção sociointerativa que conduz à produção de sentido(s). Mas isto não significa dizer que as palavras são ocas, e sim que não têm uma suficiência própria, pois são os sujeitos que atribuem sentido(s) às palavras, o(s) qual(is) é (são) providenciado(s) por meio de uma atividade cognitiva situada.

Entende-se, a partir de então, que a língua é semideterminada. As indeterminações semânticas se resolverão nas atividades lingüísticas dos interlocutores, em situações de interação sociocomunicativa. O que vai determinar essa(s) significação(ões), na verdade, são as condições de uso, porque um enunciado não se refere a um fato, e sim constrói linguisticamente tal (is) fato(s) num determinado momento, numa determinada condição de existência, segundo Mondada & Dubois

(2003:17):

(...) as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo (...) se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos (...) são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação.

E, ainda, Marcuschi (2001:41):

A condição aporética da linguagem enquanto fenômeno humano é a forma de ser da língua. Daí ser ela uma atividade social e cognitiva em contextos historicamente delineados e interativamente construídos. (...) Dinâmica por natureza, a língua é estável, mas não estática e permite que os indivíduos a sigam. Deixa-se normatizar, embora de forma variável e variada.

Usar os símbolos, portanto, para dizer as “coisas” do mundo, ou para se fazer compreender por meio da linguagem, é um modo de construção. Com isto se dá presença e identidade para esse mundo; por esse motivo, os processos de referenciação são o núcleo central de uma discussão que objetive pontuar a relação linguagem e mundo. As referências são elaboradas e discutidas interativamente, logo, discursivamente. Mas é importante considerar a observação de Marcuschi (1999: 6):

(...) os objetos de discurso (enquanto espaços mentais) não são dados exclusivamente discursivos, pois eles emergem de uma inspiração do mundo, sob um fundo existente (espaços de base) e inserem-se num mundo pensável. O discurso é esse movimento dinâmico que permite o surgimento dos objetos nele desenvolvidos.

Os sujeitos têm um papel ativo na constituição do mundo em linguagem, e essa constatação permite afirmar que o conceito não é uma representação determinada pela linguagem, mas uma produção que se dá a partir de uma relação sociointerativa. Os sentidos, portanto, não são fenômenos naturais, são “bens humanos” (Marcuschi, 1999). E os processos referenciais são construções que surgem a partir da organização das percepções dos sujeitos de linguagem, num contexto situacional e cognitivo.

Nesta perspectiva, conforme Mondada (1994), a linguagem tem a função de dar uma definição aos objetos de discurso, que se realizam num momento de interação. Logo, se não há interlocução, não há produção de sentido(s). Aos sujeitos/interlocutores cabe o papel central nesta relação dialógica que, não se pode deixar de

considerar, também se realiza, segundo Marcuschi (1999), numa “arena cognitiva”. Nas palavras do autor:

(...) a maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva sobre o mundo e de nossa inserção sociocognitiva no mundo, pelo uso de nossa imaginação em atividade de integração conceitual, do que simples fruto de procedimentos formais de categorização linguística. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo, construtivo e imaginativo, e não de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas.

Com isto, esclarece-se que não se deve tratar da relação linguagem e mundo sem pensá-la como ação interativa, criativa, discursiva, o que confirma que a atividade referencial é, antes de tudo, um ato criativo e complexo em que as inferências, por exemplo, são importantíssimas para a construção do sentido e do conhecimento de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRANCHI, C. (1992) Linguagem – atividade constitutiva, *Caderno de Estudos Linguísticos*, 22, Campinas: Jan. /Jun, p. 9-39.
- KOCH, Ingedore G. V., (2004) *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*, São Paulo: Martins Fontes.
- _____, (2002) Desvendando os segredos do texto, São Paulo: Contexto.
- _____, (2001) A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional, In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, 41, Campinas: Julho/Dezembro, p 75-89.
- _____, (1999a) A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional. In: BARROS, K. S. M. (org.) *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal: EDUFURN, p. 69-80.
- _____, (1999b) *Referenciação: construção discursiva*. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para titular em Análise do Discurso do IEL/UNICAMP, Campinas: dezembro.
- MARCUSCHI, L. A., (2004) O léxico: lista, rede ou cognição social?, In: NEGRI, L., FOLTRAN, J., OLIVEIRA, R. Pires de. (org.) *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*, São Paulo: Contexto, p. 263-84.
- _____, (2002), Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In: *VEREDAS – revista de estudos linguísticos*, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 6, n. 1, jan./jun., Juiz de Fora: Editora UFJF, p. 43-62.
- _____, (1998) Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido, Texto apresentado por ocasião do GELNE, 2-4 de setembro. Mimeografado.

- MONDADA, Lorenza, (1997) Processus de catégorisation et construction discursive des catégories. In: BRAISBY, N. et alii. *Catégorisation et cognition: de la perception au discours*, Paris: Kimé, cap. XIII.
- _____, & DUBOIS, Danièle. [1995], (2003) Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referência. In: Referência. Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Ciulla (org.). São Paulo, Contexto, p. 17-52. (Coleção Clássicos da Linguística).
- MORATO, Edwiges Maria, (2005) Metalinguagem e referência: reflexividade enunciativa nas práticas referenciais, In: -----, et. al. (org.) *Referência e discurso*, São Paulo: Contexto, p. 243-263.
- POSSENTI, S. (1999) A leitura errada existe. In: BARZOTTO, Valdir Heitor. (org.), *Estado de leitura*, Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, 1999, p. 169-178.

A CLASSIFICAÇÃO ARTICULATÓRIA DAS VOGAIS À LUZ DA FONÉTICA EXPERIMENTAL

MIRIAN THEREZINHA DA MATTA MACHADO (UFF/ABRAFIL)

RESUMO

O presente estudo é uma proposta de classificação articulatória das vogais, baseada em pesquisas cineradiológicas, levando em conta os traços distintivos correspondentes ao grau da abertura bucal, ao lugar do aperto máximo no conduto vocal, compreendendo, esse, as cavidades bucal e faríngea, ao papel do véu do palato e à labialização. Visa, também, estabelecer um modelo geral das relações articulatórias, entre as unidades vocálicas, determinar, precisamente, o conceito das vogais palatais e faríngeas e ressaltar o valor distintivo da labialização, em línguas como o Francês (STRAKA, 1978) e o Português (MATTA MACHADO, 1981).

PALAVRAS-CHAVE: nova classificação, articulatória, vogais, método cineradiológico.

O foneticista utiliza, em seus trabalhos, diferentes métodos para a análise e descrição dos sons da linguagem. Embora o ouvido permaneça sendo o seu primeiro instrumento de estudo, o pesquisador moderno da substância da expressão linguística, encontra, na Fonética Experimental (ou Instrumental), informações seguras sobre o caráter objetivo dos fatos da fala que, sem a utilização de aparelhos, não podem ser percebidos pelo ouvido humano. Acrescenta-se a essa natural limitação auditiva, a impossibilidade visual de se observar os movimentos articulatórios que ocorrem, não só na parte posterior da cavidade bucal, como também, na totalidade das cavidades faríngea e laríngea, o que impediu o conhecimento da real participação desses órgãos, no processo da fonação, até o início do século passado, quando apareceram as primeiras radiografias e, posteriormente, os filmes radiológicos, no domínio das pesquisas fonéticas.

Essa impossibilidade de análise das articulações dos sons da fala na parte posterior do conduto vocal induziu, em erros, os pesquisadores que se ocuparam com as descrições fonéticas das vogais, das diversas línguas, em séculos anteriores, sendo que vários desses erros perduram, até hoje, em gramáticas e compêndios de Linguística, não só no Brasil, mas também no exterior.

Desde Hellwag (1781), as vogais das diversas línguas são dispostas esquematicamente, segundo a maneira como são articuladas, em um triângulo

isósceles, no qual cada ponto representa, aproximadamente, o ponto mais elevado da língua, atingido, na cavidade bucal, pela vogal indicada, assim como o grau de avanço ou recuo desse ponto, em relação ao ponto ocupado para a realização da vogal [a] (Fig. 1). Desse modo, essa representação esquemática indica, pela inclinação do seu lado direito, que de [a], para [u] a língua, elevando-se, gradualmente, recua em direção à parte posterior da cavidade bucal e, pela inclinação de seu lado esquerdo, que de [a], para [i] a língua, também, elevando-se, gradualmente, avança em direção à parte anterior da cavidade bucal.

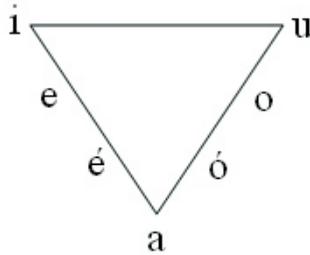


Fig. 1. - Triângulo de Hellwag (1781).

Posteriormente, em 1884 e 1885, Viëtor e Techmer, levando em consideração a existência em diversas línguas, como o francês, de duas vogais abertas: um [a] anterior e outro [A] posterior, propuseram transformar o triângulo de Hellwag num trapézio isósceles, como o da figura 2.

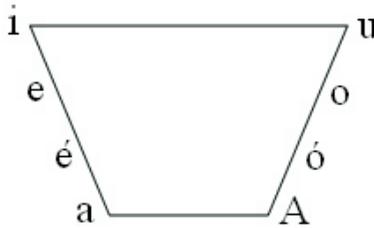


Fig. 2. - Trapézio isósceles de Viëtor e Techmer (1884 - 1885).

Essas duas representações esquemáticas indicam, claramente, pela inclinação de seu lado direito, que na passagem de [a], para [u], a língua, elevando-se, recua, paulatinamente, em direção à parede da faringe. Entretanto, contrariamente ao que sugerem essas figuras, em 1917, Daniel Jones, baseado em radiografias das vogais

do inglês, [i a A u], estabeleceu um sistema de “vogais cardinais, cuja finalidade era de fixar um certo número de articulações vocálicas que pudessem servir de base à descrição dos diversos sons vocálicos, em qualquer língua e, para representar os lugares de articulação desses tipos vocálicos, apresentou o seguinte trapézio retangular. (Fig. 3).

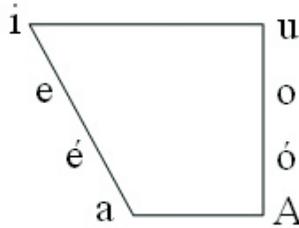


Fig. 3. – Trapézio retangular de Daniel Jones (1917).

Mais tarde, essa figura foi transformada, pelo próprio Jones, no esquema trapezoidal irregular: (Fig. 4).

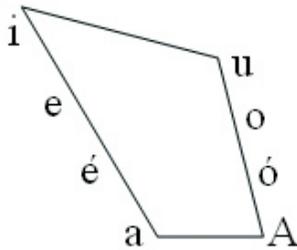


Fig. 4. – Esquema trapezoidal irregular adotado, posteriormente, por Daniel Jones.

Os professores de inglês conhecem bem esses esquemas, por terem sido usados, por Jones, em suas gramáticas e dicionários. Aparecem, também, em compêndios de Fonética, do século passado, como na Introdução à Fonética, de Rosetti. Todavia, nenhuma dessas figuras corresponde, quanto ao seu lado direito, à realidade articulatória. De [a] a [u], a língua não se eleva nem verticalmente, nem avançando, em direção à parte anterior da cavidade bucal. As radiografias modernas, feitas com tecnologia avançada, e os filmes radiológicos, que, hoje, são numerosos à nossa disposição, fornecem a prova disso. Ao contrário, as radiografias de Jones

são de uma época em que a aparelhagem radiológica estava em seus primórdios, pois o raio-X foi descoberto, em 1845, pelo alemão Wilhelm Konrad Röntgen, e as radiografias desse autor datam de 1917. Além do mais, foram obtidas sem metodologia precisa e representam vogais isoladas, pronunciadas artificialmente, devido ao fato de terem sido, demasiadamente, prolongadas, no momento de suas realizações. Em 1959, Mohuslav Hála, conceituado foneticista tcheco, discípulo de Chlumský provou que, para o inglês, na série posterior, a língua recuava e não avançava, a partir de [a], demonstrando o caráter artificial das radiografias de Jones. Ao contrário, as radiografias de Hála foram feitas pelo Dr. Polland, renomado médico radiologista, da Universidade de Praga, razão pela qual são consideradas, pelos foneticistas modernos, de grande perfeição e merecedoras de confiança. Feitas com metodologia moderna, mais apropriada à pesquisa fonética, refletem, melhor, as articulações naturais dos sons, na cadeia falada.

Embora ciente de que o método radiográfico seja inferior ao radiocinematográfico, fiz uma série de radiografias das vogais orais e nasais do Português do Rio de Janeiro, numa clínica radiológica, em Paris, cuja aparelhagem é considerada de excelência. As imagens ficaram muito boas e pode-se, perfeitamente ver, nelas, que a língua recua de [a] para [ó], e de [ó] para [o], mas avança de [o], para [u]. (Fig. 5).

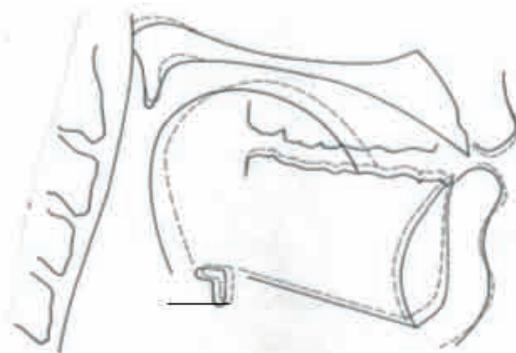


Fig. 5. [o] — em [po]
 [u] - - - em [pu]
 Segundo Matta Machado (1981)

É importante ressaltar que, mesmo antes da descoberta do raio X, estudiosos da fisiologia da articulação dos sons da fala, de diversas áreas do saber, entre eles, o fisiologista tcheco Jean E. Purkyne, o foneticista inglês A.M. Bell (1867) e o linguista

alemão O. Bremer (1893) já tinham remarcado que, partindo de [a], a língua recuava, somente até [o] e, embora elevando-se para [u], não se movimentava mais para trás, mas, sim, para frente. Essas observações baseadas, principalmente, na sensação muscular foram mais tarde confirmadas pelos palatogramas de Rousselot (1902) e, no decorrer desses últimos setenta anos, de maneira definitiva, pela radiografia e pela cineradiologia. Assim, desde as radiografias de Daniel Jones (1917), seguidas das realizadas por Chlumský (1938), (Figura. 6) esse movimento da língua, na parte posterior da cavidade bucal, proposto por Hellwag, vem sendo contestado. Entretanto, coube a Chlumský, discípulo do abade Rousselot, o mérito de ter levantado a questão das relações entre [o] e [u] e de ter rejeitado, com a ajuda de radiografias, a opinião corrente, segundo a qual [u] seria mais posterior que [o].

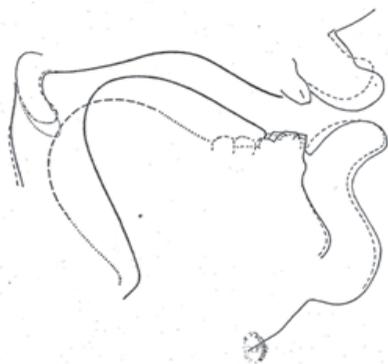


Fig. 6. [u] — em [ˈlu]
[o] - - - em [ˈbo]
Segundo Clumský (1938)

Após Clumský, outras radiografias e, principalmente, croquis extraídos de radiofilmes confirmaram, de modo irrefutável, em diversas línguas estudadas, que partindo de [a], a língua recua para [ó] e para [o], mas, em seguida, avança para [u], e que o ponto mais elevado de seu dorso é, realmente, para [u], mais avançado, que para [o], e, em alguns casos, até mesmo, mais avançado, do que para [ó]. Segundo Fouché (1952), renomado foneticista da Sorbonne, a vogal mais posterior seria [ó] (ó aberto) e que, a partir dele, a língua avançaria progressivamente para [õ] e [o] até [u]. Essa tese foi refutada por Straka (1954). Entretanto, para o Português do Brasil, os resultados de um grande número de análises das articulações dessas vogais, que fiz, a partir das imagens dos filmes cineradiológicos, revelam consideráveis zonas de dispersão do lugar do ponto mais elevado da língua, na cavidade bucal. Para as nasais dessa língua, a zona de dispersão do [u] nasal inicia-se após a do [õ] e prolonga-se, por cerca de um terço, da zona de dispersão do [ã]. Matta Machado (1981, V.2 p. 229

e Figuras 7 e 8).



Fig. 7. [a] — em ['papa]
 [ó] ---- em ['pópa]
 [o] em ['popa]
 [u] _ _ em ['bubu]

Segundo Matta Machado (1981)

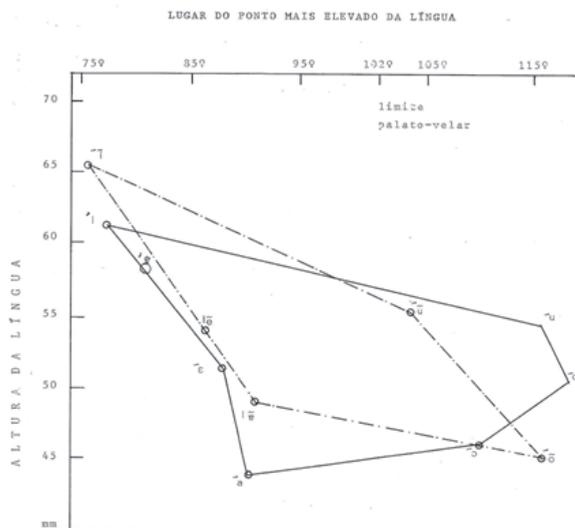


Fig. 8. Representação esquemática das vogais acentuadas do português, segundo o ponto mais elevado da língua na cavidade bucal

—— Vogal oral acentuada

---- Vogal nasal acentuada

Desse modo, fundamentando-se em pesquisas de longa duração, realizadas com metodologias e aparelhagens modernas, por pesquisadores de um grande número

de línguas, pode-se, atualmente, afirmar, sem nenhuma sombra de dúvida, que os esquemas de Jones, assim como os esquemas triangulares e trapezoidais isósceles, estabelecidos, anteriormente, por Hellwag, Viëtor e Techmer não refletem, corretamente, os movimentos articulatorios, da produção das vogais e, conseqüentemente, não podem servir de modelos teóricos, para a descrição desses sons, nas diversas línguas.

Na verdade, esses esquemas já vêm sendo substituídos, há mais de cinquenta anos, por outros que sintetizam os resultados das análises, de imagens, de filmes radiológicos e que estão mais de acordo com a realidade fisiológica da produção das vogais que representam.

Desde 1950, Straka propôs o esquema da Figura 9, baseado nas vogais do francês e reproduzido em publicações, posteriores, como no seu *Album Phonétique*, 1965, prancha 49, confirmado por Brichler-Labaeye, 1970, p. 254.

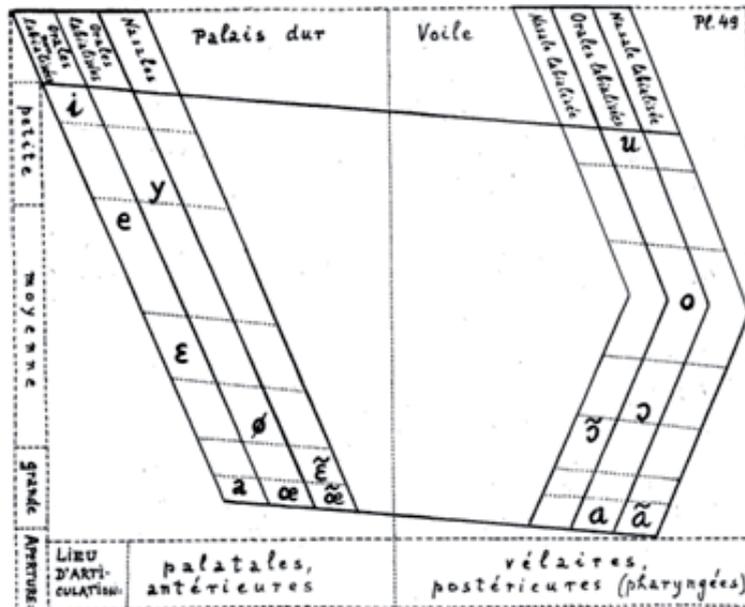


Fig. 9. Representação esquemática das relações entre as zonas articulatórias das vogais francesas.
Segundo Straka (1965)

Para o Português do Brasil, venho apresentando, desde 1981, esquemas que reproduzem os resultados das análises, de inúmeras imagens cineradiológicas das vogais, do falar culto do Rio de Janeiro. (Matta Machado, 1981, Figura 10).

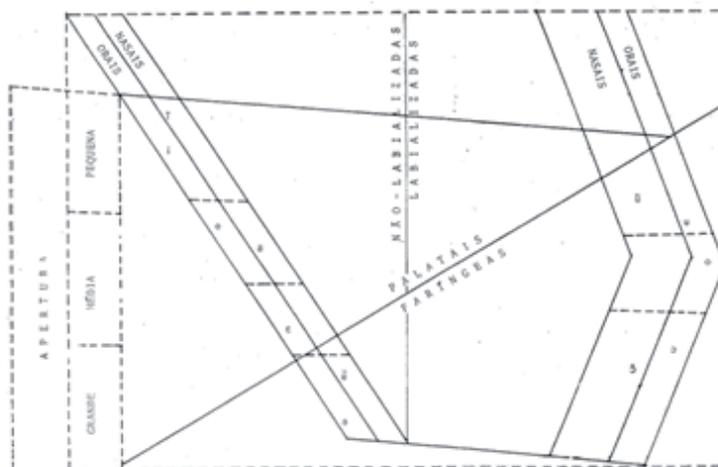


Fig. 10. Representação esquemática das relações entre as zonas articulatórias das vogais do Português, do Rio de Janeiro. Segundo Matta Machado (1981)

A observação desses esquemas, correspondentes às vogais francesas e portuguesas, leva-nos a algumas considerações:

a) A vogal [u] é realizada, no plano horizontal, nas duas línguas, menos recuada, em direção à parede da faringe, do que [o], sendo que em francês, o ponto mais elevado da língua é mais próximo do limite palato-velar, do que em Português. Claramente, essas figuras mostram que, a partir de [o], a língua avança na cavidade bucal, o mesmo acontecendo, para o Português, de [õ] para u nasal. (Matta Machado, 1981). (Figuras 7, 8, 9 e 10).

b) Há uma defasagem na abertura entre toda a vogal anterior e sua homóloga posterior. Com efeito, a língua eleva-se menos para as vogais posteriores, do que para as anteriores e, conseqüentemente, a passagem entre o ponto mais elevado do dorso da língua e a região velar é sempre mais larga, do que entre seu predorso e a região palatoalveolar, o que se vê perfeitamente nas imagens dos filmes radiológicos. Esse movimento diferenciado da língua na cavidade bucal gerou muitos questionamentos, entre os foneticistas, e interpretações errôneas de evoluções fonéticas. Malmberg, no seu compêndio Manuel de Phonétique Générale, (1974), apresenta a melhor resposta a essa questão, afirmando que “la prétendue asymétrie des organes de la parole dont parlent certains phonéticiens en se référant `a la moindre distance entre le dos et le palais vers l’arrière de la bouche est un mythe ».

E, nessa mesma obra, diz que todas as explicações da Fonética Diacrônica fundamentadas nessa dita assimetria não estão corretas.

Aliás, o eminente Mestre de Lund insiste na tese de que, para a formação das vogais velares, dispõe-se, na parte posterior do ressoador bucal, de várias possibilidades diferenciadoras, e não, somente, das variações de abertura entre o dorso da língua e a região velar e considera que a ideia da assimetria da cavidade bucal deve ser de Haudricourt et Juilland, que se enganaram por seguirem o esquema de Jones. (1974, p. 131).

A classificação das vogais, vista até o presente momento, assim como as referências feitas ao triângulo de Hellwag estão baseadas na observação dos pontos de elevação máxima da língua, na cavidade bucal. Entretanto, com o desenvolvimento da Fonética Acústica, na segunda metade do século passado, sabe-se, hoje, que, na realidade, o que importa para a formação das vogais é a forma dos ressoadores, e não o ponto de elevação máxima da língua na cavidade bucal. Pois esses ressoadores dão origem aos formantes característicos de cada uma das vogais, os quais se formam no lugar em que o dorso da língua mais se aproxima da abóbada bucofaríngea, ou melhor dizendo, no lugar do maior estreitamento no conduto vocal, compreendendo, esse, as cavidades bucal e faríngea.

Partindo dessas considerações, o lugar da articulação dos sons da Fala, na Fonética Moderna, é dado pelo lugar do maior estreitamento no conduto vocal. Para as vogais, esse lugar da articulação pode estar nas regiões palatal, velar e faríngea, donde elas serem, respectivamente, classificadas como: palatais, velares e faríngeas.

Só com o progresso da Fonética Acústica, a partir da segunda metade do século passado, começou-se a assimilar o conduto vocal a um tubo sonoro do qual se podem calcular as frequências de ressonância e, assim, determinar suas características acústicas. Desde, então, tornou-se imperativo o conhecimento da forma de todo o conduto vocal, tanto da sua parte anterior: cavidade bucal, como da sua parte posterior: cavidade faríngea, para a descrição correta dos sons da fala, seja do ponto de vista acústico, ou articulatório.

A primeira tentativa de fazer uma classificação das vogais, de acordo com esses princípios, oriundos da Fonética Moderna, foi apresentada para as vogais do búlgaro, por Dimitar Tilkov, em sua tese de doutorado, dirigida por Georges Straka e publicada em 1970.

Desde 1981, venho apresentando, para o Português do Brasil, um esquema das relações articulatórias entre as unidades vocálicas, baseado nos resultados de longas pesquisas cineradiológicas, de minha tese de doutorado, realizadas no Institut de Phonétique, da Université de Strasbourg, que leva em consideração, para a classificação das vogais, os traços distintivos: lugar de articulação, dado pelo lugar do maior estreitamento no conduto vocal, a abertura bucal, a nasalidade e a labialização. Este último traço é utilizado para separar [a] de [ó] e [ã] de [õ], pois essas vogais têm o mesmo lugar de articulação, ambas são faríngeas, e o mesmo grau de abertura, ambas são abertas. (Figuras 7, 8 e 10).

Vários outros esquemas, que resumem longas pesquisas, sobre as vogais de diversas línguas, com o método cineradiológico, vêm sendo realizados, há mais de cinquenta anos, por pesquisadores, no Institut de Phonétique, da Université de Strasbourg. Todos eles comprovam as observações feitas, neste artigo, sobre o triângulo de Wellwag e outros similares, que consideram, equivocadamente, a vogal [u] mais posterior que [o]; assim como adotam o novo conceito de lugar de articulação, da Fonética Moderna, e a escolha do traço labialização, para separar, *mutatis mutandis*, entre outros fonemas, o [a] do [ó] e o [ã] do [õ].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLUMSKÝ, J. Radiographies des voyelles et des semi-voyelles françaises. Prague: Academie Tcheque, 1938.
- FANT, Gunnar. Formants and cavities. In: Actes du 5è. Congrès International des Sciences phonétiques. Bâle – New York, 1965.
- _____. Acoustic theory of speech production. Paris: Mouton, 1970.
- FOUCHÉ, Pierre. Phonétique historique du français. Paris : C. Klincksieck, 1952, 3 Volumes, 1.102 fls.
- Hála, Bohuslav. English Vowels in phonetic pictures. Praga: Académie Tchèque, 1959.
- HELLWAG, C.F. Dissertatio Inauguralis physiologico-medica de formatione loquelae. Tübingen, 1781.
- JONES, Daniel. English Pronouncing Dictionary. 13 ed. London: J. M. Dent & Sons Ltd. 544 fls. (1.ª ed. 1917).
- MALMBERG, Bertil. Manuel de Phonétique Générale: Introduction à l'analyse scientifique de l'expression du langage. Paris : Picard, 1974, 272 fls.
- _____. Phonétique française. Lund : Malmö, 1969, 194 fls.
- _____. Le problème du classement des sons du langage et quelques questions connexes: Etude de phonétique générale. In: Studia Linguistica. T. 6, 1952.
- MATTA MACHADO, Mirian Therezinha da. Étude articulatoire et acoustique des voyelles nasales du portugais de Rio de Janeiro: Analyses radiocinématographique, sonographique et oscillographique. 1981. 2 v., 743 fls. Tese (Doutorado em Fonética)- Université des Sciences Humanines de Strasbourg, Strasbourg, 1981.
- PETURSSON, Magnus. Les articulations de l'islandais à la lumière de laradiocinématographie. Paris : Librairie C. Klincksieck, 1974, 359 fls.
- ROUSSELOT, Pierre. Principes de phonétique expérimentale, I-II, Paris, Didier, 1924-1925.
- SIMON, Péla. Les consonnes françaises, mouvements et positions articulatoires à la lumière de la radiocinématographie. Paris :Klincksieck, 1979, 380 fls.
- STRAKA, Georges. A propos du classement articulatoire des voyelles. In : Hamburger phonetische Beitrage . Hamburger. v. 25, 1978, p. 437-460.
- _____. Album Phonétique. Quebec : Les Presses de l'Université Laval, 1965. 188

fls.

_____. Notes de phonétique générale et française. In : Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg. V. 34, 1956, p. 278-285.

_____. Système des voyelles du français moderne. In : Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg. v. 28, 1950.

TILKOV, Dimitar. Le vocalisme bulgare. Paris : Librairie C. Klincksieck, 1970.

SIMON, Péla; BROCK, Gilbert; ZERLING, Jean-Pierre. Histoire du Radiocinéma à l'Institut de Phonétique de Strasbourg. Travaux de l'Institut de Phonétique de Strasbourg. TIPS.Strasbourg, n.35b, p. 9-210, 2010.

DA ESCRITA E DE OUTRAS TECNOLOGIAS

TEREZINHA BITTENCOURT (UFF e ABRAFIL)

RESUMO

Este artigo tem por escopo refletir sobre as características de alguns suportes por meio dos quais a atividade semiológica se manifesta e verificar as estratégias utilizadas para sua aquisição.

PALAVRAS-CHAVE: oralidade, escrita, imagem, ensino.

No início do século XIX, relata-nos Don F. McKenzie (1997), a Nova Zelândia assistiu à rápida transformação de uma cultura baseada essencialmente na oralidade para uma cultura cujo suporte passou a ser a escrita. O documento que, de certa forma, serve de limite entre esses dois mundos, o da oralidade e o da escrita, é o Tratado de Waitangi, assinado por 46 chefes maoris, em 6 de fevereiro de 1840, por meio do qual eles cediam à rainha da Inglaterra a soberania por eles exercida sobre seus povos e territórios. Vale destacar que, vinte e cinco anos antes da assinatura do referido tratado, os nativos neozelandeses, que se encontravam ainda na fase do neolítico, não tinham conhecimento de qualquer tipo de escrita, e seu processo de alfabetização foi realizado sem qualquer observância das práticas com as quais a comunidade estava habituada.

Os objetivos dessa alfabetização apressada, como mostra o filólogo, eram eminentemente políticos. Tratava-se, na verdade, de justificar, para as outras potências envolvidas na divisão do planeta e que também tinham interesse nas áreas ocupadas pelos maoris, a “cessão” de vastos territórios, sem dar-lhes pretextos a qualquer questionamento, uma vez que os próprios donos das referidas possessões expressariam sua vontade nesse sentido.

Examinando os textos dos missionários que estavam à frente da empreitada, contendo os depoimentos dessa comunidade submetida, subitamente, à organização de seu mundo de forma absolutamente *sui generis*, é possível perceber características fundamentais da escrita que se encontram ocultas para nós, em virtude de nossa familiaridade com essa tecnologia. De fato, é preciso fazer-se um grande esforço de abstração, para nos distanciarmos da sincronia em que nos encontramos imersos para distinguirmos as diversas etapas de que se constitui o fluir constante e inexorável do tempo. Só com o distanciamento exigido pela análise, torna-se possível colocarmos num posto de observação privilegiado que nos permita proceder à comparação entre períodos diferentes e, destarte, verificando as semelhanças e diferenças entre estágios diversos, constatar o que, da passagem de um estado a outro, permaneceu inalterado, e o que se transformou em algo diferente do que era.

Argumenta McKenzie que, num contexto bem específico e em muito quantificável, foi possível assistir novamente à revolução de Gutemberg na Europa do século XV. Os maoris, efetivamente, iluminam para nós, letrados, aspectos da escrita que já não conseguimos mais vislumbrar. Assim, por exemplo, conta-nos ele que, para os maoris, sua magia verdadeira se deve não propriamente ao fato de neutralizar o eixo do tempo, mas à sua característica de ser portátil, permitindo, com a anulação da distância, que uma pessoa possa estar em dois lugares simultaneamente, seu corpo, num ponto do espaço e seu pensamento, em outro.

Também nas obras de E. Havelock (1996) e Walter Ong (1998) pode encontrar-se a descrição de características da oralidade, próprias de culturas ágrafas ou de culturas nas quais a escrita ainda não se havia difundido, que iluminam traços dessa fantástica tecnologia. Seus trabalhos são úteis particularmente para os professores de língua, por mostrarem que a aquisição da escrita requer, além de estratégias e recursos bastante particulares, tempo, paciência e muito esforço por parte do aprendiz, já que implica transpor o mundo dos sinais sonoros para uma realidade significativa baseada em singelos sinais visuais, que longe estão de poder dar conta de todos os elementos que caracterizam a atividade concreta de fala.

Talvez em virtude da falta de distanciamento indispensável para se investigar o objeto, o debate acerca da oralidade e da escrita, travado sobretudo entre os estudiosos que se ocupam do ensino, tem apresentado contradições, equívocos e dificuldades práticas muitas vezes insuperáveis. Kleiman, por exemplo, afirma que

Uma vez que a sociedade valoriza justamente aquilo que é postulado como característico do pensamento transformado pela escrita, caracterizações como a de Ong reforçam o que Graff (1979) denominou de “mito do letramento”, isto é, uma ideologia que vem se reproduzindo nos últimos trezentos anos, e que confere ao letramento uma enorme gama de efeitos positivos, desejáveis, não só no âmbito da cognição, como já foi apontado, mas também no âmbito social.

Mas, cumpre perguntar, trata-se efetivamente de ilusão causada por um suposto “mito” os efeitos cognitivos e sociais alcançados pelo letramento? Se as marcantes diferenças entre sociedades com escrita e ágrafas - diferenças que determinaram de modo irreversível mudanças profundas no processo civilizatório - não são suficientes para questionar tal afirmação, os resultados obtidos ultimamente no campo da neurociência (Damásio, 2011) parece, com razões muito bem fundamentadas, não deixar qualquer dúvida a respeito das transformações, impostas inclusive à própria atividade cerebral, determinadas pela aquisição da escrita.

Em trabalho recentemente publicado sobre o uso do computador, particularmente das ferramentas da *internet*, e seus efeitos no cérebro, obra de leitura obrigatória sobretudo para educadores, N. Carr (2011) mostra que muitos estudos neurológicos recentemente feitos por meio de um aparato tecnológico de última

geração, evidenciam que o processo de modelamento dos circuitos neurais é feito, refeito ou simplesmente abandonado, dependendo do destino que lhe seja dado. Numa das interessantes pesquisas por ele relatada, experimentos revelaram que os cérebros dos alfabetizados diferem dos cérebros dos analfabetos em diferentes aspectos, entre os quais merecem destaque a compreensão da linguagem, o processo de raciocínio e a constituição da memória. Em outro trabalho, levado a cabo pelo Laboratório de Cognição Dinâmica da Universidade de Washington, os pesquisadores, fazendo uso das tomografias cerebrais, tiveram a oportunidade de examinar o que ocorria internamente com as pessoas que liam ficção. Vale a pena transcrever uma parte de seu primoroso texto:

Descobriram que os leitores simulavam mentalmente cada nova situação encontrada em uma narrativa. Detalhes sobre ações e sensações eram capturados do texto e integrados ao conhecimento pessoal de experiências passadas. As regiões cerebrais que eram ativadas muitas vezes espelhavam aquelas ativadas quando as pessoas realizam, imaginam ou observam atividades semelhantes no mundo real. A leitura profunda, diz o pesquisador chefe do estudo, Nicole Speer, “não é de modo algum uma atividade passiva”. O leitor se torna o livro.

[...]

Uma das mais importantes lições que aprendemos dos estudos da neuroplasticidade do cérebro é que as capacidades mentais, os próprios circuitos neurais que desenvolvemos para um propósito, podem ser destinados a outros usos também. Quando nossos ancestrais imbuíram suas mentes da disciplina para seguir uma linha de argumentação ou uma narrativa, através de uma sucessão de páginas impressas, tornaram-se mais contemplativos, reflexivos, imaginativos. (Carr, N. 2011, p. 108-9-10. Os grifos são meus.)

Pensamos, pois, que, se mito há, em relação à escrita, o mito é constituído pela tentativa de se transformar uma cultura em algo que ela simplesmente não é. De fato, não se pode negar a existência de diferenças profundas – estamos falando de diferenças e, não, de juízos de valor – entre culturas com escrita e culturas sem escrita. O simples fato de se confrontar, como fazem os estudiosos do tema, as duas modalidades já traduz uma aceitação implícita de que se trata de duas formas distintas de apreensão do real. Comparar, contrapor e estabelecer relações de identidade e de oposição entre fenômenos diversos não significa fixar graus de mérito, atribuindo-se características de superioridade ou de inferioridade e também não significa “reforçar ou reproduzir ideologias”. Ao contrário, significa perceber que as especificidades que caracterizam e traçam as fronteiras entre universos culturais diferentes permitem encontrar, através das diferenças que distanciam, as identidades que aproximam.

Assim, as crenças que atribuem ao letramento “uma enorme gama de efeitos positivos” não são falsas nem distorcidas, encontrando seu fundamento no real, pois sabemos todos que a falta das habilidades de leitura e escrita torna o cidadão vulnerável ao arbítrio, à injustiça e à opressão, e compromete gravemente o processo cognitivo. As figuras inesquecíveis dos personagens de *Vidas Secas*, Fabiano, Sinhá Vitória e os dois filhos, revelam na pena magistral de Graciliano, a tragédia de um mundo sem escrita, e suas consequências catastróficas na vida quotidiana. Além disso, como mostram os trabalhos da neurociência, o hábito permanente da leitura e da escrita funciona como estímulo para a percepção sensorial, para a imaginação criativa e para a reflexão crítica.

A invenção da imprensa no século XV, não obstante haver permitido a multiplicação dos textos escritos, ainda não fora suficiente para permitir o verdadeiro salto da humanidade rumo a um universo cognitivo maior, pois o número de leitores era ainda ínfimo. Só com o advento da revolução industrial e a possibilidade de maciça produção de obras escritas permitiu-se que o número de leitores pudesse ser ampliado, o que se pode comprovar com as inúmeras campanhas de alfabetização iniciadas no século XIX (Fischer, 2006), que não poderiam ocorrer, se não houvesse material disponível para todos.

Não deve ser obra do acaso o século XIX ser habitualmente identificado como o século do romance, pois foi justamente nessa centúria que se assistiu ao verdadeiro milagre da multiplicação dos textos. A quantidade de grandes e portentosos nomes da literatura mundial que despontou a partir de então só pode ser atribuída ao lento, mas inexorável trabalho com a escrita, que estimulou em nossos antepassados, habilidades intelectuais que foram paulatinamente sendo acrescentadas à nossa constituição mental.

Assumindo o posto de observador que uma visão panorâmica e retrospectiva permite, pode-se mesmo afirmar que, com a difusão da escrita e a conseqüente publicação de trabalhos de natureza vária, ocorreu verdadeira revolução epistemológica. Pense-se, apenas a título de ilustração, na própria sofisticação cada vez maior do arcabouço teórico-metodológico das ciências da linguagem, inimaginável em sociedades que não conhecem a grafia. A esse propósito, aliás, Auroux (1992, p.18) ressalta que, nas sociedades ágrafas, se encontram tão somente reflexões epilinguísticas, isto é, reflexões sobre a linguagem feitas pelo próprio falante, baseadas apenas em sua própria *empeiria*, mas nunca uma sistematização de caráter metalinguístico. E nem poderia ser de outra forma, pois, embora a linguagem se defina como *enérgeia* (atividade, no sentido humboldtiano do termo), só pode ser estudada como *érgon* (produto), tipo de apreensão que só a escrita permite.

A linguística moderna privilegia quer em sua vertente europeia quer em sua vertente norte-americana a oralidade, pois seu objetivo consiste em descrever um estado de língua tanto quanto possível próximo do uso real de seus falantes (perspectiva sincrônica) ou ainda verificar as transformações pelas quais passou esse objeto ao longo do eixo temporal (perspectiva diacrônica). Seu escopo é fornecer um

tratamento científico a seu objeto de estudo, não admitindo, portanto, qualquer visão parcial (todos falam mas nem todos leem ou escrevem) ou artificial (o texto literário não se produz em condições “naturais” da atividade verbal) desse objeto. Assim, Saussure, ao discorrer, em suas célebres lições, sobre as diferenças entre escrita e fala, não deixa dúvidas a esse respeito, ao afirmar que “ o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto” (Saussure, 1973, p. 34) .

Se, todavia, as advertências saussurianas, no que concerne ao estudo da língua oral, são inquestionáveis no âmbito da ciência, sobretudo tendo em vista o contexto histórico no qual tais observações foram feitas, elas não têm sido compreendidas de maneira satisfatória no ensino de línguas, decorrendo daí interpretações equivocadas e até falaciosas acerca da (des)importância da língua escrita e, particularmente, do estudo dos textos literários, que têm sido relegados a um inadmissível plano secundário nas obras didáticas.

Por isso, há de se dar razão a Sampson, quando se queixa de que (1986, p.7), “na maior parte do século XX, a linguística ignorou completamente a escrita”, pois a escrita não tem recebido dos estudiosos o tratamento a que deveria fazer jus, em virtude de seu estatuto nas condições da vida prática e das suas características específicas que longe estão de se constituírem em mera transposição de sons da fala.

A leitura impõe, para que nosso cérebro possa levar a cabo operações de natureza cognoscitiva de imensa complexidade, determinadas condições que precisam ser conhecidas dos professores, a fim de que os recursos utilizados não sejam errados e até mesmo nocivos ao longo do aprendizado, particularmente daqueles que ainda estão ingressando no mundo da grafia. A prática, comum em nossas escolas, de se pedir ao aluno que leia determinadas obras sem dar-lhe as condições para que consiga efetivamente alcançar tal intento, é, sob todos os aspectos, devastadora para seu contato inicial com a escrita. A rigor, equivale a entregar uma partitura musical a alguém que não sabe decifrar seus sinais e exigir que o leitor ouça a melodia ali presente.

Na atividade concreta de fala, os textos, via de regra, são simples, porque visam a atender, na maioria das situações do cotidiano, a finalidades comunicativas imediatas. Por tal razão, os falantes costumam vincular a fala ao estilo coloquial, ainda que o linguista saiba do engano subjacente a essa falsa associação. Já quando usa a escrita, a ausência dos entornos, que são sempre vagos e devem ser criados pelo escritor e recriados pelo leitor, a fictícia figura dos interlocutores e ainda a quebra do eixo espaço-tempo, seja em que tipo de texto for, até mesmo em simples bilhetes de caráter informativo, determina reflexões metalinguísticas mais acuradas, a fim de que os propósitos comunicativos sejam alcançados.

Por isso, os critérios de correção idiomática, em especial aqueles de que se vale a gramática normativa para o estabelecimento da norma de prestígio, estão voltados particularmente para a escrita. E ainda os “desvios” percebidos pelos usuários também são julgados, via de regra, em função da língua escrita, o que pode ser comprovado com a confusão entre letra e som, com a tentativa de transpor para

a fala sinais próprios da escrita e até com o fenômeno da hipercorreção. Em vez de condenar ou rejeitar o comportamento do falante, baseando-se não raro em critérios em que se pode perceber o espúrio casamento entre ciência e ideologia, o linguista deve explicar as razões pelas quais o usuário se comporta, em sua atividade verbal, sobretudo quando esta se manifesta pela escrita, com rigor, atribuindo, conforme criticam alguns estudiosos, “um valor quase sagrado aos instrumentos normativos”. Não obstante não saber apresentar suas razões, - e nem tem de fazê-lo, já que seu propósito, enquanto usuário, não consiste em refletir sobre a linguagem, cabendo tal papel ao cientista – o usuário as tem, e muito boas, vale ressaltar, para, em alguns tipos de texto informativo (v.g. leis, bulas, jornais, artigos científicos), procurar obedecer às regras estabelecidas pela gramática.

Ademais, a produção e a interpretação de um texto escrito se valem da materialidade dos suportes em que o produto se manifesta (v.g. livro, jornal, revista), de tal sorte que a organização de forma e de conteúdo tem de se sujeitar a regras e a condições inteiramente distintas das normas e contextos próprios da atividade oral. Embora não sejam essas as únicas razões que expliquem as dificuldades dos alunos para produzir e interpretar textos – e o pífio resultado dos exames nacionais e internacionais de avaliação comprova tais carências - , elas não podem ser ignoradas, pois as dificuldades se manifestam sobretudo com a atividade de interpretar e de produzir textos escritos e da competência nessa atividade, sabemos todos, dependem todas as demais.

A falta de contato, em alguns casos quase absoluta, com o texto escrito deixa marcas na produção e interpretação dos alunos, que se revelam na grafia incorreta das palavras (não conseguem fixar a imagem das letras, porque tal fixação depende da memória visual), nas estruturas sintáticas banais, empregadas no cotidiano (na maior parte, períodos compostos por orações simples ou por orações coordenadas) e num vocabulário pobre, eu diria até indigente, formado apenas com aqueles signos comuns utilizados para a apreensão do real empírico imediato, nas trocas orais.

A organização racional do pensamento na cultura moderna só pode consubstanciar-se efetivamente após um longo período em que, paulatinamente, as ordenações impostas às práticas textuais escritas se estabeleceram. Se se levarem em conta as profundas alterações determinadas pela substituição do rolo de pergaminho pelo códice nos séculos IV e V, quando, então, a página se transformou em elemento textual autônomo (Morrison, 1995), percebe-se, dependendo do olhar retrospectivo escolhido, que se percorreu um longo caminho. De fato, essa aparentemente singela substituição promoveu mudanças de largo e profundo alcance para o conhecimento, permitindo que o discurso pudesse manifestar-se de forma ordenada, uma vez que foram elaborados recursos para a composição de textos escritos (v.g. pontuação, separação dos tópicos em parágrafos, divisão em capítulos, diagramação, índice alfabético, titulação) cuja adoção conferiu conforto ao leitor – que passou a orientar sua interpretação, baseando-se em regras e princípios textuais claros - e segurança ao escritor – que passou a contar com uma série de expedientes gráficos para desenvolver

as diferentes etapas de seu pensamento.

Evidentemente que a aquisição desse aparato técnico exige, além do próprio exercício da atividade de ler e de escrever, o domínio de um saber reflexivo e, conseqüentemente, o conhecimento de alguma metalinguagem. Por tal razão, o aprendizado da análise sintática, nos moldes da tradição – ainda que com todas as lacunas conceituais e deficiências terminológicas – revela-se de importância fundamental para a produção e interpretação de textos escritos. De quaisquer textos escritos, cumpre assinalar.

No século XIX, pode-se assistir, no pequeno universo da comunidade maori, à transformação, num curto período de tempo, de uma cultura baseada essencialmente na oralidade em uma cultura letrada. Hoje, também somos espectadores de uma radical mudança nos hábitos culturais das sociedades, com a difusão do conhecimento por meio da imagem. Essa tecnologia começou a ser implantada, lentamente, com a chegada da televisão, na década de trinta do século passado, e expandiu-se no início do milênio, com uma velocidade espantosa, devido à difusão dos computadores e das ferramentas de internet. O *homo loquens*, não há dúvida, está sendo substituído, no mundo inteiro, pelo *homo videns*. Entretanto, devido à rapidez com que tais transformações ocorreram (e ainda estão ocorrendo), não pudemos ter, ainda, o distanciamento necessário para percebermos suas conseqüências.

O conhecimento por imagem – e no vídeo esta se sobrepõe à palavra – é sempre redutor e, portanto, pobre em relação ao signo linguístico, pois, enquanto este é um sinal genérico, permitindo abarcar toda a realidade sem por ela deixar-se encarcerar, a imagem está sempre e irreversivelmente vinculada à coisa que lhe deu origem, restringindo, assim, o conhecimento ao concreto. As operações cognitivas levadas a cabo para a leitura de um texto escrito não são da mesma natureza daquelas requeridas para a interpretação de um objeto significante constituído por imagens, pois, para estas, o cérebro não precisa fazer grandes esforços, nem dispende muita energia, uma vez que os signos a serem interpretados já estão prontos, necessitando apenas, para serem apreendidos, de rápidos, instantâneos e superficiais estímulos. Para a leitura de um texto escrito, diferentemente, requerem-se habilidades cognitivas de grande complexidade, já que, além da transposição do mundo dos sons para o mundo das letras, o leitor é obrigado a refazer em sua mente as diversas etapas do processo de construção do texto pelas quais seu produtor passou, contando, para tanto, apenas com sua própria capacidade interna de recriar todas as situações, paisagens, personagens, ideias, raciocínios, argumentos ali apresentados. Por isso mesmo, para a compreensão de um texto escrito, são indispensáveis o silêncio, a concentração, a atenção que, habitualmente, se não são desprezados na interpretação das imagens, são considerados secundários nessa atividade.

A importância do computador na vida moderna constitui-se numa evidência de tamanha magnitude que dispensa qualquer demonstração. Todavia, é preciso lembrar que essa fantástica ferramenta foi criada por uma geração que só podia adquirir conhecimento pela observação e pela leitura de textos escritos, porquanto

a maioria dos chamados *mass media* ainda eram, até pelo menos a primeira metade do século XX, objeto de ficção científica. A humanidade, no terceiro milênio, está, a rigor, beneficiando-se de tecnologias que foram, depois de muito estudo, de exaustivas pesquisas e da inevitável superação da fase de ensaio e erro, criadas por pessoas que receberam uma formação intelectual muito diferente daquela oferecida atualmente. Contando com poucos recursos, os cientistas eram obrigados a criar seus próprios instrumentos, a exercitar suas capacidades cognitivas na leitura e a orientar seus esforços para descobertas em direção a caminhos que só a imaginação poderia vislumbrar.

O computador constitui-se numa “tecnologia intelectual” (Carr, 2011, p.70) que, tal como ocorreu quando a escrita começou a difundir-se, promoveu mudanças, em nosso planeta, de ordem política (v.g. os levantes populares nos países muçulmanos), social (v.g. a democratização do acesso ao conhecimento) e, sobretudo, cultural (v.g. a concretização da profecia da “aldeia global”, feita por McLuhan) irreversíveis. Naturalmente que não há a menor possibilidade de retorno a um mundo sem essa utilíssima ferramenta, já que, criada a coisa, segue-se, ato contínuo, a necessidade da coisa. Todavia, é indispensável que todos, em especial os educadores, tenham consciência dos ganhos (imensos) e das perdas (algumas já apontadas pela neurociência) que, seguramente, a introdução da nova tecnologia vai determinar.

Por volta dos anos setenta do século passado, difundiu-se, entre nós, a ideia de que os professores deveriam introduzir métodos de ensino que fizessem uso de aparelhos audiovisuais, a fim de tornar suas aulas mais atrativas para os alunos. A produção em grande escala de televisões, gravadores, filmadoras e de toda a parafernália tecnológica que começava, então, a ser inventada e popularizada, ofereceu – particularmente nas aulas de língua estrangeira – um precioso auxílio pedagógico. Mas, superada a fase da curiosidade despertada pela chegada dos novos engenhos, constatou-se o óbvio: com ou sem métodos audiovisuais, a figura do (bom) professor é insubstituível. Estamos agora deslumbrados (e não sem razão) com o advento desse admirável mundo de possibilidades criado pela cibernética. É bom ter sempre em mente que esse universo singular não é independente nem autônomo, necessitando do conhecimento humano permanentemente para consubstanciar-se, a fim de que, no futuro, a constatação, mais uma vez, de uma obviedade não nos traga danos e prejuízos insanáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: Edunicamp, 1992.
- CARR, Nicholas. *A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.
- DAMÁSIO, António. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras,

2011.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. São Paulo: Unesp, 2006.

HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo: Unesp, 1996.

McKENZIE, Don. “A sociologia de um texto: cultura oral, alfabetização e imprensa nos primórdios da Nova Zelândia”. In Burke, P. & Porter, R. *História social da linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997.

MELO, Gladstone Chaves de. O cultivo da língua literária. *Linguagem*. Niterói, n.º1, 1978, p. 27-43.

MORRINSON, Ken. “Estabelecendo o texto: a institucionalização do conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas de argumentação”. In Bottéro, Jean *et al. Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995.

NEVES, Maria Helena de Moura. “Língua falada, língua escrita e ensino: Reflexões em torno do tema”. In Urbano *et al. Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

SAMPSON, Geoffrey. *Sistemas de escrita: tipologia, história e psicologia*. São Paulo: Ática, 1996.

SARTORI, Giovanni. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru: Edusc, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de *Curso de linguística geral*. 5.ª ed., São Paulo: Cultrix, 1973.

ENTREVISTA

Perguntas & Respostas para o DICIONÁRIO DE APELIDOS DOS ESCRITORES DA LITERATURA BRASILEIRA, de Claudio Cezar Henriques.

O Prof. Manoel P. Ribeiro, editor-chefe da Revista da ABRASIL, entrevista Claudio Cezar Henriques, Professor Titular de Língua Portuguesa da UERJ, filólogo e escritor.

1) Como surgiu a ideia de um dicionário de apelidos dos escritores?

Como professor de Português, sempre estou observando os usos da língua. Certa vez desenvolvi uma pesquisa sobre nomes próprios que se tornaram nomes comuns (gilete, baderna, carrasco, por exemplo, eram nomes de pessoas que viraram substantivos comuns – isso tem o nome técnico de eponímia). Fazendo aquela pesquisa, comecei a prestar mais atenção ao caso contrário (nomes comuns que viravam nomes de pessoas). Nem sempre os apelidos são formados a partir do próprio nome da pessoa, como Zico (sufixo do apelido Arturzico), Toninho (diminutivo de Antônio), Vivi (reduplicação da primeira sílaba de Viviane). Muitos dos apelidos são de fato caracterizadores da pessoa a quem nomeiam. Muitas vezes, nem sabemos o nome verdadeiro de alguém, mas apenas seu apelido. Qual o nome de Pelé, Chacal, Sarney, Pagu? Também é muito comum encontrarmos a identificação de alguém, mais pelo seu apelido do que pelo seu nome completo. “Ganso” já é o termo mais usado para o jogador que começou a carreira sendo chamado de Paulo Henrique. Quando se fala “Bruxo do Cosme Velho”, certamente ninguém precisa explicar que é o apelido de Machado de Assis. O mesmo se pode dizer para Boca do Inferno ou Poeta dos Escravos.

2) Existe algo similar em outros países?

Não tenho notícia de que exista obra similar.

3) Em que uma obra como essa pode contribuir para a cultura brasileira?

A contribuição está em revelar matizes especiais sobre nossos escritores, mas também de revelar características de nossa sociedade. Por exemplo, se observarmos os apelidos de escritoras, veremos revelada a forma como nossa sociedade trata as mulheres. Praticamente todos os apelidos femininos são de reverência e endeusamento. Eis alguns exemplos: Musa Impassível (para Francisca Júlia), Poeta do Sublime (para Adélia Prado), Grande Dama (para Lygia Fagundes Teles).

4) Ter uma ideia é uma coisa, realizá-la é outra. Nesse sentido, quais os inúmeros obstáculos que você enfrentou até agora e quais ainda falta transpor?

Na verdade, a pesquisa foi realizada como uma de minhas tarefas acadêmicas na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), o que me permitiu dedicar boa parte de meu tempo na busca de dados. Os principais obstáculos foram encontrar comprovações do uso do apelido como substituto nominal, algo bem diferente do que apenas se usar uma expressão para caracterizar alguém. Se eu leio num texto que Caetano Veloso é o Oscar Wilde brasileiro, o exemplo não vale. É preciso encontrar um texto em que a expressão “Oscar Wilde brasileiro” esteja empregada no lugar do nome do compositor. Enfrentei dificuldades para encontrar quem o publicasse, mas a editora Appris de Curitiba, tão logo soube do trabalho, interessou-se em lançá-lo.

5) Quais as histórias por trás de cada apelido?

Um caso muito interessante é o dos apelidos ofensivos. Cito o caso da troca de ofensas entre Ledo Ivo e Oswald de Andrade. Ocorreu numa conferência de Ledo Ivo no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Oswald se levantou para fazer um aparte e fez alguma pergunta de que o Ledo não gostou. Ledo Ivo se virou para ele e disse: “O senhor não pode dizer nada porque o senhor é e sempre foi o calcanhar de aquiles do modernismo”. Oswald disparou no ato: e o senhor é o “chulé de Apolo” da Geração de 45. Acabou a conferência, mas os dois xingamentos “pegaram”. Também é pitoresco o caso do “Poeta Lagartixa”, apelido de Laurindo Rabelo, poeta de jeito desengonçado, muito magro, assim chamado pelo povo.

Já o apelido ‘Hemingway da Bahia’ foi dado a João Ubaldo Ribeiro por seu amigo Gláuber Rocha. Mais um: O Padre Vieira tem um apelido pouco louvável, o que às vezes surpreende o pesquisador. Ele foi chamado de “Judas do Brasil” por conta de sua atuação nas negociações de Haia a respeito da presença dos holandeses no Brasil, quando seu parecer era de que se devia entregar Pernambuco aos holandeses, pagando-lhes ainda ressarcimento por perdas sofridas em batalhas contra os “brasileiros” revoltosos.

6) Os apelidos eram de conhecimento público ou ficavam restritos a um grupo de amigos (ou inimigos). Por exemplo, Mario de Andrade ser chamado de Boneca de Piche ou Miss São Paulo ou Dandi Carioca para João do Rio?

É muito difícil dizer como se expande um apelido. Quanto mais notável ou conhecido um escritor, mais provável que seu apelido seja difundido. É o caso de “Poetinha”, para Vinícius, ou “Mago”, para Paulo Coelho. Autores menos estudados têm seus apelidos conhecidos por um público mais especializado, como é o caso do “Poeta do Mar” (Vicente de Carvalho) ou “Judeu Errante” (Samuel Rawet). Mas há também apelidos pouco conhecidos mesmo para grandes escritores. Chamar Machado de Assis de “Shakespeare Brasileiro” ou Drummond de “Urso Polar” são expressões que, certamente, causarão estranheza a muitos.

7) Os apelidos relacionados servem para dizer “fulano é isso” (um poeta maior, um escritor maldito, um bruxo, um sapo tanoeiro, um periquito). Há alguma interpretação para isso?

Há realmente muitos apelidos que são uma indicação de como alguém é, pensa ou age. Outros são decorrentes de alguma de suas obras (Pai do Jeca Tatu, Mulato, Musa Impassível, para Monteiro Lobato, Menotti del Picchia e Francisca Julia, respectivamente).

8) O público, em geral, tem a impressão de que escritores são pessoas sem preconceitos, mas ao ver a lista de apelidos a constatação é bem outra. Alguns dão a impressão de terem sido colocados para denegrir como o indigesto Ratazana ao Molho Pardo (Cassiano Ricardo), Gordinho Sinistro (Augusto Frederico Schmidt) ou Judas do Brasil (Padre Antônio Vieira). Quais os motivos?

Podemos dividir os apelidos em dois grupos: os que tomam por base o próprio nome da pessoa (Zé, Joca, Guga) e os que são qualificadores. Estes, no fundo, no fundo, representam uma faceta da crítica, pois revelam algo a respeito de quem é apelidado. Ronaldo era o Fenômeno – e a imprensa não lhe dava outro apelido. Mas agora o Fenômeno virou o Gordo. Os admiradores de Augusto dos Anjos podem preferir o apelido “Poeta da Melancolia” e evitar “Poeta Raquítico”. Entretanto, alguns apelidos teoricamente negativos podem se tornar marcantes, como é o caso de “Boca do Inferno” (Gregório de Matos) e “Escritor Maldito” (Lima Barreto e Jorge Amado, entre outros).

9) Em sua lista, há um apelido que tem passado por várias gerações. Pelos seus registros, Escritor Maldito começou com Lima Barreto e foi seguindo e resiste com Dalton Trevisan, único da lista ainda vivo. Há uma explicação para esse apelido em especial?

Sempre que a poesia chamada marginal promove algum escritor às esferas acadêmicas ou jornalísticas, é normal que ele receba esse apelido. Mas o apelido “Escritor Maldito” também pode refletir uma interpretação sobre o modo de vida ou

sobre os temas abordados pelo escritor. A lista, por isso, não é pequena. Outro apelido que tem percorrido gerações é o título de Príncipe dos Poetas (já são 6)

10) Algum escritor brasileiro escapou de ter apelido?

Certamente sim, embora a imposição de um apelido possa se dar post-mortem. Um crítico de hoje pode muito bem escrever sobre Murilo Mendes, autor que até o momento não está no meu dicionário, e inventar um apelido para ele, como “Poeta Telegrafista”, já que ele exerceu essa profissão na juventude. No entanto, sempre restará saber se o apelido “vai pegar”.

11) Dar e receber apelidos é um hábito brasileiro ou vem de outras terras?

Uma das características do ser humano (independente de sua nacionalidade) é “falar dos outros” e nisso se inclui o gosto por colocar apelidos.

12) Algum escritor se notabilizou por colocar apelidos?

Não há dúvida de que Oswald de Andrade é o principal. Oswald chamou Jorge Amado de “O Rasputim da Linha Justa”, Cassiano Ricardo de “Ratazana ao Molho Pardo”, Tristão de Athayde de “Tristinho de Ataúde” e Mário de Andrade, a quem não poupou, de “O Pai João das Letras”, “Boneca de Piche” e “Miss São Paulo”.

13) Quais escritores reagem aos apelidos recebidos?

Mário de Andrade, por exemplo, morreu brigado com Oswald de Andrade. Augusto Frederico Schmidt reagia com indignação ao apelido de Gordinho Sinistro, criado por conta de suas ligações com JK (de quem foi ghost-writer).

14) Para ser escritor no Brasil é possível dizer que não basta escrever, tem que ter apelido?

Precisar não precisa, mas o risco de receber um apelido é altíssimo. E o apelido tanto pode ser de louvor como de ofensa. Nunca se sabe...

RESENHA CRÍTICA SIGNIFICÂNCIA E MOVÊNCIA¹ — Relendo Celso Cunha —

HILMA RANAURO (UFF/ABRAFIL)

CUNHA, Celso Ferreira da. *Significância e Movência na poesia Trovadoresca. Questões de Crítica Textual*, Coleção Diagrama, n.º 12, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

RESUMO

Para a edição crítica reconstrutiva de compilações e de autores da poesia trovadoresca, Celso Cunha recomenda minuciosos estudos escriptológicos e codicológicos, precedido de um conhecimento aprofundado do caráter e do significado histórico das compilações, para apreensão das técnicas editoriais da época. Caberia atentar para os aspectos semânticos do léxico, para a polissemia e movência do texto medieval, para os problemas gerados pelos editores modernos a “calafetar” o verso para torná-lo regular e pela pontuação medieval, que obedecia ao ritmo e não à sintaxe, “a eterna filha abandonada da filologia medieval” (p.87), e para os que se relacionam à própria sintaxe, como em nossos dias.

Considera essencial o estudo da versificação, para a apreensão de fenômenos que possam ter contribuído para a modificação da estrutura do verso, para o qual recomenda o estabelecimento de um acordo quanto à ortografia a ser adotada na apresentação das cantigas trovadorescas, bem como a análise do material grafemático, de modo a apreender o subsistema fonético fonológico a que obedeceria o autor.

Ao filólogo caberia o estabelecimento do sentido literal, sabendo-o rico em suas potencialidades, e, ao editor, conhecer a cultura da época do autor, para não considerar metáforas ou criações o que, na realidade, são *topus*, codificados

PALAVRAS-CHAVE:

1- Esta resenha, com algumas revisões e atualizações, reproduz trabalho apresentado ao Prof. Dr. Celso Cunha, por sua recomendação, para obtenção de créditos na disciplina “*Questões de Versificação*” (LEV 809), Curso de Doutorado em Letras Vernáculas (UFRJ). A ele Celso Cunha atribuiu conceito A, observando que, ao contrário do que se costumava observar na maioria das resenhas bibliográficas, sua aluna se ativera à obra, resenhando-a, dela dando conta, pelo que considerava a tarefa cumprida a contento.

Poesia trovadoresca, edição crítica reconstrutiva, significância, e movência, sentido literal, *topus* codificados

Esta obra reproduz, “com algumas alterações”, comunicação apresentada pelo autor em Sessão Plenária do I Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa, na Galiza, realizado em Ourense, entre 23 e 27 de setembro de 1981, como nos esclarece o autor em seu prefácio.

Trata-se de uma obra de consulta obrigatória a quantos logrem fazer um levantamento de textos medievais visando à sua publicação. Divide-se em 7 partes, incluindo-se a conclusão, com índice onomástico ao final de suas 95 páginas.

Em fartas notas de rodapé, Celso Cunha vai remetendo o leitor às fontes de suas consultas no momento em que as menciona. Isso é comum às obras do saudoso filólogo e medievalista, como lhe é comum a remissão a notas em final de obras. Por elas busca complementar suas informações e considerações.

Na primeira parte, *Polissemia e sentido literal*, lembra Celso Cunha que o objeto primeiro de quem edita uma obra deve ser o esclarecimento da polissemia do texto, a partir dos quatro sentidos, propostos por Dante (*Il Convivio*), pelos quais se deve entender a obra literária: o sentido *literal*, o *alegórico*, o *moral* (ou tropológico) e o *anagógico* (super- sentido); partindo-se do primeiro (*literal*) para a apreensão dos demais. Lembra ainda Dante ao dizer ser o sentido da poesia *menzona*, coisa *ficta* pelo poeta. Lembremos Fernando Pessoa ao falar do poeta como um *fingidor*.

Em nota de rodapé (p.20), ressalta ser característica fundamental da cantiga de escárnio o fato de “ser construída sobre o equívoco e de permitir duas interpretações”, como se observa na *Arte de Trovar* do CBN. Seguem-se textos medievais por meio dos quais pode-se apreender a preocupação do autor em advertir o leitor sobre os vários sentidos que lhes subjazem, informando conter o texto *original* “todos os possíveis sentidos e interpretações posteriores” no dizer de Leo Spitzer. (Spitzer, 1955, p.122, 123, cf. Cunha, 1985, p.23). Assim sendo, conclui, não cabe à Nouvelle Critique francesa “a descoberta da polissemia do texto literário e a consequente² legitimidade de qualquer interpretação ou leitura por ele sugerida”, como se veio a afirmar nos últimos tempos. (p. 24).

Chama a atenção para a ambiguidade polimórfica presente nos poetas trovadorescos. Ao filólogo caberia, então, preliminarmente, o estabelecimento do sentido literal, “sabendo-o rico em suas potencialidades”, e, ao editor, conhecer a cultura da época em que se situa o autor escolhido, para que não sejam interpretados como metáforas ou criações suas o que, na realidade, são *topus*, codificados. (p.25).

Cita-nos Paay Gomes Charinho a comparar as inconstâncias do mar ao comportamento do Rei de Castela e Leon e Pero Meogo a representar o *namorado* e o *amigo* pelo *cervo*. Na realidade, alerta, “não estamos diante de um sentido alegórico, mas literal, pois era o esperado pelos leitores e ouvintes da época”. (p.27).

Na 2.^a parte, *A movência*, recomenda Celso Cunha que, paralelamente 2- Optamos, neste e noutros momentos, por manter a ortografia e as regras de acentuação do original.

à preocupação com a polissemia, deve-se estar atento à movência do texto, ao seu estudo genético, ao levantamento, estudo e compreensão de suas variações, geradas ou “pela indiferença dos escritores medievais pela propriedade e pela originalidade da obra”, que alteravam, ou “pela transmissão oral, com a falsa reiterabilidade que a caracteriza”. Caberia atentar, pois, para o “permanente fazer-se da obra medieval”. (p.36).

E remete a Paul Zumthor, que ensina: “o texto oral exige uma interpretação, que é também movente”. (Zumthor, 1983, p. 259, cf. Cunha, 1985, p.37). Chama a atenção para o fato de que, durante 150 anos, a poesia trovadoresca viveu cantada, o que em muito terá aumentado sua tendência à movência. Lembra ainda que foi no séc. XIII que ela começou a ser coligida. Esse fato, pondera, a predispõe a outras variações, desta vez a cargo dos copistas. “A variação”, explica, “feito do recriar, do inovar permanente das cantigas trovadorescas, corresponde a uma diversidade na ordenação horizontal do texto, cujo eixo vertical é o modelo”. (p.38,39).

Ao tratar do que considera *tradição quiescente* e *tradição viva* (4ª parte do livro), vem a afirmar que “a abundância de erros separativos é efeito natural da movência”. (p.58).

Na 3.ª parte, *Edições de compilações e de autores singulares*, lembra Celso Cunha que “uma edição crítica reconstrutiva é o coroamento de um paciente trabalho de aproximação do original”. O trabalho com textos de poetas singulares “será gravemente incompleto se não for precedido de um conhecimento mais aprofundado do caráter e do significado histórico das compilações”, alerta citando literalmente Sílvio Avalle D’Arco, (D’Arco, 1972, p.546, cf. Cunha, 1985, p.45). Essas compilações seriam, por excelência, o livro medieval. Estudá-las, em sua articulação e estrutura fundamental, é o caminho para a apreensão das técnicas editoriais da época, do funcionamento dos *scriptoria*, da correlação entre os manuscritos, para o estabelecimento “dos dados codicológicos básicos” com vistas a edições críticas de autores individuais. Em abono do que afirma, cita monografia, “magistral”, segundo ele, de Anna Ferrari. (Ferrari, 1979, cf. Cunha, 1985, p.45,46).

Para edição dos códices pelos quais se conservaram os textos medievais, recomenda a fac-similar, “que nos apresenta o livro medieval em sua concreta realidade”. (p.47). “O códice”, vem a considerar mais adiante, “é o próprio original”. (p. 48).

Na 4.ª parte, trata Celso Cunha da *tradição quiescente*, e da *tradição viva*. Com a primeira, dos *scriptoria*, trabalha o filólogo clássico. Com a segunda, o filólogo românico, normalmente, esclarece remetendo a Alberto Várvaro. (Várvaro, 1970, p. 86-90, cf. Cunha, 1985, p. 55). Lembra, porém, que o filólogo românico muitas vezes se encontra diante de uma tradição scriptorial. Ambos, filólogo clássico e filólogo românico, se atermiam a problemas comuns, mas como experiência diversa..

Ao considerar que nossos editores de textos medievais (e não só eles, pondera) confundem lição autêntica com lição exata ou correta, esclarece que isso os leva a construir arquétipos com a eliminação das variantes, com base no *judicium*. Ao

fazê-lo, acabam substituindo o gosto e o saber do autor dos textos pelos seus. “Extrair de uma tradição corrupta um arquétipo com erros é negar o próprio conceito de arquétipo, pois que ele se justifica exatamente pelos erros conjuntivos, que apresentam os manuscritos”, pondera. (Várvaro, 1970, p.94, cf. Cunha, 1985, p.57, 58). O trabalho ectódico do filólogo romanista baseia-se numa “relativa abundância de erros separativos”, que, lembra, é efeito natural da movência, e o do filólogo clássico, numa “relativa raridade de erros conjuntivos em nível de arquétipo”, esclarece incorporando às suas as palavras de Alberto Várvaro. (Várvaro, 1970, p.94, cf. Cunha, 1985, p.57, 58).

Chamando a atenção para o fato de que todas as referências a códices trovadorescos anteriores aos apógrafos italianos localizam-nos em bibliotecas de nobres, conclui que, naturalmente, os autores dessas compilações teriam se permitido reelaborar as cantigas segundo o registro linguístico culto, próximo ao do público refinado a que elas se destinavam. Com isso, muitas formas teriam sido neutralizadas, eliminando-se a maior parte dos efeitos das variações diatópicas, diastráticas e mesmo diafáticas, próprias de qualquer idioma.

Caberia, numa análise filológica mais sistemática e profunda, com base em minuciosos estudos scriptológicos e codicológicos, detectar e resgatar, “subjacente ao formalismo superficial”, a língua livre, “no seu concreto operar”. Só assim, alerta, “teremos uma segurança maior na fixação dos textos críticos da nossa poesia trovadoresca”. (p.60).

Na 5.^a parte, *Problemas e falsos problemas textuais*, acrescenta aos problemas já mencionados os gerados pelos editores modernos, a “calafetar” o verso para torná-lo regular. Estariam esses “editores intérpretes” a retocar os textos até mesmo onde os primeiros compiladores, embora buscassem moldá-los a uma norma culta vigente, não lograram fazê-lo.

Lembra que certos trovadores e jograis declaravam “não saberem igualar o verso, nem rimá-los com perfeição” e que o ritmo dos versos por vezes se moldava ao ritmo da música pela qual se faziam acompanhar, o que interferia na distribuição dos acentos e da qualidade das sílabas, alongadas ou reduzidas, para igualar-se ao tempo musical. Ressalta que João de Barros já o documentava no séc. XVI. (p.64,65).

“O estudo da versificação, é, pois, uma etapa essencial da investigação crítica”, pondera, repetindo Daniel Porém (Porion, 1965, p.427, cf. Cunha, 1985, p.72). Caberia um estudo, prévio, das normas por que se pautavam os encontros vocálicos, intra e interverbais, bem como das possibilidades de escolha dos poetas para resolver tais concorrências vocálicas. Para tanto, esclarece, é necessário que se pesquise, exaustivamente, “o comportamento das sílabas átonas, certos fonetismos peculiares a determinados períodos do idioma” e todos os fenômenos que, incidindo sobre o suporte fônico, possam ter contribuído para a modificação da estrutura do verso. (p.73).

Quanto às *questões escriptológicas*, de que trata na 6.^a parte do livro, levanta outro problema, “crucial”, a ser enfrentado por quantos intentem fazer um estudo

de um texto medieval, qual seja, o de, partindo da análise do material grafemático, depreender o subsistema fonético-fonológico a que estaria obedecendo o autor.

Aí, pondera, outro problema surgiria: “que a ortografia seguir na apresentação das cantigas trovadorescas?”. (p.81). Nenhum acordo fora possível, até o momento, devido ao que considera “radicalismo de certas posições”. (p.81). Para tanto, recomenda, dever-se-ia buscar conciliar o aspecto científico com o econômico, num sistema tanto quanto possível maleável, para que se resguardem as variações fonológicas e se alcance uma superior unidade. Isso facilitaria a divulgação da lírica trovadoresca, que é, salienta, não um patrimônio da cultura medieval galego-portuguesa, mas um patrimônio da Humanidade.

Outro problema levantado é o da pontuação medieval. Quase nada se sabia sobre sua finalidade. Ela não obedecia, sabe-se hoje, à sintaxe, como em nossos dias, mas ao ritmo.

Ao concluir, Celso Cunha ressalta a necessidade da formação de uma equipe especializada para que se viesse a elaborar o *Grande Dicionário da Língua Medieval Galego-Portuguesa*. Muitos seriam os problemas que mereceriam um exame particular. Dentre eles, lembra os que se relacionam à sintaxe, “a eterna filha abandonada da filologia medieval”, bem como os aspectos semânticos do léxico. (p.87).

Ao final, sugere que, assim como a crítica textual se beneficiou dos progressos da informática, também se deveria buscar fazê-lo com referência a algumas teorias e noções da linguística, como a teoria da variação, os conceitos de norma, níveis de língua, registro, diassistema, geovariantes, cronovariantes, dentre outros. Tais conceitos, bem como a metodologia que pressupõem, aplicados à crítica textual, ajudariam a diminuir o campo do *ignoramus* da Filologia.

Alega que, sob certos aspectos, o filólogo é um “guardião da fidelidade das obras do passado”. (p.89). Seu estatuto se assemelharia ao do crítico, posto que não é possível a fixação ou reconstituição de um texto “fora ou antes de uma compreensão total, de uma interpretação no sentido mais amplo e preciso do termo”, afirma reproduzindo palavras de Luciana Stegagno Picchio. (Picchio, Paris, Edições 70, p. 212, cf., Cunha, 1985, p.89).

Com *Significância e Movência na Poesia Trovadoresca*, deixou Celso Cunha mais uma contribuição ao estudo da poesia trovadoresca. Em notas de pé de página, vai indicando ao leitor suas fontes de consulta, na seriedade dos que se sabem tributários dos que buscam aprofundar e divulgar seus trabalhos, seus estudos, suas pesquisas, dando sua contribuição ao já dito, apontando caminhos para os que quiserem, tal como eles, e com eles, ir mais longe e mais alto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- D'ARCO, Silvio Avalor. “La critica testuale”, in *Grundriss der romanischen Literaturen der Mittelalters*, vol. I, Heideberg, Carl Winter, 1972.
- FERRARI, Anna. “Formazione e struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca

Nazionale de Lisbona (Cod. 10991: Colocci Brancuti); premesse codicologiche alla critica del texto (materiali e note problematiche), Separata especial do vol. XIV dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1979.

PICCHIO, Luciano Stegagno. *A lição do texto. Filologia e literatura: I - Idade Média*, tradução de Alberto Pimenta, Lisboa, Edições 70.

POIRION, Daniel. *La poète e le prince. L'évolution du lyrisme courtois de Guillaume de Machait à Charles d'Orléans*, Paris, PUF, 1985.

SPITZER, Leo. *Linguística e História Literária*, Madrid, Gredos, 1955.

VÀRVARO, Alberto. "Critica dei testi classica e romanza: problemi comuni esperienze diverse". Estratto dal vol. XLV dei *Rendiconti dell'Accademia di Archeologia, Lettere e Belle Arti di Napoli*, 1970.

ZUMTHOR, Paul. *Introduction à la poésie orale*. Paris, 1983.

RESENHA

DICIONÁRIO DE DIFICULDADES GRAMATICAIIS – GRAMÁTICA DE A a Z

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS (UERJ, ABRAFIL, LLP)

MACEDO, Walmírio – Dicionário de dificuldades gramaticais – Gramática de A a Z, S. Paulo/Rio de Janeiro, Editora Livre Expressão, 2012, 292 pp.

É desnecessário dizer da importância de um dicionário. No Dicionário de dificuldades gramaticais - Gramática de A a Z, Walmírio Macedo seleciona, com extrema competência, os verbetes que trazem constantes dúvidas aos estudiosos.

As explicações do A. são atualizadas de acordo com a Linguística Moderna, demonstrando poder de síntese, com clareza e precisão.

Há palavras de uso simples, palavras de origem técnica, figuras de linguagem e termos mais recentes, oriundos da Linguística Moderna.

Destaquem-se os verbetes: Semântica, Vozes verbais e Derivação, no qual dá relação dos prefixos gregos e latinos, Conglomerados verbais com vários exemplos, Conjugação com muitos verbos que trazem dificuldades.

Walmírio percorre os campos da fonologia, morfologia, sintaxe, estilística, semântica, ortografia. Daí a utilidade a todos que o consultarem, tanto alunos do ensino médio e universitários como aqueles que se preparam para concursos.

Um livro sério se conhece pelas fontes bibliográficas. A seleção demonstra a atualização do A. Dentre vários, destacamos: Mattoso Câmara, Said Ali, Evanildo Bechara, José Oiticica, Madre Olívia, Walmírio Macedo, Cândido Jucá Filho, Castelar de Carvalho, Ricardo Cavaliere, que já nos dão ideia das fontes fidedignas.

Dos autores estrangeiros, são imprescindíveis nomes como: Pottier, Coseriu, Amado Alonso, Vendryes, Llorach, Martinet, Adrados, Galichet, Sechehaye, Dubois, Bally, Dauzat, Jespersen, Marouzeau, Vosller, dentre outros.

É oportuna a publicação da obra *Dicionário de dificuldades gramaticais – Gramática de A a Z*, quando tantas dúvidas assaltam os estudantes, ora pelos critérios confusos adotados, ora por explicações complexas que não satisfazem o estudante.

Eis um livro cuja utilidade atende a todas as pessoas que querem tirar dúvidas gramaticais e aprender os princípios da língua-padrão. Como bem diz o Autor: “Fundamental para o estudioso de língua portuguesa”.

RESENHA

ESCRITORES, APELIDOS E DICIONÁRIO

MAURO DE SALLES VILLAR (IAH/ABRAFIL)¹

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Dicionário de Apelidos dos Escritores da Literatura Brasileira*. Curitiba: Appris, 2012, 124p.

Os nomes são basicamente uma associação especial de sons empregada como designação de uma pessoa, animal, lugar ou coisa, que depois ganhou, por convenção, uma forma de representar-se em caracteres de escrita. Na lingüística, o estudo dos nomes próprios e seus anexos é absolutamente fascinante. A ciência que versa sobre eles, a onomástica, é consideravelmente ampla, compreendendo fenômenos instigantes como os prosônimos, os autônimos, os alônimos, os heterônimos, os ortônimos, as onomatóposes, os criptônimos, os cognomes, os hipocorísticos, a titularidade, as antonomásias e por aí vai. A onomástica, por outro lado, abarca extensas subdivisões, como o são as áreas da geonímia, da toponímia, da mitonímia etc. O foco deste livro é especificamente o estudo dos nomes próprios de pessoas, a antroponímia e, dentro desta, a saborosa ramificação das alcunhas e afins ligados a escritores brasileiros.

Mas qual a origem das alcunhas? Seriam um fenômeno moderno ou sua história vem de longe? Há informações interessantes a dar sobre isso.

Os antigos atenienses ganhavam prenomes, da mesma forma que nós o fazemos hoje: Anaximandro, Euripo, Ésquilo, Menandro, Anaxágoras, Eudoro, Aspásia, Eufrônio. Muitos traziam denominações formadas a partir do nome do pai ou de um ascendente, ou seja, um *patrônimo* – Eurípides ‘filho de Euripo’, Calicrátidas ‘descendente de Calícrates’. Tal prática, nos modernos sobrenomes da língua portuguesa, é apenas vestigial em palavras como Rodrigues, que em tempos significou ‘filho de Rodrigo’, e Álvares, de Álvaro, Fernandes, de Fernando, Henriques, de Henrique, etc. Mas continua viva nas seqüências familiares populares do interior do Brasil, por exemplo, no caso dos indivíduos conhecidos por Francisco da Zefa ou Severino do João, em que ‘da Zefa’ e ‘do João’ são o seu matronímico e patronímico – nome da mãe e do pai. No espanhol há também vestígios disso. No nome de Miguel de Cervantes Saavedra, por exemplo, Cervantes é uma variante do nome Servánez ou Cervánez ‘filho de Servando’ (este, um santo católico).

Voltando à Grécia, quando dois atenienses tinham o mesmo prenome, diferenciavam-se pelo acréscimo do nome paterno, no genitivo, como um sobrenome,

1- Versão completa do texto que foi utilizado na Apresentação do *Dicionário de Apelidos*.

exatamente do modo há pouco descrito: Thoukydides Melesiou (Tucídides filho de Melésias). Também se usava referir o demo (divisão administrativa) de origem da família: Sokrates Sophroniskou Alopekeus (Sócrates filho de Sofronisco do demo de Alopécia), porque, ao completarem 18 anos, eles eram inscritos em registros de seus próprios demos, com o que seus nomes ganhavam caráter legal.

E como era na Roma antiga? Como o registra Claudio Cezar Henriques neste livro, os homens adultos das classes favorecidas, no período real (753-509 a.C.) e nos primeiros tempos da república (509-27 a.C.), usavam dois nomes. O primeiro era o *praenomen*, de que não havia mais de uns quarenta oficializados: Cneus, Caius, Marcus, Quintus, Tiberius, Lucius, Eponina, Flavia, Aulus, Valeria, Junia, Terentia etc. O segundo era o nome gentilício, do *gens* ou clã a que essa pessoa pertencia (*nomen gentile*) e que funcionava como marca da consanguinidade de ordem patrilinear. Havia cerca de mil nomes gentilícios oficializados: Marcus, Ovidius, Vergilius, Terentius, Valerius, Lucretius, Aurelius etc. Com prenome e gentilício, os nomes ficam assim: Numa Pompilius, Tullus Hostilius, Servius Tullius, Ancus Martius, Scipio Aemilianus, Appius Claudius etc.

Nos casos de pessoas com prenome e gentilício iguais, instituiu-se, a partir do século IV a.C., o *cognomen*, um acréscimo identificador que se inspirava numa semelhança, comportamento, característica ou qualidade, positiva ou não, do nomeado: Evergetes ‘benfeitor’, Plautus ‘de pés chatos’, Filopator ‘amigo do pai’ (tal cognome foi, porém, criado por ironia a Ptolomeu IV do Egito, que assassinara o pai e a mãe), Lepidus ‘encantador’, Catulus ‘cachorrinho’, Crassus ‘gordo’, Tacitus ‘silencioso’, Naso ‘narigudo’ etc. Ocorria igualmente a referência ao lugar de nascimento da criança, com cognomes como Sabinus (vindo de terras do povo sabino), Coriolanus (de Coríolos, cidade do Lácio), Norbanus (de Norba, também no Lácio) etc.

Entre muitas centenas de casos que poderiam ser mostrados, vejamos apenas dois de gente notável que exemplificam a denominação de origem toponímica. Uma das origens sugeridas para a palavra cabalística *abracadabra* a atribui à invenção de um famoso médico hispano-romano do tempo do imperador Caracala, Quintus Serenus. Baseando-se na doutrina gnóstica de Basilides sobre os nomes *abraxas* ou *abrásax* e a palavra egípcia *abra* ‘santo’, Serenus teria suprimido o *x* da primeira palavra e acrescentado em seu lugar um *d*. No tratado *Preceitos da Medicina* que escreveu em versos hexâmetros no século II, ele ensina o modo de dispor tais caracteres, depois de escritos sobre um pergaminho, assim como a forma de dobrar tal amuleto, que ficava pendurado no colo do enfermo durante nove dias, passados os quais era retirado e atirado às águas de um rio que corresse em direção ao Oriente. Tal superstição figurou durante séculos nos tratados de medicina. Embora célebre, Quintus Serenus passou à história com o nome de Serenus Sammonicus, por haver nascido em Samos, uma antiga aldeia da Galiza.

Outro exemplo é o de Aristarco de Samos (310 a.C. – 230 a.C.), astrônomo assim conhecido por haver nascido em outra localidade dita Samos, nesse caso a ilha grega. Aristarco celebrou-se por ter sido o primeiro homem a ter percebido a rotação

da Terra e sua translação simultânea em torno do Sol – motivo, aliás, pelo qual foi recriminado por perturbar o repouso dos deuses.

Em praticamente todas as línguas de cultura ocidentais tal prática continua a ocorrer. No português, são exemplos as pessoas sobrenomeadas de Miragaia, Bahia, Alenquer, Leça, Tarouca e mesmo Vilar, que na medievalidade era uma fração de vila rústica medieval – todos topônimos tornados sobrenomes.

Em Roma, depois do século IV a.C., a estrutura onomástica das famílias patrícias funcionava então, geralmente, sobre um tripé que compreendia um *praenomen*, o *nomen gentilis* e um *cognomen*: Marcus Tullius Cicerus, Publius Ovidius Naso. Havia quem tivesse um quarto nome acrescentado, no caso de famílias que partilhavam o mesmo nome gentílico e cognome: Lucius Cornelius Scipio Calvus, por exemplo. No período imperial, os imperadores e os patrícios de maior relevo agregavam diversos sobrenomes a seu prenome, havendo quem tivesse até 30.

Regras especiais controlavam o registro do nome das mulheres, escravos libertos, crianças adotadas, indivíduos que não eram romanos de nascimento etc., mas não me vou referir a elas aqui, porque o que nos interessa a respeito dos apelidos são os citados cognomes e, mais, alguns seus primos próximos, como os agnoms, os *signi*, os pseudônimos e o divertido fenômeno lingüístico da prosonomásia. Vejamos do que se trata.

Agnome e *cognome* são praticamente sinônimos em latim, mas anota o filólogo G. Freund que o *agnome* era mais um apodo pessoal ou especial atribuído a um indivíduo e usado para distinguir, do sobrenome que era comum a vários agnados (como p.ex., Cícero, Cipião, Catão), aquele que só pertencia a determinada pessoa (p.ex., Africanus, Asiaticus, Germanicus, Cunctator etc.), como se viu acima no caso de Lucius Cornelius.

Com o passar do tempo, os cognomes e os agnoms latinos passaram a fazer parte oficial do nome das pessoas. Dentro da língua portuguesa, porém, as palavras *agnome* e *cognome* ganharam outro sentido, o de ‘algunha, apelido’, acepção que, em latim, era apanágio do *signum*, especialmente pelo fim do império, vale dizer, uma denominação ou qualificativo, não raro depreciativo, empregado em lugar do nome próprio de alguém ou em acréscimo a este.

Apelido, na língua portuguesa, é palavra cujos primeiros registros são de meados do século XI, e o sentido originalmente usado era o de ‘chamamento; algunha’, sendo-lhe, portanto, posterior a acepção de ‘nome de família; sobrenome’, hoje corrente em Portugal.

Fenômeno afim desses de que tratamos é o da *prosonomásia*, uma espécie de apelido que se cria sobre uma semelhança ridícula entre os nomes próprios e palavras que soam semelhantemente, mas cujo sentido é outro – figura lingüística freqüentemente perversa, praticada com o fito de produzir efeito cômico ou sarcástico sobre o alvo do ataque. O imperador romano Claudius Tiberius Nero, por ser dado a libações alcoólicas, foi apelidado por seus antipatizantes em Roma de Caldus Biberius Mero, *Caldus* do adj. *caldus* ‘impulsivo’, *Biberius* do verbo *bibere* ‘beber’ e *Mero* do

latim *merum*, i ‘vinho; embriaguez’. Remoque tão destruidor quanto este foi dirigido, no Brasil, ao jornalista e deputado Amaral Neto, ativo no período do governo militar, quando um detrator impôs-lhe o epíteto de Amoral Nato – ferina prosonomásia.

A antonomásia, o pseudônimo, o hipocorístico, a titularidade são outras fontes dos apelidos de que fala Claudio Cezar Henriques no texto deste seu livro.

A antonomásia consiste em tomar um nome comum ou perífrase por um nome próprio, ou vice-versa, um nome próprio por um nome comum. No primeiro caso, o nome é substituído por uma qualidade que lhe corresponde de modo inconfundível ou que se supõe a ele corresponder dessa maneira. São antonomásticos *Aleijadinho* por Antônio Francisco Lisboa, *o príncipe da romana eloquência* por Cícero, *o pai da psicanálise* por Freud, *a Águia de Haia* por Rui Barbosa, *o Mantuano* por Vergílio; assim como é antonomásia dizer-se *um romeu* por um homem apaixonado, *um héracles* por um homem muito forte etc.

O pseudônimo, como todo mundo sabe, é uma denominação adotada por alguém para encobrir o seu nome verdadeiro, tal como o faziam os militares mercenários no passado, que se ocultavam sob nomes de guerra para lutar pelas facções ou países que lhes pagavam o soldo. Os pseudônimos diferenciam-se dos sobrenomes e cognomes porque os substituem, por vezes inteiramente. No campo das letras, do jornalismo e da política, o Antonil a cuja autoria é atribuído o livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), tanto quanto os nomes de Júlio Dinis, Filinto Elísio, Miguel Torga, Máximo Gorki, Mark Twain, Stendhal, George Sand, Tito, Lênin, Stalin – todos são nomes adotados, pseudônimos. Quem sabe que o escritor Marques Rebelo se chamava Edi Dias da Cruz? Voltaire, cujo nome de batismo era François Marie Arouet, empregou, além desse pseudônimo, 160 outros. Os escritores árcades da língua portuguesa, cultores do classicismo pertencentes a sociedades literárias dos séculos XVII e XVIII, adotavam nomes poéticos de pastores, como no caso de Dirceu, que era Tomás Antônio Gonzaga, Elmano Saladino, que era Bocage, Lerenó Setimentino, que era Domingos Caldas Barbosa, Glauceste Satúrnio, que era Cláudio Manuel da Costa, Alcindo Palmireno, que era Silva Alvarenga, Termindo Sepílio, que era Basílio da Gama, etc.

O que ocorre com Fernando Pessoa é emblemático de outro fenômeno, mas afim deste – o da heteronímia. O heterônimo, no caso da literatura, é um personagem imaginário que um criador identifica como o autor de obras suas e que, à diferença do pseudônimo, designa alguém com personalidade, pontos de vista religiosos, estéticos e políticos próprios e não raro contrários aos do seu criador, como acontecia no caso de Fernando Pessoa. Como se sabe, ele assinou com seu nome de batismo o livro de poemas *Mensagem*, mas praticamente todos os outros de sua lavra passaram por ser de Alberto Caeiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos, Bernardo Soares etc., ao todo 75 heterônimos até agora levantados, personagens fictícios que tinham, muitos eles, suposta biografia própria. Até mesmo uma *persona* do sexo feminino, dita Maria José, existiu. Curiosamente, essa compulsão heteronímica iniciou-se na infância desse homem de natureza tão solitária e que talvez tenha mesmo morrido virgem.

Os hipocorísticos, outros formadores do que se conhece por apelidos, são qualquer palavra criada com intenção de carinho e para uso no trato familiar ou amoroso. Assim, são hipocorísticos palavras como *papai*, *mano*, *benzinho* etc. Trata-se de uma modificação do prenome ou qualquer palavra usada antroponimicamente, pela qual se designa carinhosamente a pessoa na intimidade, estendendo-se também, na língua, a animais de estimação. Por exemplo, *Fafá*, por Fátima; *Cacá*, por Carlos. Os hipocorísticos, no português como em muitíssimas outras línguas, apresentam recursos formais característicos, dos quais os mais típicos são: 1) o uso de sufixos diminutivos (Cesinha, Mariinha, Lucinha, Carlito, Marcita, Maureto etc.) 2) o uso de sufixos aumentativos (Marcão, Paulão, Luisão etc.); 3) o uso de truncamentos ou braquilogias (iniciais - *Sebas* por Sebastião; *Cristo*, por Cristóvão; *Malu* por Maria Lúcia; ou finais - *Tião*, por *Sebastião*; *Nieta*, por *Antonieta*; *Zefa*, por *Josefa*, etc.); 4) o uso de redobros silábicos, em geral das sílabas tônicas, mas não exclusivamente (*Lalá*, por Laura; *Vavá*, por Osvaldo; *Gugu*, por Augusto; *Lulu*, por Luís, Luísa; *Cacá*, por Carlos, etc.); 5) o uso combinatório dos recursos antes referidos (*Tonho*, *Totonho*, por Antônio, *Quincas*, por Joaquim, *Zé*, *Zeca*, *Zequinha*, por José, *Zefinha*, por Josefa, *Jango*, *Janjão*, por João, *Lula* por Luís etc.).

Pseudônimos, cognomes, alcunhas, apodos, apostos, epítetos são conceitos que têm acepções específicas e outras que se superpõem, confundindo-se. As alcunhas ou apelidos têm não raro, embora não obrigatoriamente, teor pejorativo. Chamar alguém de Trinca-Fortes, por exemplo, nada tem de agressivo; já em muitos outros casos...

Veja-se o sucedido com a elegante D. Beatriz de Gusmão († 1303), filha de Alfonso X de Leão e Castela, o Sábio, jovem que foi a segunda mulher de Afonso III de Portugal. Pelo fato de haver introduzido em Portugal o uso da caudata, uma espécie de corpete feminino com cauda volumosa na parte de trás, passou à história com o epíteto de a Rainha Rabuda, numa confusão entre o aspecto de anquinha que aquela roupa de baixo lhe proporcionava à altura das nádegas e o inusitado da existência de uma heráldica protuberância calipígia, coisa que perturbou sobremaneira a corte portuguesa. Outros mimos desse gênero, como o Coxo, o Louco, o Cru, o Terrível, o Impotente, o Gordo, o Soberbo, o Flagelo de Deus, o Chalaça, Sete Dedos, Mãos Leves, Coice de Mula não são epítetos raros entre pessoas das classes menos favorecidas, mas alguns registram-se igualmente como apostos de reis e fidalgos.

As cognominações podem ter outras motivações, além das acima enumeradas. Por exemplo, um comportamento, um feito considerado heróico do apodado, o que é visível nos apostos de Henrique o Navegador, Pedro I (de Portugal) o Justiceiro, Guilherme o Conquistador, Ricardo Coração de Leão, ou no epíteto de Demétrio Poliorcetes ('sitiante de cidades').

Os títulos são qualificações que exprimem uma relação social, uma função, uma dignidade. Eles são também empregados em lugar dos nomes para qualificar determinada pessoa, para evitar a repetição do seu nome em textos escritos, para servir de vocativo, etc., tal como ocorre nas antonomásias, nas alcunhas e nos epítetos.

Quando em música popular brasileira se fala do Rei, já se sabe de quem se trata. Se o assunto for futebol, já o Rei será Pelé. Alguns títulos são recebidos de batismo, no caso de fidalgos e casas reais. Outros são ganhos por motivo de batalhas, cruzadas, grandes esforços.

Alguns são autoatribuídos, outros, outorgados. No Haiti, o ditador François Duvalier, o Papa Doc, que se fez presidente vitalício na década de 1960, disse de si: “Sou a bandeira haitiana, una e indivisível. Sou um ser imaterial. Sou o protetor do povo, o chefe supremo da revolução, o apóstolo da unidade nacional, o líder do Terceiro Mundo, o grande patrono do comércio e da indústria, o benfeitor dos pobres, o eletrificador das almas e o reparador das faltas cometidas pelos haitianos.” Apostos de sua própria inventiva apologética.

No que tange a títulos de fidalguia, a criatura mais titulada do mundo, mais do que a própria rainha da Inglaterra, é a Excelentíssima Señora Doña Maria del Rosário Cayetana Stuart y Silva, Duquesa de Alba, Duquesa de Berwick, Duquesa de Montoro, Duquesa de Liria y de Jerica, Duquesa de Arjona, Duquesa de Híjar, Marquesa de Eliche, Marquesa de la Mota, Marquesa de San Leonardo, Marquesa de Sarria, Marquesa de Villanueva del Río, Marquesa de Tarazona, Marquesa de Villanueva del Fresno, Marquesa de Barcarrota, Marquesa de la Algaba, Marquesa de Osera, Marquesa de Moya, Marquesa de Almenara, Marquesa de Andrade, Marquesa de Ayala, Marquesa de Fuentes de Valdepero, Marquesa de Gelves, Marquesa de Villalba, Marquesa de San Vicente del Barco, Marquesa de San Esteban de Gormaz, Marquesa de Fuentidueña, Marquesa de Casarrubios del Monte, Marquesa de Santa Cruz de la Sierra y Ribadeo, Marquesa de la Calzada, Condesa Duquesa de Olivares, Condesa de Lemos, Condesa de Siruela, Condesa de Monterrey, Condesa de Osorno, Condesa de Miranda del Castañar, Condesa de Palma del Río, Condesa de Aranda, Condesa de Salvatierra, Condesa de Lerín, Condesa de Mógica, Condesa de Navarra e Alcaldesa de los Reales Alcázares de Sevilla. Convenhamos que não é pouco.

Até aqui, contudo, vimos diversos modos de chamar, convocar, invocar ou referir-se a pessoas sem pronunciar o seu nome de batismo ou a ele acrescentando algo, uma qualidade, um defeito, certa característica. Consideremos, porém, o que é exatamente um nome.

Não nascemos com eles, não são partes nossas como as pernas ou os braços, obviamente. Alguém passa a nos chamar por ou registra-nos com eles. Os nomes foram criados pela necessidade de identificar cada um de nós. Funcionam, portanto, como verdadeiros apodos, acrescentos. E não são palavras vazias de sentido. Todos têm uma história, uma etimologia. Não há praticamente nome próprio que não queira dizer alguma coisa – a não ser que sejam inventados a partir do nada – e isso sempre foi assim. Veja-se o caso de civilizações muito recuadas no tempo.

No princípio da História, por volta do ano 3200 a.C., Menés foi o primeiro rei do Egito unido. Com ele fundava-se a remota Iª dinastia. Menés (*mní* em egípcio) significa ‘país’. O nome de Hamurábi, rei da Babilônia por volta do ano de 2700 a.C. crê-se significar ‘meu povo é numeroso’. Ut-napishtim, o Noé pré-bíblico de Akkad

(c2325-2160 a.C.), na baixa Mesopotâmia, significava ‘aquele que encontrou a vida eterna’, segundo alguns etimólogos.

O nome de Abraão, patriarca hebreu e muçulmano (século XIX a.C.) significava ‘pai (Deus) poderoso’. O de Jacó (c2000 a.C), viria do verbo hebreu *aqov* ‘segurar pelo calcanhar; suplantar; suceder’, relacionado com sua experiência com o irmão mais velho Esaú, cujo direito à primogenitura narra a Bíblia ter-lhe sido por ele vendido por um prato de lentilhas. O nome Adão, do primeiro homem, parece significar em hebreu ‘o ser nascido da terra’. Satã significa, no aramaico, ‘inimigo; contraditor’.

De Troia, cidade da Ásia Menor destruída no fim do século XIII a.C. ou em princípios do século XII a.C, temos a certamente bela Helena, nome cuja exegese feita por especialistas sugere o sentido de ‘claridade do sol’.

No Egito, o nome de Tut-Ankh-Amon deve ser lido ‘parecer + vida + Amon’. Tutmosis ou Tutmés, nome de quatro faraós do século XVI a.C., quer dizer ‘filho de Tot’. Trimegisto, de Hermes Trimegisto, significa ‘três vezes grande’. Nabucodonosor, nome de quatro reis da Babilônia, exprime a idéia de ‘que Nebo [um deus] proteja os limites [do país]’. Assurbanipal, rei da Assíria no VII século a.C., ‘Assur [seu deus mais poderoso] engendrou um filho’. Homero, talvez significasse ‘refém’ ou ‘garantia’.

Xerxes, rei da Pérsia (510-465 a.C.), é nome relacionado com o conceito de ‘governante’. O nome dos Zhou, dinastia chinesa que reinou de 1050 a 221 a.C., significa ‘em volta’. Buda, em sânscrito, quer dizer ‘iluminado’. Aristóteles, ‘o melhor resultado’. Platão, ‘espáduas largas’. Plutarco, ‘mestre das riquezas’. Praxíteles é nome ligado ao conceito de ‘conseguir resultado’. Ésquilo vem de um grego que significa ‘vergonha’.

Os hábitos de denominação da Antiguidade clássica e oriental não se alteraram com o advento do cristianismo e das invasões ditas bárbaras. Os nomes continuaram a ocultar um conceito por trás de si. Mateus pode ter vindo do hebreu ‘dom de Deus’ ou do hebreu *amittay*, derivado da palavra ‘verdade’ ou do aramaico *mat* ‘homem’. Jesus significa ‘salvador’ em hebreu; Cristo, em grego, ‘ungido’; Messias, em hebreu, ‘ungido’ também. Jerônimo, ‘nome santo’. Carlos, ‘homem’. Leovigildo, ‘herói vigilante’. Rodrigo, no germânico ocidental Hrodrik, ‘glória poderosa’. Oto, ‘riquezas, possessões’.

No Oriente, Bashô, denominação adotada pelo grande poeta japonês Matsuo Munefusa (1644-1694), significava ‘bananeira’. Utamaro, mestre da gravura e pintura japonesa (1753-1806), tinha um nome formado dos ideogramas *uta* ‘canto, poema’ e *maro* ‘eu, você’. Mas detenho-me por aqui.

Muitas centenas de exemplos de todas as épocas e quadrantes poderiam ser aduzidos, mas a ideia proposta creio já ter sido apreendida: numa perspectiva etimológica aberta, os nossos nomes, prenomes ou sobrenomes, não passam, no fundo, de apodos aditados por outras pessoas ou, às vezes, por nós mesmos àquilo que nos faz ser essencialmente o que somos, a nossa ontologia. No seu emprego,

ficam esquecidos os significados de origem dessas palavras, que se converteram em simples itens de rotulagem ou etiquetagem, como bem diz Claudio Cezar Henriques, com a finalidade prática de nos individualizar, de nos tornar invocáveis, referíveis e reconhecíveis lexicamente. Desse modo, nomes, sobrenomes, apelidos, antonomásias, apostos – todos ganham uma natureza comum, coletiva, compartilhada.

Mas isso são lucubrações em torno do tema em que este delicioso livro tanto exceleu, e o que importa mesmo é lê-lo. Com método e proficiência, Claudio Cezar levantou uma coleção considerável de apodos de escritores brasileiros numa extensa seleta – a mais aprofundada investigação sobre o tema que alguém já realizou na língua. Através dela, o leitor poderá descobrir qualidades e características dos apelidados capazes de lançar luz sobre seu modo de ser ou agir, suas idiossincrasias, eventuais desinteligências, comportamentos, num mosaico de informações tão interessante quanto colorido. Claudio é um professor estimado por seus alunos, orientandos e por nós, seus colegas, já por sua cultura, já pelo domínio que tem da última palavra na área em que universitariamente se movimenta, não se esperando de seus trabalhos nada menos do que ele de fato nos dá neste livro: consistente excelência.

HOMENAGENS PÓSTUMAS PROF. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO

Leodegário A. de Azevedo Filho nasceu no dia 28 de janeiro de 1927, sendo registrado no dia 2 de fevereiro, no Recife, PE. Faleceu no Rio de Janeiro, em 30.1.2011, aos 84 anos.

Mudou-se com a família, com pouco mais de um ano de idade, para o Rio de Janeiro, onde residiu.

Bacharel em ciências e letras pelo Internato do Colégio Pedro II, em 1947, bacharel e licenciado em letras neolatinas pela atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em 1950 e 1951, respectivamente, doutor em letras (1962), bacharel em ciências jurídicas e sociais (1955), livre-docente (1962), pela mesma universidade, onde foi professor titular, por concurso público de provas e títulos, chefe do Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras, aposentando-se em 1990, após 33 anos de serviços prestados à Universidade. Fez estágio no Centro Internacional de Estudos Pedagógicos em Sèvres, França, em 1961, frequentou o curso de linguística geral, na Sorbonne; curso do Instituto Latino-Americano de Linguística, em Montevideú, em 1965; curso de pós-graduação em estudos sociais na Escola Superior de Guerra, em 1975.

Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, para ministrar cursos de pós-graduação, desde 1970. Professor visitante da Universidade Federal Fluminense – UFF, em curso de pós-graduação e exame e orientação de dissertações de mestrado. Professor visitante da Universidade de Coimbra, Portugal, em 1972, quando coordenou atividades universitárias no Instituto de Estudos Brasileiros. Coordenador da macroárea de letras vernáculas e membro da comissão de pós-graduação da Faculdade de Letras da UFRJ.

Delegado permanente do Brasil junto ao Programa Interamericano de Linguística, Filologia e Ensino de Idiomas. Tem o título de professor emérito da UERJ.

Exerceu inúmeros cargos e atividades em diversas áreas de educação e cultura em instituições estaduais e federais. Foi membro do Conselho de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC); diretor do Instituto Estadual do Livro (INE LIVRO); sócio-correspondente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa; acadêmico emérito da Academia Luso-Brasileira de Letras; membro do Conselho Estadual de Cultura; doutor *honoris causa* pela Universidade Fernando Pessoa, Porto – Portugal; e acadêmico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa – Portugal; diretor da *Revista Brasileira de Língua e Literatura*; membro da cadeira n.º 33 e presidente da Academia Brasileira de Filologia; presidente eleito da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura; membro e presidente do Núcleo Internacional de Estudos Camonianos;

membro da Academia Brasileira de Literatura; da Associação Brasileira de Educação; da Associação Brasileira de Imprensa; do PEN Clube do Brasil; da Association pour l'Étude et le Développement de la Traduction Automatique et de la Linguistique Appliquée; da Associação de Linguística e Filologia da América Latina; da Academia Brasileira de Língua Portuguesa; da Associação Galega da Língua (Espanha), e do Liceu Literário Português.

Participou de congressos, seminários e simpósios e é detentor de títulos honoríficos, prêmios e várias condecorações no Brasil e em outros países, sobretudo em Portugal, Espanha, França, Alemanha, dentre os quais se destacam a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique, conferido pelo Governo de Portugal, a Medalha Anchieta, conferida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, e o Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto de obras, conferido pela Academia Brasileira de Letras, em 1995.

Além de mais de uma centena de artigos publicados em jornais literários e revistas especializadas na área de letras, mencionam-se os seguintes livros, selecionados num conjunto de mais de 70 títulos:

Alguns problemas do idioma, 1953;
Didática especial de Português, 1958;
A poética de Anchieta, 1962;
O verso decassílabo em Português, 1963;
A motivação e a orientação da aprendizagem no ensino da Língua Portuguesa, 1963;
Tasso da Silveira e seu universo poético, 1963 (Prêmio Silvio Romero, de Crítica Literária, da Academia Brasileira de Letras);
As unidades melódicas da frase, 1964;
Introdução ao estudo da nova crítica no Brasil, 1965;
Anchieta, a Idade Média e o Barroco, 1966 (Prêmio José Veríssimo, de Ensaio e Erudição, da Academia Brasileira de Letras);
Murillo Araújo e o Modernismo, 1967;
Gramática Básica da Língua Portuguesa, 1967;
Estruturalismo e crítica de poesia, 1970 (Prêmio Banco Regional de Brasília, no IV Encontro Nacional de Escritores);
Poesia e estilo de Cecília Meireles, 1970;
Para uma gramática estrutural da Língua Portuguesa, 1971;
Síntese crítica da Literatura Brasileira, 1971;
Ensaios de Linguística e Filologia, 1971;
A técnica do verso em Português, 1971; *Poetas do Modernismo*, 1971-1973 (com a colaboração de mais de 20 críticos literários sob sua coordenação, publicado em 6 volumes);
Uma visão brasileira da Literatura Portuguesa, Coimbra, Portugal, 1973;
Curso de Literatura Brasileira, 1975;
As Cantigas de Pero Meogo, 1974, editado na Espanha em 1995;

- O cânone lírico de Camões*, 1976;
- A Lírica de Camões e o problema dos manuscritos*, editado em Paris, 1978;
- Um debate sobre o discurso literário*, (em colaboração), 1982;
- História da Literatura Portuguesa*, vol. I: *A poesia dos trovadores galego-portugueses*, 1983;
- As poesias de Anchieta em Português*, 1984;
- Os melhores poemas - Luís de Camões*, 1984;
- Manuel Maria Barbosa du Bocage – Poesia*, 1985;
- Lírica de Camões: vol. I: história, metodologia, corpus*, Lisboa, Portugal, 1985;
- Luís de Camões: a instabilidade da fortuna*, 1985;
- A obra de Anchieta e a Literatura Novilatina em Portugal*, 1985;
- Lírica de Camões: 1.º Tomo dos Sonetos*, Lisboa, Portugal, 1987; *Literatura Portuguesa: história e emergência do novo*, 1987;
- Iniciação em crítica textual*, 1987;
- Luís de Camões: ode ao Conde do Redondo*, 1988;
- Lírica de Camões: 2.º Tomo dos Sonetos*, Lisboa, Portugal, 1989;
- Introdução à Lírica de Camões*, Lisboa, Portugal, 1990;
- Luís de Camões: 13 imagens e 1 poesia*, Itália, 1990;
- Estudos universitários de Linguística, Filologia e Literatura*, 1990;
- Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*, 1995;
- A configuração do real em Euclides da Cunha*, 1996;
- Lírica de Camões - Canções*, III vol. 1995 – Odes, 1996, Lisboa, Portugal;
- Lírica de Camões – Elegias em Tercetos*, 1.º tomo do vol. IV, 1998;
- Ensaios de linguística, filologia e ecdótica*, 1998;
- Obra em prosa de Cecília Meireles*, 1.º tomo do vol. II, 1999;
- Lírica de Camões – Oitavas*, 2.º tomo do vol. IV, 1999;
- Sobre o pensamento linguístico e filológico de Antônio Houaiss*,
- Obra em prosa de Cecília Meireles, *Crônicas de Viagem*, em três volumes. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1999;
- Obra em prosa de Cecília Meireles, *Crônicas de Educação*, em 5 (cinco) volumes, Rio de Janeiro, 2000;
- Apresentação do livro *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*, de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 2000;
- Três ensaios de literatura medieval galego-portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, 2000;
- Camões, épico, lírico e dramático*. Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, 2001;
- Lírica de Camões – Êclogas*, tomo 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001;
- Sobre o espaço da Nova Lusitânia*. Agradecimento ao Governo de Portugal pela Comenda da Ordem do Mérito. Rio de Janeiro, ABRAFIL, 2002;
- Guerra da Cal e a Estilística queirosiana*. Rio de Janeiro, SBL, 2003;
- Análise de um poema da moderna literatura de Angola*. Rio de Janeiro, ABRAFIL,

- 2003;
- Melhores Crônicas de Cecília Meireles*. São Paulo: Global Editora, 2003;
- O Contra-Iluminismo de Bocage*. Rio de Janeiro: SBLL, 2004;
- Os Sonetos de Camões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2004;
- Descrição e funcionamento da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2004;
- Base Teórica de Crítica Textual*. Rio de Janeiro, H.P. Comunicação, 2004;
- Debata sobre o discurso literário*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2005;
- Estudos camonianos*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2005;
- Camões: um soneto do corpus possibile*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2005;
- Modernismos e pós-modernismos na literatura*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2005;
- Castro Alves Redivivo*. Rio de Janeiro, SBLL, 2007;
- A narrativa de ficção em Clarice Lispector*. Rio de Janeiro, SBLL, 2007;
- Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho*. Rio de Janeiro, SBLL, 2007;
- Ensaio de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: H.P. Comunicação. 2007;
- Os Lusíadas, de Luís de Camões*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007;
- Fernando Pessoa, seus heterônimos e a emergência do novo*. Texto oferecido aos convidados presentes na solenidade de *Doutoramento Honoris Causa* pela Universidade Fernando Pessoa. Porto – Portugal, 2008;
- Eça de Queiroz e o Romance Realista*. Rio de Janeiro. Sociedade Eça de Queiroz, 2008;
- Realismo e expressão do tempo na ficção de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, conferência realizada na Academia Brasileira de Letras, no dia 19 de agosto de 2008;
- Machado de Assis: o Crítico Literário*. Ensaio premiado pela Academia Brasileira de Letras – 1.º lugar. Homenagem a Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, 2009;
- Dinamene: Alma minha gentil, que te partiste*. Rio de Janeiro, 2009.

Obras de referência:

- Estudos universitários de língua e literatura*. Homenagem ao Professor Doutor Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. Miscelânea de estudos com a colaboração nacional e internacional de filólogos, linguistas, ensaístas e críticos literários. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.
- Anais do Congresso Internacional de Língua Portuguesa, Filosofia e Literaturas de Língua Portuguesa*. Comemorativo do 63.º Aniversário da ABRAFIL e do 80.º Aniversário do Professor Doutor Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro, Editora CCAA, 2008.

HOMENAGEM AO PROF. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO

ANTÔNIO NUNES MALVEIRA (COL. PEDRO II e ABRAFIL)

Ainda em homenagem ao professor Leodegário. Até quando o professor continuará no purgatório oficial à espera de alguém que valorize sua profícua missão, em prol da grandeza social? Os falantes políticos se referem à educação de qualidade e se esquecem do mestre, a figura mais eminente em qualquer setor da educação.

O Professor é indispensável ao desenvolvimento cultural de qualquer nação que almeja alcançar o conceito nacional e o internacional. O Mestre Leodegário era incontestavelmente um vocacionado, um educador, pois, além do curso de Letras, era bacharel em Direito, porém escolheu o magistério para dedicar-se à formação cultural da nossa juventude, que, sem dúvida, é o melhor caminho de servir-se à pátria. Ele sabia, como nós outros, que a educação de qualidade é o maior patrimônio de qualquer nacionalidade que sonha com um destino promissor de seu futuro.

O grande escritor português Eça de Queirós afirmava, no seu tempo, apesar de conhecer profundamente o francês: “Todos devem dominar sua língua, conhecê-la nos belos detalhes”. E nós acrescentamos: O país que perde sua linguagem própria se afasta de seus escritores e vai, às vezes, sem perceber, afastando-se de sua soberania.

Conhecemos povos que sobreviveram através dos séculos, porque defenderam sua língua, e tradições. O Brasil necessita, em urgência, orgulhar-se de suas origens europeias, cultuando com denodo sua essência cultural e servindo a todos os seus filhos com uma educação aprimorada, uma vez que, sem muitas delongas, seremos uma grande nação. Contudo, este fenômeno só será possível dando-se aos professores status social que eles merecem.

No meu entender, o professor Leodegário era um grande literato e filólogo, e, para tal, basta que analisemos sua imensa obra, produção indispensável àqueles que se dedicaram ao magistério, que em nossos dias é uma cruz. Todavia, mesmo assim, a nossa pátria ainda contém seus apóstolos, introdutores de nossa cultura pelo interior inóspito do nosso país.

“Ex libris cito discitur quod longo vitae usu vix assequi quaeas” (Rápido aprenderás nos livros o que só poderias saber após longa experiência). Ele depressa aprendeu no colégio Pedro II a essência de nossa cultura, e, logo depois, transmitiu à mocidade brasileira a beleza da herdade que habita eternamente no ser, e não, somente, no ter que marca a sociedade moderna com agitação e tragédias, ferindo a alma de nossa convivência social.

Em uma das últimas aulas do mestre, onde debatemos a importância do modernismo, ao final, ele, eu e Luiz César Saraiva Feijó fomos assistir ao encerramento

da campanha política de Jânio Quadros e de Carlos Lacerda. Foram dois discursos de alto nível. A praça transformou-se, superlotada, num mar de almas, que sensibilizou o mundo interior daquela multidão que se movimentava como uma onda revolta, à procura da praia. Ambos os candidatos defenderam com veemência a importância da educação e da medicina de qualidade para todos, sem distinção social, pois, só assim alcançaríamos o preceito filopolítico das nações e dos povos civilizados.

O professor Leodegário, com seu temperamento pernambucano, desafiava obstáculos e salvou a nossa Academia Brasileira de Filologia que se achava perto do abismo intelectual. Nasceu em Pernambuco, em 1927, mas veio para o Rio em plena juventude, e, estando no colégio Pedro II, preparou-se para vida, toda consagrada à cultura.

O desaparecimento do Mestre Leodegário, em plena madrugada, foi uma surpresa bem dolorosa para a sociedade brasileira.

Enfim, o falecimento de nosso mestre deixa na cultura brasileira um imenso vazio, sem distinção da idade: “Natura maxima miranda in mininis” (A natureza é admirável, principalmente nos detalhes).

MEMÓRIA

ABRAFIL - INTEGRANTES DA CADEIRA 33 DA ABRAFIL, antes do Prof. Leodegário Amarante de Azevedo Filho

NOTA – Verbetes redigidos pelo professor Leodegário.

JOÃO LUÍS DE CAMPOS

CAMPOS, João Luís de (São Simão, SP, 01 de janeiro de 1900 – Rio de Janeiro, RJ, 21 de abril de 1945). Seguiu a carreira de magistério, lecionando português em nível de primeiro e segundo graus. O ensino da língua, sem dúvida, despertou nele a vocação do filólogo e do vernaculista, pois o que deixou escrito e publicado logo o situa em nosso período vernaculista e de diferenciação idiomática. Como lexicógrafo, participou da organização do *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, de Laudelino Freire. Além de obras didáticas, o seu principal ensaio filológico foi de sintaxe verbal: *O problema do infinitivo*, infelizmente sem data de publicação. No caso, revela perfeita consciência de que o infinitivo flexionado, ao contrário do que ocorre nas demais línguas românicas, é um idiomatismo do galego e do português. O seu estudo é de orientação e base vernaculistas, recorrendo aos bons autores para justificar as normas (regras) que busca estabelecer para o bom emprego da flexão verbal em formas infinitivas.

LINDOLFO GOMES (Guaratinguetá, São Paulo, 12 de março de 1875 - Rio de Janeiro, 15 de maio de 1953) foi contista, ensaísta, folclorista, inspetor de ensino, jornalista, poeta, professor, prosador e teatrólogo.

Pertenceu à Academia Brasileira de Filologia, Academia Mineira de Letras, Academia Carioca de Letras e Sociedade dos Homens de Letras do Brasil. Publicou diversos títulos e inúmeros artigos na imprensa fluminense e mineira.

Lindolfo Gomes morou quando criança em Resende, RJ, até os 19 anos quando mudou para Juiz de Fora, MG. Foi sepultado em Juiz de Fora, MG, onde passou grande parte da sua vida profissional tendo redigido para os jornais O Pharol, Jornal do Commercio, Diário do Povo, Diário Mercantil, revista Marília, entre outros órgãos. Entre as obras publicadas: *Folclore e Tradições do Brasil* (1915); *Contos Populares Brasileiros* (1918); *Nihil novi* (1927).

JOAQUIM RIBEIRO (Rio de Janeiro, 27/05/1907 – Rio de Janeiro, 27/04/1964).

Foi professor universitário, jornalista e técnico de educação. A sua produção intelectual foi ampla e diversificada. Além de filólogo, pois herdou o gosto da pesquisa linguística de seu ilustre pai, João Ribeiro, diplomou-se em direito e exerceu

o jornalismo sempre com muita independência e amor à causa da cultura. Foi ainda historiador, roteirista, radialista e compositor. Escreveu ensaios de pesquisa científica e literária, pois exerceu superiormente a crítica; romances; contos; poesias; peças de teatro; e conferências várias sobre língua portuguesa, literatura, música, folclore e teatro. Após a morte de Lindolfo Gomes, foi eleito para a cadeira n.º 33, da Academia Brasileira de Filologia, em 1953. Entre várias outras instituições culturais, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico (Rio de Janeiro) e recebeu inúmeros prêmios e condecorações, como o Prêmio do IBICC e a menção honrosa da ABL, além da medalha da **ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA**, comemorativa do centenário de nascimento de Rui Barbosa.

Espírito vivo e sempre original na defesa de suas teses, por vezes enveredou pela polêmica, com veia irônica e risonha.

A sua bibliografia compreende:

A tradição e as lendas, 1929 (folclore).

Fogueira, 1930 (poesia).

Introdução ao estudo do folclore brasileiro, 1934 (folclore).

9 mil dias com João Ribeiro, 1934 (ensaio).

Estética da língua portuguesa, 1938 (ensaio).

Itinerário lírico de Tasso da Silveira, 1939 (ensaio).

O folclore da restauração, 1941 (folclore).

Folclore brasileiro, 1944 (folclore).

Folclore dos bandeirantes, 1946 (folclore).

As cartas chilenas e a Inconfidência Mineira, 1950 (ensaio).

Folclore baiano, 1956 (folclore).

Rui Barbosa e João Ribeiro, 1958 (ensaio).

Aruanda, 1961 (drama).

Vida e obra de José Siqueira, s. d. (ensaio).

Gavião de penacho, s. d. (romance).

Além dessas obras, escreveu várias outras de história, filologia e didática, além de colaborações jornalísticas em diversos periódicos, tais como: *Romanitas*, da Sociedade Brasileira de Romanistas, de que era membro; *Anais do IBICC*; *Revista Educação e Cultura*; *Revista Filológica*; *Revista do Livro*; *Revista de Língua Portuguesa*; *Visões do Mundo*; *Revista Brasileira de Letras*; *Revista Nova*; *A Época*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; *Brasil Açucareiro*; *Revista da Criança*; *Revista Brasileira de Música*; *O Observador*; *Revista Dionysos*; *A Noite Ilustrada*; —Letras e Artes, do jornal *A Manhã*; *Vamos Ler*; *Dom Casmurro*; *Studia*, órgão do Externato do Colégio Pedro II; *Jornal do Commercio*; *Jornal do Brasil*; *Diário de Notícias*; *Diário Carioca*; e *Jornal das Letras*, entre outros.

No campo específico da filologia e da literatura, mencionamos ainda: *Origem da língua portuguesa*, RJ, 1935; edição de *Vida e morte do Padre José de Anchieta*, de Quirício Caxa, pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro; e *História da romanização da América*, obra publicada pelo Serviço Nacional de Teatro, do MEC, em 1959.

Ao morrer, deixou ainda, entre outras obras inéditas, *A estética jesuítica e Teoria e hermenêutica literária*. Para uma visão mais completa, pedimos licença para sugerir a leitura do nosso ensaio intitulado —Aspectos da vida e da obra de Joaquim Ribeiro —, publicado na revista *Romanitas*, vol. 6-7, 1965.

SÍNTESE HISTÓRICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA (1944-1949)

Entre os grandes nomes de nossa Academia, não podemos olvidar o trabalho profícuo de Antônio José Chediak, que deixou um documento histórico, durante o período de 1944 a 1949, relembrando os fatos mais importantes de nossa entidade. Também se deve a ele a redação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, ainda em vigor no Brasil.

Para relembrar o início dos trabalhos que resultaram na fundação da ABRAFIL, vamos transcrever importantes fatos descritos por Chediak.

CRIADA A ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

A nova entidade tem por objetivo o trato dos assuntos linguísticos, sob seus vários aspectos. A ideia da criação de uma entidade brasileira que se consagrasse exclusivamente aos estudos filológicos não é recente. Desde muito ela despertara a atenção e o interesse dos nossos professores, que agora acabam de torná-la uma realidade. Assim é que um grupo de estudiosos dos nossos problemas linguísticos, reunido há dias, nesta capital, deliberou fundar a academia Brasileira de Filologia, a nova entidade, que tem por objetivo o trato dos assuntos concernentes à Filologia, sob seus vários aspectos, que se comporá de quarenta membros efetivos e vitalícios e bem assim de ilimitado número de membros correspondentes, sendo exigências fundamentais para o ingresso ter trabalho de reconhecido mérito.

Entre os expoentes da cultura filológica que já ingressam na Academia, como membros fundadores, encontram-se os professores Manoel Said Ali, Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Jacques Raimundo, Augusto Magne, José Rodrigues Leite e Oiticica, Rodolpho Garcia, Miguel Daltro Santos, Clóvis Monteiro, Alcides da Fonseca, Júlio Nogueira, Padberg Drenkpol, David José Perez, José de Sá Nunes, João Guimarães, Cândido Jucá (filho), Renato de Almeida, Joaquim Mattoso Camara Júnior, Serafim da Silva Neto, Ragy Basile, Júlio de Matos Ibiapina, Charles Fredsen, Ismael de Lima Coutinho, Quintino do Valle, Artur de Almeida Torres, Jonas Correia, Jarbas Cavalcante de Aragão, Modesto de Abreu e Altamirano Nunes Pereira.

A INSTALAÇÃO DA ACADEMIA

O jornal A Noite, de 12 de setembro de 1944, noticiou:

Sábado próximo, dia 16, às 16 horas, no Silogeu, terá lugar a sessão de instalação, quando serão discutidos e aprovados os Estatutos e eleita a sua primeira diretoria, A academia recém-criada tem a sede provisoriamente na Rua do México, 90, 3.º andar.

O jornal A Noite, de 15 de setembro de 1944, se reportou à necessidade da criação de uma academia que prestasse assinalados serviços à cultura de nosso povo:

A preocupação dos estudos desinteressados é um dos característicos mais sérios das culturas bem informadas, por isso mesmo uma entidade, que reúne figuras de relevo da nossa filologia e se consagra a esses trabalhos especializados, é uma expressão muito valiosa de nossa espiritualidade, merecendo assim o aplauso e o apoio de todas as esferas intelectuais do país.

Tudo quanto estimamos é que a nova Academia não se considere apenas uma cúpula consagrada de méritos, mas um centro ativo de estudos, de trabalhos e de pesquisas, com que contribua eficientemente para aperfeiçoar a nossa cultura filológica.

A SESSÃO DE INSTALAÇÃO - ACLAMADO PRESIDENTE DE HONRA O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS.

Realizou-se no último sábado (16.9.1944), no salão nobre do Silogeu Brasileiro, a sessão de instalação da Academia Brasileira de Filologia, fundada nesta capital a 26 de agosto último.

A mesa foi inicialmente presidida pelo Sr. J.L de Campos, tendo como secretários os Srs. Modesto de Abreu e coronel Altamirano Nunes Pereira, achando-se presentes mais os senhores Antenor Nascentes, Miguel Dalto Santos, Alcides da Fonseca, Padberg Drenkpol, Jacques Raimundo, Júlio Nogueira, Sousa da Silveira, David Pérez, Padre Augusto Magne, Rodolfo Garcia, Cândido Jucá (filho), Renato Almeida, Mattoso Câmara Júnior, Serafim da Silva Neto, Rágim Basili, Júlio de Matos Ibiapina, Ismael de Lima Coutinho, Quintino do Valle, Artur de Almeida Torres e Coronel Jarbas Aragão.

Não foi lida pelo primeiro secretário a ata da sessão de fundação, que o presidente declarou de antemão aprovada, visto haver sido assinada por todos os fundadores.

Foram, em seguida, distribuídas aos presentes cópias do anteprojeto dos estudos, cujos artigos e parágrafos foram submetidos, um a um, à discussão e aprovação do plenário, orientados os debates pelo Sr. Coronel Altamirano N. Pereira. De acordo com os estatutos aprovados, a academia terá 40 membros efetivos, bem como correspondentes nos estados e no estrangeiro. Cada cadeira de membro efetivo

terá por patrono o nome de um filólogo brasileiro ilustre, já falecido.

A Diretoria, que terá mandato anual e cujos membros serão reelegíveis, compor-se-á de presidente, Vice-Presidente, 1.º Secretário, 2.º Secretário, Tesoureiro e Diretor da Revista.

Para a primeira Diretoria foram eleitos, por proposta do Prof. Altamirano Nunes Pereira e por aclamação, os Srs.: Sousa da Silveira, Presidente; Padre Augusto Magne, Vice-Presidente; Modesto de Abreu, 1.º secretário; Serafim da Silva Neto, 2.º Secretário; Coronel Jarbas C. de Aragão, Tesoureiro; e J.L. de Campos, diretor da Revista.

Empossada a diretoria, o presidente, professor Sousa da Silveira, formulou uma proposta no sentido de ser conferido o título de presidente de Honra ao Sr. Presidente Getúlio Vargas, em sinal de reconhecimento aos beneméritos serviços de S. Ex^a., em favor da cultura nacional e da unidade da Língua. Essa proposta foi aprovada com aclamação e com vibrante salva de palmas.

Decidiu-se, desde logo, que a Academia, incorporada, iria levar ao chefe de Governo, em dia a ser oportunamente designado, o pergaminho que conterà essa láurea excepcional.

A seguir, usou da palavra o Sr. Modesto de Abreu, que transmitiu à Casa o teor da carta que lhe escrevera o Sr. Lindolfo Gomes, eminente da Filologia, residente em Minas, e em que envia sua entusiástica adesão à iniciativa da fundação da Academia. Comunicou também ter recebido, no mesmo sentido, carta do Sr. Alcides d'Arcanthy, conhecido residente nessa cidade. Foi lançado em ata, a requerimento dos Srs. Júlio Nogueira e Alcides da Fonseca, um voto especial de louvor ao Sr. Coronel Altamirano Nunes Pereira pela maneira feliz por que orientara os trabalhos do plenário, anteriormente, os de arregimentação dos componentes da Academia para o ato da fundação, tendo esse professor agradecido a homenagem em brilhante improviso.

Para elaborar o anteprojeto do Regimento interno, foi designada pelo Sr. Presidente a mesma comissão que elaborara os estatutos e que se compunha dos Srs. Altamirano Nunes Pereira, Modesto de Abreu e Jarbas de Aragão, sob a presidência do Sr. J.L. de Campos.

Em sua última sessão, presidida pelo acadêmico Júlio Nogueira, a Academia Brasileira de Filologia deu as boas-vindas ao acadêmico Modesto de Abreu, chegado há dias de Montevidéu, onde estivera por espaço de dois anos em missão cultural. Agradecendo a homenagem, o Sr. Modesto de Abreu fez uma síntese das suas impressões sobre o desenvolvimento cultural da nação vizinha e o que vem sendo o ensino do nosso idioma no instituto mantido ali pelo nosso governo. Acentuou bem as causas da deficiência da nossa propaganda cultural que radicam na incompetente direção do referido instituto e no desinteresse da nossa representação diplomática pelos nossos problemas culturais. Terminou anunciando a recente fundação por iniciativa sua da "Aliança Cultural Uruguai-Brasil", que em poucos meses, com a cooperação de uruguaios ilustres, já está produzindo animadores frutos.

No expediente, a academia teve ocasião de conseguir um voto de agradecimento pelos serviços prestados à Casa pelo deputado Rui Almeida, bem como o reconhecimento de várias publicações nacionais e estrangeiras.

Havendo renunciado ao posto de 1.º secretário o acadêmico Altamirano Nunes Pereira, foi em seu lugar, por aclamação, eleito o Sr. Modesto de Abreu, primeiro ocupante do cargo.

NOTICIÁRIO

ELEIÇÃO NA ACADEMIA

Realizou-se, em 31.03.2012, a eleição da nova diretoria da ABRAFIL para o biênio de 9 de maio de 2012 a 9 de maio de 2014. Foram eleitos por aclamação: Presidente – ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO; Vice-Presidente – MANOEL PINTO RIBEIRO; Primeiro Secretário – AMÓS COÊLHO DA SILVA; Segundo Secretário – EDILA VIANNA DA SILVA; Relações Públicas – CLAUDIO CEZAR HENRIQUES; Bibliotecário - FRANCISCO VENCESLAU DOS SANTOS.



Segunda Secretária - EDILA VIANNA DA SILVA, o Presidente – ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO, O Vice-Presidente – MANOEL PINTO RIBEIRO

ENCONTRO COM MÁRIO LAGO E COM A UERJ (ILE)

Em 9.05.2012, o Prof. Manoel Pinto Ribeiro ministrou a palestra ENCONTRO COM MÁRIO LAGO E COM A UERJ (ILE) no auditório 113 da UERJ, DAS 19,30 ÀS 21,00 h.

Tivemos pleno apoio da atual diretora, Prof.^a Dr.^a MARIA ALICE G. ANTUNES, que iniciou o evento, salientando a importância do acontecimento para a UERJ e para a Academia Brasileira de Filologia.

O Professor Claudio Cezar Henriques presidiu a sessão. É de ressaltar o trabalho incansável e profícuo do Prof. Amós Coelho da Silva na execução de várias tarefas, como a reserva do auditório, a requisição de filmagem e, principalmente, a divulgação do evento. O Prof. Dr. André Conforte trabalhou com incomum interesse, requisitando a presença de dois músicos, que o auxiliaram na tarefa, e solicitando apoio de colegas que liberaram suas turmas. Neste ponto, agradecemos aos professores André Crim Valente, José Carlos Azeredo, Helênio Fonseca de Oliveira, Márcio Luiz Moitinha Ribeiro, Luiz Fernando Dias Pita, João Baptista Medeiros Vargens, entre outros.

Tivemos o prazer de contar com a presença dos acadêmicos José Geraldo Paredes e Francisco Venceslau dos Santos.

A palestra valorizou duas composições de Mário Lago: Amélia e Aurora. Foram descritas duas formações discursivas sobre a mulher na Música Popular Brasileira, no período de 1930 a 1945. À medida que se tornava necessário, os músicos executavam as canções de Mário Lago e de outros autores, fazendo-se, a seguir, uma análise do conteúdo.

Alguns vídeos sobre a obra de Mário Lago foram exibidos ao público, concluindo-se com dois poemas do extraordinário compositor, dramaturgo e poeta.

A reação do público presente foi amplamente favorável ao evento, terminando a palestra com todos cantando uma das canções do homenageado.

Agradecemos a todos a colaboração, realçando a ajuda inestimável dos professores Amós e André Conforte, e cremos que, assim, pudemos divulgar o trabalho da ABRAFIL, principalmente com uma sinopse distribuída aos presentes, que mostra a trajetória histórica de nossa Academia.



A Diretora do Instituto de Letras, a Dr.^a MARIA ALICE G. ANTUNES abre a sessão sobre a obra de Mário Lago. Ao lado, o Presidente da Mesa, Prof. CLAUDIO CEZAR HENRIQUES. A seguir, o Prof. MANOEL PINTO RIBEIRO, que proferiu a palestra.



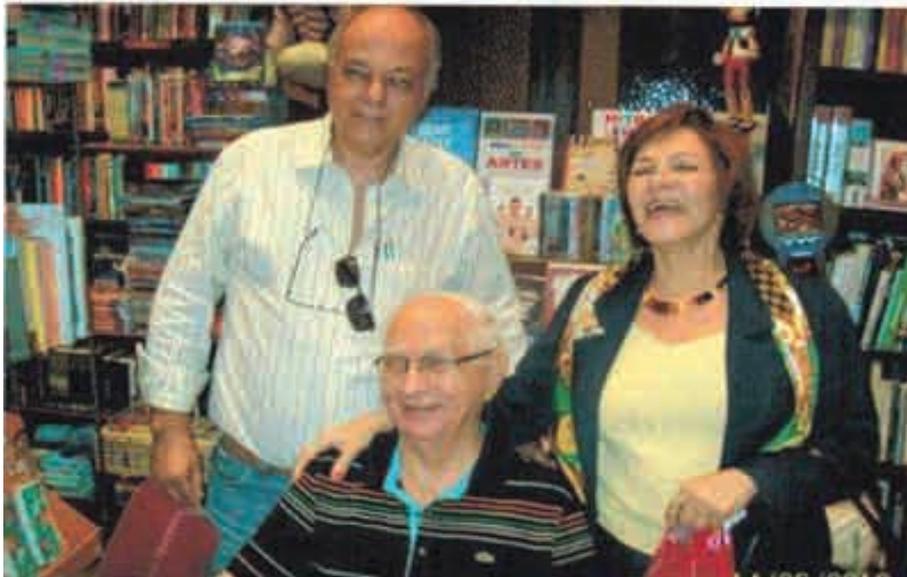
O professor-músico ANDRÉ CONFORTE, o Prof. Manoel P. Ribeiro, o funcionário Tadeu Silva e dois músicos que participaram do ENCONTRO COM MÁRIO LAGO.

LANÇAMENTO DE LIVROS

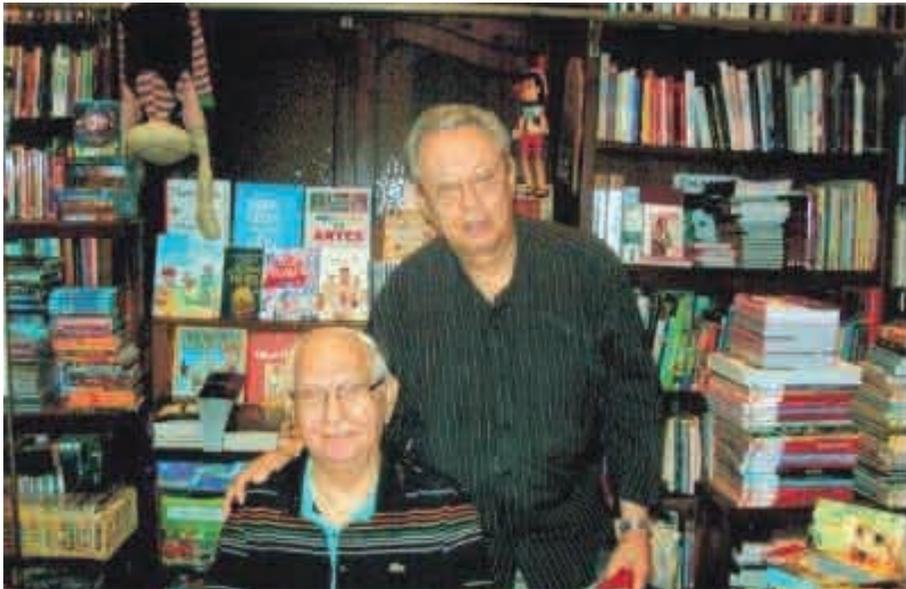
Ressaltamos o lançamento de livros de confrades da ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

O LIVRO DA SEMÂNTICA: O ESTUDO DOS SIGNOS LINGUÍSTICOS

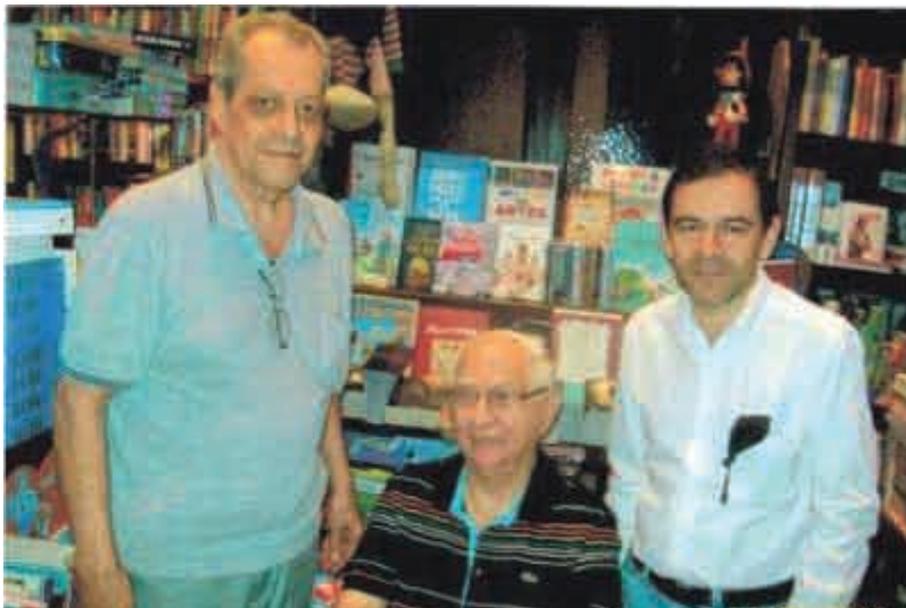
O livro da Semântica: estudo dos signos linguísticos, obra do professor Walmírio Macedo, gramático, linguista e filólogo de excepcional prestígio.



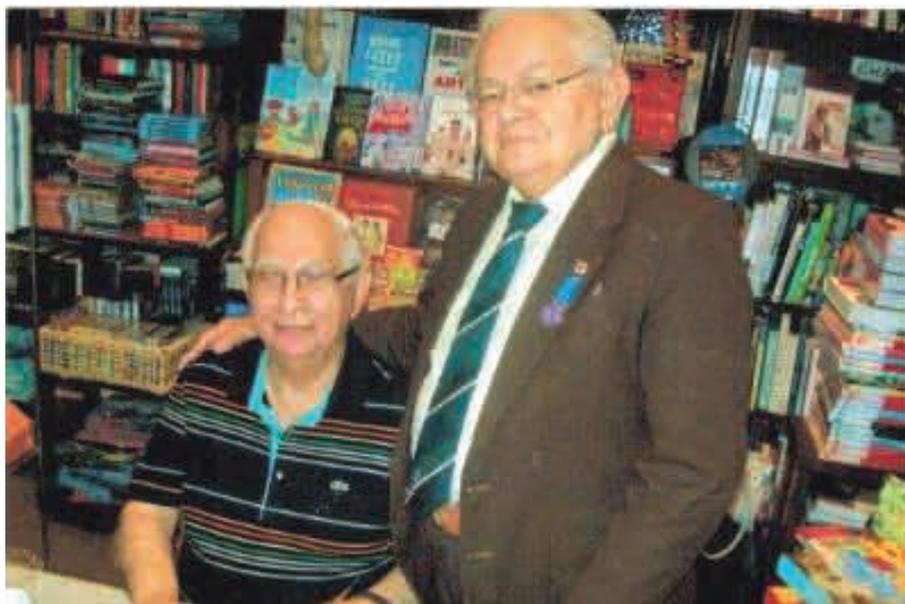
O Prof. Walmírio Macedo ladeado pelos colegas Ricardo Cavaliere e Edila Vianna da Silva.



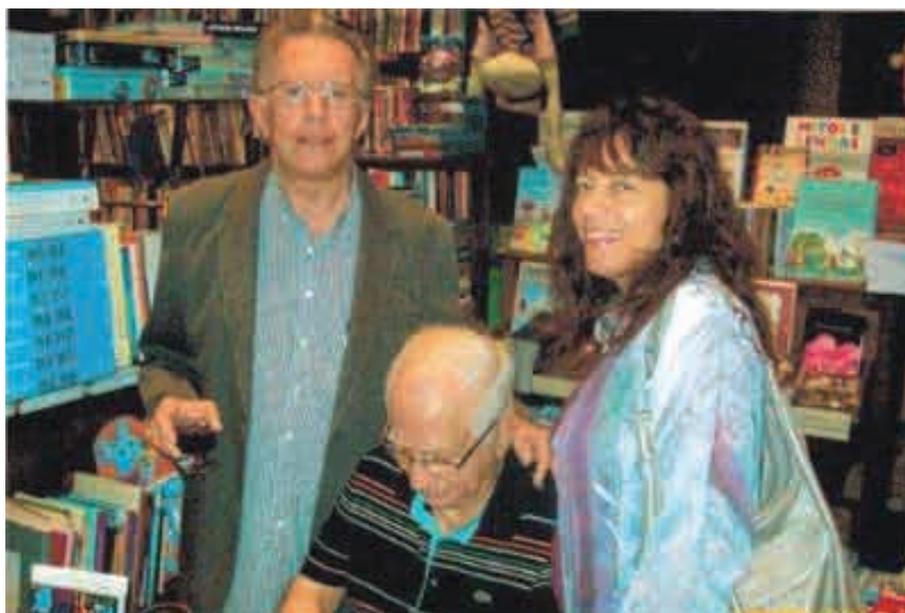
Walmírio Macedo e Manoel P.Ribeiro.



Amós Coelho da Silva, Walmírio Macedo e Eduardo Tuffani.



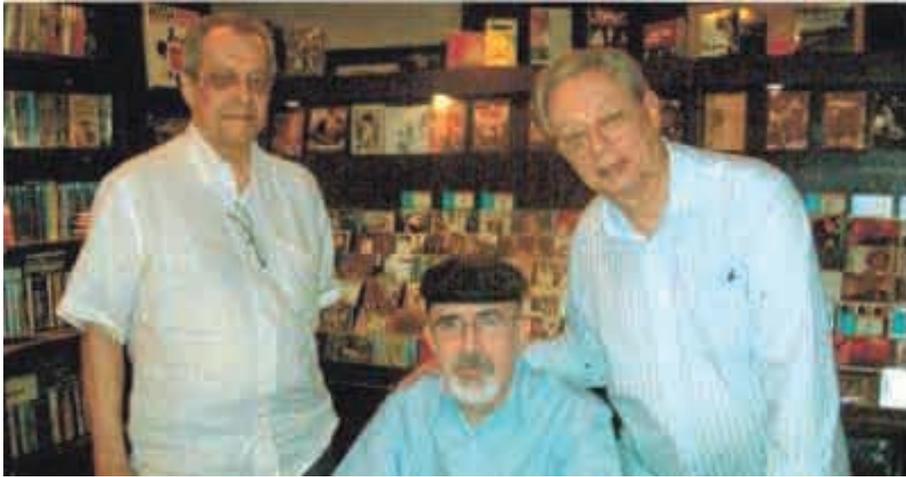
Walmirio Macedo e o Presidente da ABRAFIL, Prof. Antônio Martins de Araújo.



O Prof. Pety Guedes, Walmirio Macedo e Ana Leticia Guedes.

DICIONÁRIO DE APELIDOS DOS ESCRITORES DE LITERATURA BRASILEIRA

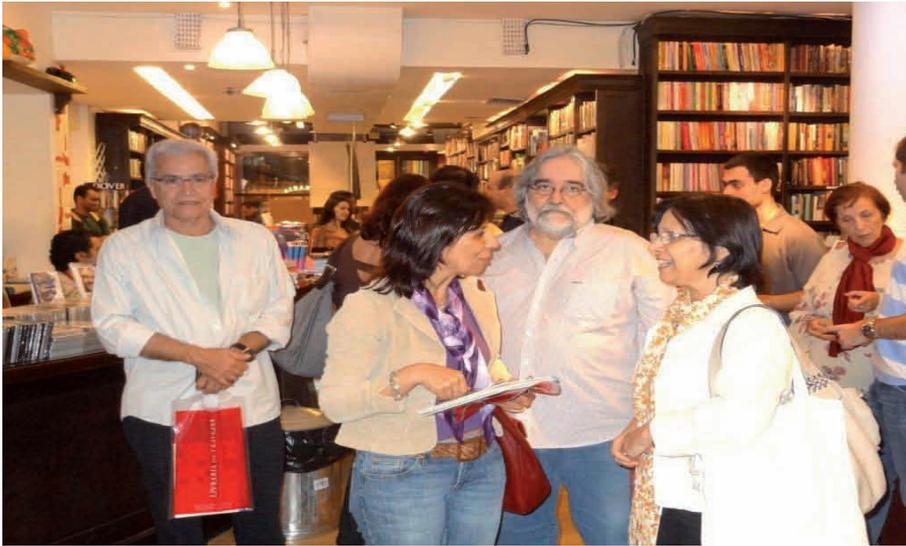
Claudio Cezar Henriques, titular de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lançou a 4.^a edição de *Fonética, Fonologia e Ortografia*, além de *Dicionário de Apelidos dos Escritores da Literatura Brasileira*, cuja resenha, de autoria de Mauro de Salles Villar, também é publicada nesta revista.



Amós Coelho da Silva, Claudio Cezar Henriques e Manoel P. Ribeiro.



Maria Alice G. Antunes, Henriqueta do Couto Prado Valladares, José Luis Jobim, Claudio Cezar Henriques e Tânia Saliès.



No lançamento do dicionário do Prof. Claudio, veem-se: André Crim Valente, Sandra Abreu (do Instituto Antônio Houaiss), Jorge Máximo e Regina Souza.



Mauro de Salles Villar, do Instituto Antônio Houaiss, e o professor Claudio Cezar Henriques.

O professor Gilberto Mendonça Teles publicou, em Portugal, o livro *O mito camoniano*.



O professor Gilberto Mendonça Teles, autor de *O mito camoniano*, discursa ao lado do Prof. Antônio Martins de Araújo, Presidente da ABRAFIL.

POSSE DE ACADÊMICOS

Em 7.7.2012, às 14,00 horas, será realizada na Capela Ecumênica da UERJ, a posse de NILDA DOS SANTOS CABRAL, na cadeira 7, e de DEONÍSIO DA SILVA, na cadeira 33, na vaga de Leodegário A. de Azevedo Filho.

COMEMORAÇÃO DOS 68 ANOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Na sessão de 25.8.2012, a Academia Brasileira de Filologia comemorará 68 anos. Haverá palestras dos acadêmicos José Pereira da Silva e Gilberto Mendonça Teles. O Prof. Horácio Rolim de Freitas será homenageado pelos acadêmicos Walmírio Macedo e Manoel P. Ribeiro.

REUNIÕES PROGRAMADAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2012

Data	Agenda
25/08/2012	14:15 h - José Pereira da Silva “As atividades de crítica textual na Academia Brasileira de Filologia” 15:00 h - Gilberto Mendonça Telles: O mito camoniano. 16:00 h Homenagem ao acadêmico Horácio Rolim de Freitas por Walmírio Macedo e Manoel P. Ribeiro. Foto de todos os acadêmicos presentes à comemoração dos 68 anos da ABRAFIL. Coquetel.
29/09/2012	14:30 h - Hilma Pereira Ranauro “A contribuição de Celso Cunha para a edição de textos medievais”
27/10/2012	14:15 h - Mirian Therezinha da Matta Machado “A evolução fonética do latim ao português, sob o efeito da força e da fraqueza articulatória” 15:00 h - Ceila Ferreira “Sobre edições críticas”
24/11/2012	14:30 h - Álvaro Alfredo Bragança Jr. “Apontamentos de Leodegário Amarante de Azevedo Filho para estudos medievais no Brasil”
08/12/2012	14:30 h Afrânio da Silva Garcia “O ensino de português através da música popular”

DIAGRAMAÇÃO:
DANILO VILLELA
danilo_villela@yahoo.com.br
8149-5478



INGRAFICA EDITORIAL
Tel.: 2290-1121 – 3868-3614 – 9997-2541